



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
FACULDADE DE ARTES E LETRAS
DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

PATRÍCIA RAKEL DE CASTRO SENA

**JORNALISMO ONLINE E POLÍTICA:
Mapeando uma relação entre a pretensão da legitimidade do discurso e
o patrimonialismo**

**RECIFE
2017**

PATRÍCIA RAKEL DE CASTRO SENA

JORNALISMO ONLINE E POLÍTICA:

**Mapeando uma relação entre a pretensão da legitimidade do
discurso e o patrimonialismo**

Tese de doutorado em co-tutela
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Comunicação da
UFPE e ao Doutorado em
Ciências da Comunicação da UBI
como requisito final para a obtenção
do título de doutorado, sob a
orientação dos professores Dr.
Heitor Costa Lima da Rocha e Dr.
João Carlos Ferreira Correia.

RECIFE

2017

Catálogo na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S474j Sena, Patrícia Rakel de Castro

Jornalismo online e política: mapeando uma relação entre a pretensão da legitimidade do discurso e o patrimonialismo / Patrícia Rakel de Castro Sena. – Recife, 2017.

219 f.: il., fig.

Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2017.

Inclui referências e apêndices.

1. Patrimonialismo. 2. Política. 3. Jornalismo online. 4. Discurso. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-182)

PATRÍCIA RAKEL DE CASTRO SENA

JORNALISMO ONLINE E POLÍTICA:

Mapeando uma relação entre a pretensão da legitimidade do discurso e o patrimonialismo

Tese de doutorado em co-tutela apresentada ao **Programa de Pós-graduação em Comunicação** da UFPE e ao **Doutoramento em Ciências da Comunicação** da UBI como requisito final para a obtenção do título de doutorado, submetido à banca examinadora composta pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: _____

Dr. Heitor Costa Lima da Rocha
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Orientador no exterior: _____

Dr. João Carlos Ferreira Correia
Universidade da Beira Interior - UBI

Membro Interno à UFPE: _____

Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Membro Interno à UFPE: _____

Dr. Paulo Carneiro da Cunha Filho
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Membro Interno à UBI: _____

Dra. Anabela Maria Gradim Alves
Universidade da Beira Interior - UBI

Membro externo às instituições: _____

Dra. Rosinete de Jesus Silva Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

Membro Suplente Interno: _____

Dra. Karla Patriota Bronshtein
Universidade Federal de Pernambuco

Membro Suplente Externo: _____

Dra. Ana Maria da Conceição Veloso
Universidade Federal de Pernambuco

Aprovado em: 30/ 03 / 2017

Conceito: _____

RECIFE

2017

Aos mais de 51 milhões de brasileiros que tiveram seus votos anulados e viram a democracia do país sofrer com um golpe em 2016.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é sempre peculiar, particularmente em uma pesquisa que é resultado de quatro anos de trabalho, renúncia e disciplina. Dessa forma, é mais que especial esta ocasião, porque é nela que também divido afetiva e cientificamente os louros desse projeto.

Agradeço em primeiro lugar ao orientador Heitor Rocha, não apenas pelos ensinamentos ao longo desse tempo, mas, sobretudo, pela paciência, dedicação e troca de conhecimentos que me fizeram amadurecer na academia e na vida. Sem sua sabedoria digna de grandes mestres as interações simbólicas estabelecidas no doutorado e em Recife / PE não teriam os mesmos sentidos.

Em extensão, agradeço à UFPE e, de forma exclusiva, ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, aos professores e amigos para além das disciplinas e aos funcionários, os quais juntos se constituíram a principal base de aprofundamento em conhecimentos no campo da Comunicação e do Jornalismo enquanto ciência.

Agradeço também ao orientador no exterior João Carlos Correia, por tão bem acolhida dispensada a mim quando no período de realização do meu sanduíche e, posterior, processo de Co-tutela na Universidade da Beira Interior em Portugal. Mais, obrigada pelos momentos de diálogos, de parceria e de entusiasmo. A você, todo o meu respeito e profunda admiração.

Agradeço também à UBI, em particular a toda a equipe de professores, alunos e funcionários que formam o Doutorado em Ciências da Comunicação, o Labcom.IFP e aos amigos portugueses sem os quais minha estadia em terras lusas não teria as mesmas cores, texturas e sabores. Instituição, Unidade de Investigação e pessoas que transformaram o ano de 2015, no melhor ano da minha vida.

Especificamente gostaria de agradecer aos professores portugueses Joaquim Paulo Serra e João Canavilhas, pela viabilização do processo de Co-tutela e pelas inesquecíveis práticas sociais experienciadas.

Ao Governo Federal nas gestões de Lula e de Dilma Rousseff, pela expansão nos financiamentos em pesquisa que foram essenciais para a

realização desta tese no Brasil e em Portugal, através da bolsa CAPES e da Bolsa PDSE, Processo BEX: 8304/2014-09.

Agradeço ainda aos professores Dr. Alfredo Vizeu, Dr. Paulo Cunha, Dra. Rose Ferreira e Dra. Anabela Gradim, por aceitarem o convite de se fazerem a banca avaliadora desta tese e por tão brilhantes contribuições para o enriquecimento do trabalho.

Como pessoas essenciais para que eu conseguisse manter minha estabilidade psicossocial diante desses longos quatros anos, eu preciso agradecer à minha família, nomeadamente a Nonata de Castro, Zivanelson de Sena, Rômulo de Castro e Suzara Sena, referências em tudo para mim e farol para onde eu olhava quando pensava em desistir.

Aos amigos Perla Sousa, Lúcia Conceição, Natália Raposo, Ricardo Fernandes, Ana Paula Lucena, Alciane Baccin, Diógenes Luna, Vitor Torres, Alberto Marques, Maruska Sabino e ao grupo “Amigxs da Gatinha” um obrigado cheio de afetos, porque para além das disciplinas cursadas no mestrado e no doutorado, no Brasil e em Portugal, vocês representaram a necessária leveza e momentos de alegrias compartilhadas nesse processo.

Agradeço ainda à Carla Carvalho e Kelina Saldanha pela amizade e pelas trocas de informações indispensáveis para a conclusão de minha escrita. Mais do que obrigada, desejo encontrá-las ainda e muitas vezes nos corredores das academias, fazendo ciência, construindo pontes e fortalecendo amizades.

Agradeço a José Shirley Pessoa, por segurar em minha mão nos momentos finais e mais críticos desse processo, sendo a parte que me equilibrava e me encorajava a seguir adiante através do amor.

E, por último, mas não menos importante agradeço a Deus, à energia que rege o universo e que me proporcionou o (re)encontro com os melhores militantes de luta por democracia e justiça social.

Nem todos os interesses podem ser representados publicamente. Por isso, a esfera pública das comunicações políticas, aliada à expectativa de que os proponentes são consistentes em seus proferimentos e capazes de explicar coerentemente as suas propostas - exerce uma coerção procedimental saudável. Nessas condições, por exemplo, a camuflagem de interesses não justificáveis publicamente através de argumentos éticos ou morais obriga o proponente a compromissos que poderão desmascará-lo, na primeira ocasião, como inconsistente ou forçá-lo a levar em consideração interesses dos outros, se quiser manter sua credibilidade. (HABERMAS, 1997, p. 71).

RESUMO

Esta tese apresenta uma pesquisa sobre as relações que se estabelecem entre o discurso e o patrimonialismo, a partir do pretense jornalismo que se faz sobre política na Internet. O lócus do estudo se concentra em regiões interioranas de Brasil e Portugal, tentando aproximar os conceitos de jornalismo regional e de proximidade como forma de mediatizar o cotidiano que não está prioritariamente no percurso dos grandes meios de comunicação, e o qual busca frestas de sobrevivência junto à era dos smartphones com conteúdos cada vez mais pós-massamidiático e mais personalizado. Com o objetivo de distinguir quais os discursos sobre política são produzidos e reproduzidos nos / para os portais que se pretendem jornalísticos, porque pretendem a credibilidade junto ao público, este estudo busca também relacioná-los com o patrimonialismo a fim de compreender a produção de sentidos e as possíveis práticas sociais que se estabelecem junto a mecanismos de dominação política, por um lado, e de possibilidade de emancipação, por outro. Metodologicamente, elegeu-se o *E-Clipping* como instrumento de coleta de dados e a análise crítica do discurso como método analítico enquanto procedimentos desta pesquisa qualitativa, exploratória interpretativa, sob as perspectivas da Teoria Crítica somada à Construção Social da Realidade em torno do Estado, da democracia e do jornalismo online. Foi possível observar, por fim, que, no Brasil, existe um princípio de heranças nas relações patrimonialistas do Estado Português, mas que é improvável que essa herança tenha se perdurado em outras instâncias da sociedade até os dias atuais, inclusive no tocante ao discurso jornalístico político que se faz na rede. As prioridades e importâncias que se dão no momento da produção e emissão são distintas, assim como a cultura dos usuários no momento de recepção, circulação e interatividade também se reconfiguram consideravelmente.

Palavras-chave: Patrimonialismo. Política. Jornalismo Online. Discurso.

ABSTRACT

This thesis presents a research about the relations that are established between the speech and the patrimonialism, from the pretensive journalism that is done on politics in the Internet. The study space focuses on the countryside of Brazil and Portugal, trying to approach the concepts of regional journalism and proximity as a means of mediatizing daily life that is not a priority of the great media, and which seeks ways of survival next to the era of smartphones with contents more and more post-mass-media and personalized. With the objective of distinguishing which discourses on politics are produced and reproduced in / for sites that claim to be journalistic, because they seek credibility with the public, this study also seeks to relate them to patrimonialism in order to understand the production of meanings and the possible social practices that are established alongside mechanisms of political domination, on the one hand, and the possibility of emancipation, on the other. Methodologically, *E-clipping* was chosen as an instrument of data collection and discourse analysis as an analytical method as procedures of this qualitative research, exploratory and interpretive, from the perspectives of the Critical Theory added to the Social Construction of the Reality around the State, of the democracy and online journalism. It was possible to observe, finally, that in Brazil there is a principle of inheritance in the patrimonialist relations of the Portuguese State, but that it is unlikely that this heritage has endured in other instances of society until the present day, including in the political journalistic discourse that is done on the Internet. The priorities and importance that occur at the time of production and propagation are distinct, as the culture of the users at the time of reception, circulation and interactivity are also considerably reconfigured.

Keywords: Patrimonialism. Policy. Online Journalism. Speech.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Link da notícia no Facebook.	141
Figura 02:	Matéria publicada com mais chances de interatividade.	142
Figura 03:	Matéria requeitada para mais interatividade.	143
Figura 04:	Publicação de saldos bancários.	145
Figura 05:	Interatividade no Facebook.	149
Figura 06:	O discurso não dito.	164
Figura 07:	Evento sob a perspectiva Carpinteira.	169
Figura 08:	Comentários sobre a feira.	170
Figura 09:	Alternância de apoio na política, mas não no blog.	171
Figura 10:	Comentários que cruzam o local e o nacional.	172
Figura 11:	Promoção da boa imagem da Covilhã.	173
Figura 12:	Mecanismos de adversidade na promoção da boa imagem.	174
Figura 13:	Comentários suscitados a partir do “Entretanto”.	174
Figura 14:	O não dito categorizado.	175
Figura 15:	Comentários a partir do que não se diz aparentemente.	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Total de notícias coletadas	130
Tabela 02:	Semana aleatória: amostragem por representatividade simples para análise – Blog do Capote.	131
Tabela 03:	Semana aleatória: amostragem por representatividade para análise – Política Pau-ferrense.	132
Tabela 04:	Semana aleatória: amostragem por representatividade para análise – Carpinteira.	132

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

DEM – Democratas.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

E-Clipping - eletronic clipping.

PCdoB - Partido Comunista do Brasil.

PDT - Partido Democrático Trabalhista.

PEN - Partido Ecológico Nacional.

PHS - Partido Humanista da Solidariedade.

PPS - Partido Popular Socialista.

PRB - Partido Republicano Brasileiro.

PSD - Partido Social Democrático

PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil.

PT – Partidos dos Trabalhadores.

PTN - Partido Trabalhista Nacional.

PV - Partido Verde.

SRS – Sites de Redes Sociais.

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

VI USARP – VI Unidade Regional de Saúde Pública.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O ESTADO, A POLÍTICA E A DEMOCRACIA: COMO A MÍDIA SE RELACIONA COM ESSA TRÍADE	25
2.1	OS MEIOS DE DETERMINAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA	25
2.2	DEMOCRACIA E ESTADO: INCLUINDO E EMPODERANDO O OUTRO	37
2.3	A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E POLÍTICA	43
3	QUEM PARTE E REPARTE E NÃO FICA COM A MELHOR PARTE, OU É BURRO, OU NÃO TEM ARTE: SOBRE O PATRIMONIALISMO	61
3.1	UMA BUSCA PELO CONCEITO DE PATRIMONIALISMO	61
3.2	O PATRIMONIALISMO HERDADO DE PORTUGAL	74
3.3	O PATRIMONIALISMO E O JEITINHO BRASILEIRO	85
4	O JORNALISMO ONLINE	95
4.1	WEB E JORNALISMO ONLINE	95
4.2	A QUESTÃO DA CREDIBILIDADE E A PRETENSÃO JORNALÍSTICA	109
4.3	JORNALISMO ONLINE E O DISCURSO POLÍTICO	120
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES: O DISCURSO JORNALÍSTICO DIGITAL E ONLINE SOBRE POLÍTICA	128
5.1	ANALISANDO OS DADOS: O DISCURSO JORNALÍSTICO E A RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA REALIDADE PATRIMONIALISTA, DEMOCRÁTICA, DIGITAL E ONLINE	135
5.1.1	Expurgo do Outro	135
5.1.2	Promoção da boa imagem	151
5.1.3	Uso de conotações	156
5.1.4	O discurso de Informações locais exprime um contexto global	159
5.1.5	O discurso não dito	162

5.2	O CONTEXTO PORTUGUÊS: A HERANÇA DE ONTEM E A CREDIBILIDADE DE HOJE	166
5.3	O DISCURSO, O PATRIMONIALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE	177
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
	REFERÊNCIAS	196
	ANEXOS	209

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma análise crítica de discurso feita a partir de plataformas digitais e em rede alimentadas por jornalistas ou redatores da internet como blogueiros sem a formação acadêmica específica na área do jornalismo, mas que se propõe a mediatizar o cotidiano social a partir de processos noticiosos sobre política.

Para formatar o lócus da pesquisa, foram escolhidas duas cidades que são consideradas polos em suas regiões interioranas, de Brasil e Portugal, tanto no que diz respeito aos valores socioeconômicos, quanto aos valores significantes em política e comunicação.

No interior do Nordeste brasileiro, mais precisamente no Alto Oeste Potiguar, alcinha que se dá ao sertão do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros se faz polo de uma região que geograficamente é a mais distante da capital do Estado e umas das regiões mais esquecidas e sem incentivos do governo estadual [lá não há o sal da região de Areia Branca, o petróleo da região de Guamaré, o artesanato da região do Seridó (bem exemplificado através de Caicó), as minas de Currais Novos, as grandes iniciativas privadas de Mossoró, o desenvolvimento da agricultura para exportação do Vale do Açu etc.].

Além disso, é possível fazer uma primeira leitura sobre a inserção tardia (pouco mais de dez anos), tanto da ressignificação e valorização da educação técnica e superior (a partir de 2003, início do governo Lula) com o crescimento da UERN¹ e implementação do IFRN² e da UFERSA³), quanto dos meios de comunicação (circulação de jornais impressos e rádios comunitárias com produção local) e em especial da produção noticiosa nas mídias digitais e em rede no contexto daquela região (SENA, 2011). Isso faz pensar que o local ainda não desenvolveu uma política consistente e articulada para o desenvolvimento dessas mídias enquanto processos e produtos com linguagens e demandas diferenciadas das que exigem as grandes mídias tradicionais (leia-se aqui impressos, TVs e rádios de grande circulação e pertencentes a grandes corporações econômicas). Na verdade,

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

³ Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

os blogueiros (jornalistas ou não), de uma maneira desconecta e desordenada, midiaticizam o cotidiano político da região fora do âmbito das grandes mídias, mas tentam ao mesmo tempo se incluírem no sistema corporativo midiático. É como se o sistema midiático digital e online (que poderia ser uma alternativa às demandas de deliberação dadas pela comunicação tradicional / comercial não conseguisse se sustentar fora do eixo que dá substância as outras plataformas midiáticas (ou por conveniência e subjetividades ideológicas que orientam os processos de escolhas dos indivíduos ou por pressões sociais ditadas pelo poder econômico, político e pela própria rotina produtiva noticiosa). O jornalismo sobre política, ou o jornalismo que tenta se fazer ao noticiar política, ao invés de esclarecer, denunciar e / ou deliberar sobre o bem comum, tensiona muito mais o mercado privado de bem individual e de relações promíscuas com os anúncios publicitários, o poder público e / ou privado.

Atravessando o Oceano Atlântico, encontra-se Covilhã, também cidade interiorana, e de Portugal. Embora o Distrito ao qual a cidade faz parte carregue o nome de uma outra cidade (Castelo Branco), é em Covilhã que encontramos uma referência de polo para a região da Cova da Beira. É lá que se encontra a maior universidade do distrito (Universidade da Beira Interior) e, portanto, um grande fluxo migratório de estudantes e pesquisadores, um grande comércio via shoppings, hipermercados, hospital e movimentação turística em virtude da Serra da Estrela, além da conservação da localização de um Data Center⁴ e o desenvolvimento de um forte processo de publicação de informações via Jornais impressos e / ou digitais em rede.

Assim, escolheu-se o que se pode chamar de jornalismo regional e, numa dimensão próxima, de proximidade⁵, como instância preliminar para se desenhar esta pesquisa; por entender que, na era dos smartphones (CANAVILHAS, 2015), o jornalismo tende a ser cada vez menos massivo e mais personalizado. Sobre essa relação entre Jornalismo regional e de proximidade, Camponez (2012) ajuíza:

⁴ Inaugurado em setembro de 2013 na Covilhã, posiciona Portugal a nível mundial na capacidade de alojamento e gestão de infraestruturas em tecnologias da informação e Cloud Computing. Este Data Center reforça a capacidade do país enquanto polo de exportação de capacidade de armazenamento de dados de empresas e de serviços tecnológicos. A infraestrutura tem capacidade para instalação de mais de 50.000 servidores ligados à rede de fibra ótica PT de alta velocidade, com excepcionais condições de segurança e fiabilidade.

⁵ Em que a imprensa regional se articula em torno de conceitos como território, comunicação e comunidade (CAMPONEZ, 2012).

Defendemos uma definição de jornalismo regional a partir do conceito de pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar – isto é, comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada – e onde intervêm critérios como o espaço geográfico de implantação do projecto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos. Visto deste modo, a proximidade assume uma dimensão simbólica, sem a qual, nas palavras de Roger Silverstone, não há lugar para a própria existência de comunidade (CAMPONEZ, 2012, p. 36-37).

Neste sentido, o autor (2012) resgata como a proximidade assume um significado próprio, marcante da sua especificidade e da sua identidade nas mídias regionais. Tentar, deste modo, perceber uma relação mais íntima entre esse jornalismo cada vez mais personalizado e o que se pretende no regional pode indicar algumas saídas para a construção de um jornalismo cada vez mais comprometido com a ética pública, a cidadania e o bem comum. E, consequentemente, com uma construção social da realidade, uma vez permeada pela mídia, cada vez mais possível de ser pensada criticamente.

Em se tratando da imprensa regional, João Carlos Correia (1998, p. 5-6) articula um olhar cuidadoso:

Na hipótese que aqui tornamos pública, o jornalismo terá tudo a ganhar com o aprofundamento das especificidades de algumas formas de Comunicação Social que mantém, infelizmente, uma situação marginal, sob o ponto de vista da consideração que lhes é dada nomeadamente por parte das organizações profissionais e das instituições de ensino. Pensamos que na Comunicação Social Regional portuguesa, sobrevivem alguns dos traços típicos do jornalismo pré-industrial que não devem ser absolutamente descartados como se tratassem apenas e só de puros anacronismos. Referimo-nos à conexão escassa com a publicidade, a uma relação forte entre as elites locais e os media, a uma ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa, a uma contiguidade acentuada entre os artigos e colaborações e as preocupações manifestadas nos espaços de reunião dos públicos, à tendência para estruturar o discurso em torno de alguns assuntos recorrentes em torno dos quais se veiculam opiniões, debates e polémicas, a presença de marcas discursivas que remetem para formas de sociabilidade que pressupõem um saber comum partilhado pelos produtores de

mensagens e pelos públicos, o conhecimento recíproco e partilhado pelos produtores e receptores quanto aos fatos e realidades que servem de referentes para as mensagens jornalísticas. Ao invés, na Comunicação Social Nacional já se terá verificado todo o ciclo de industrialização do jornalismo que coincide com a formação de um tipo de empresas especializadas no tratamento da matéria prima informativa (CORREIA, 1998, p. 5-6).

Conforme o autor (1998), pode ser vantajoso tentarmos estabelecer um paralelo entre o projeto regionalista ou regionalizador e o projeto subjacente de uma certa ideia de interatividade que ainda pode sobreviver no interior do campo dos media regionais: dos existentes e dos que se anunciam.

Mesmo pensando que este caso possa ser idealista, Correia (1998) ratifica a necessidade de se buscar um campo jornalístico regional que tencione superar a presença dos caciquismos (nossos coronéis), o constrangimento resultante da onipresença dos poderes locais e a ausência da formação e da profissionalização que ainda imperam em muitas empresas jornalísticas localizadas fora da capital e dos grandes centros urbanos. Inverte-se agora a pauta.

Cabe registrar que não se pretende aqui traçar um perfil do Brasil e do discurso jornalístico sobre a política do país à imagem e semelhança de sua ex-metrópole. Busca-se muito mais mecanismos de **modulações**, de **relações** entre os pontos da história e da contemporaneidade que ora os une e ora os distancia.

Ancorada em Gilberto Freyre (2003), Câmara Cascudo (1986), Renato Ortiz (1986) e Darcy Ribeiro (1995), a história das regionalidades brasileiras saltam aos olhos como uma cultura da autenticidade, marcada pela mestiçagem e outras condições sócio-históricas peculiares, bem como físicas (clima, relevo etc.) que aqui se estabeleceram. Ortiz (1986, p. 71) relata que autores como “Ferreira Gullar compreende a ‘cultura popular’ como a tomada de consciência da realidade brasileira”.

Assim considerado, partimos de um problema de pesquisa (Como se dá a relação entre o discurso jornalístico sobre política na Internet e o patrimonialismo?), sobre o qual se pode sugerir algumas **hipóteses**: o Brasil herdou de Portugal o princípio das relações patrimonialistas no Estado, mas o transpôs também para outras instâncias da sociedade; dessa forma, a sociedade também tem atitudes

patrimonialistas e retroalimenta essa característica no Estado Nacional⁶; o patrimonialismo interfere diretamente na produção do discurso jornalístico sobre política e na produção social da realidade; e o discurso que pauta a política na Internet busca no jornalismo a pretensão da credibilidade junto ao público.

Com o **objetivo** de analisar o discurso jornalístico que se faz sobre política nas plataformas digitais e online, articulando-o com as relações patrimonialistas, esta tese busca especificamente distinguir, por meio de coletas, análises, organização e estruturação, quais os discursos produzidos e reproduzidos no / para os portais que se pretendem jornalísticos, que são existentes em regiões interioranas (brasileiras e portuguesas) e suas relações com a política; identificar como as relações patrimonialistas se fazem presentes no cotidiano das pessoas e como isso se articula com os discursos políticos produzidos e veiculados nas mídias digitais e online locais; compreender a produção de sentidos e as possíveis práticas sociais que se estabelecem a partir da apropriação midiática; e discutir os mecanismos de violência simbólica / dominação política através do estabelecimento de relações assimétricas, por um lado; e de possibilidade de emancipação da situação de heteronomia e minoridade, por outro.

Dessa forma, foram feitos inicialmente três capítulos teóricos que serviram de substância referencial científica dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas para enquadrar nosso objeto analisado.

No primeiro capítulo, há uma tentativa de delimitar sobre que democracia se está abordando no trabalho, assim como esse conceito pode se relacionar com a ideia de um Estado capitalista moderno (que evoluiu a partir de elementos de determinação), enquanto constitutivo das relações de produção e dos poderes que elas exercem, bem como em todas as outras ligações de poder; e com a ideia de mídia – campo de poder prioritário onde hoje acontece não só boa parte da lutas, mas das deliberações políticas e sociais.

No segundo capítulo, há uma busca pelo conceito de patrimonialismo no jornalismo. Desde a sua ideia comunitária e patriarcal a seu desenvolvimento enquanto termo essencialmente político, e por isso, intrinsecamente ligado à ideia de

⁶ Por outro lado, não se pode descartar que o contrário também pode acontecer: o Estado reproduzindo as estruturas patrimonialistas da sociedade civil e, por um processo de retroalimentação, reforçá-las.

Estado e Democracia tratados no capítulo primeiro. No Brasil, as relações patrimonialistas são resgatadas desde a chegada do Estado Português (que traz consigo um princípio de não separação entre o que patrimônio público e privado no âmbito da coroa) e são ressignificadas em um novo contexto tropical e escravocrata.

O terceiro capítulo trata do porque da escolha pelo tema jornalismo online, como ele se desenvolveu (as três gerações e o jornalismo feito à base de dados) e se configura na tessitura atual de uma sociedade em rede. É nessa parte, que os outros dois capítulos começam a convergirem para o pensamento comum do quanto é tangível o discurso político (por vezes Estatal, mas sempre revestido de democrata) que acontece no jornalismo online e que pretende a credibilidade.

Para tornar esses capítulos teóricos bases analíticas do objeto da pesquisa, procedeu-se a eleição de dois blogs brasileiros e suas respectivas páginas no Facebook, como campo para a coleta de dados da amostra, uma vez que eles são os mais lidos e comentados e porque são genuinamente produzidos na cidade de Pau dos Ferros / RN. Além disso, os catalogamos de acordo com o seguinte critério de inclusão: noticiar fatos ou divulgar assuntos e eventos que envolvam direta e especificamente política partidária/eleitoral e que representem, cada um, o direcionamento a uma das duas maiores forças políticas da cidade (e, consequentemente da região): o direcionamento ao partido do Democratas – DEM, personificado na figura de Leonardo Rêgo (prefeito da cidade durante dois mandatos consecutivos, de 2005 a 2012, e vencedor do último pleito, ocorrido em 2016, para o terceiro mandato de 2017 a 2020); e o direcionamento ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, personificado na imagem de Nilton Figueiredo, médico e também ex-prefeito por três mandatos (de 1988 a 1992 e de 1996 a 2004), e agora apoiava a reeleição de Fabrício Torquato (odontólogo, filho de sua ex-vice prefeita Maria Rêgo, ex-vice prefeito do agora opositor Leonardo Rêgo e então prefeito da gestão 2013-2016).

Ambos os partidos são considerados de direita, advindos de épocas ditatoriais do país (da Revolução de 30 ao regime militar, equivalendo a mais de 80 anos de coronelismo institucionalizado através de partidos políticos do Brasil), e, como em outras regionalidades brasileiras, a política em Pau dos Ferros é, muitas vezes, pautada nos mecanismos de bases oligárquicas, clientelistas, patriarcalistas e

coronelistas, mesmo que esses coronéis atualmente mudem de estatuto profissional, mas mantenham a mesma função, de médicos, administradores, empresários, advogados e odontólogos. As dimensões de poder ainda são hierarquizadas por trocas de favores pessoais e mantidos através de relações carismaticamente íntimas e tradicionalmente pessoais.

Assim percebido, é interessante ressaltar que as sucessões do poder político na região quase nunca significaram um rompimento total com as práticas patrimonialistas dos ex-prefeitos em que não se podiam distinguir os limites do público e os limites do privado (como o termo sugere, o Estado acaba se tornando um patrimônio de seu governante). Na verdade, as gestões mais atuais se apresentam como os velhos personagens, num processo de dominação patrimonialista, só que com uma roupagem nova. Nesse sentido, o caciquismo se apresenta como uma espécie de patrimonialismo em nível local.

No contexto midiático, os dois blogs são: *Política Pau-ferrense, a notícia passada a limpo*, escrito por Clodoendes Fernandes de Queiroz, radialista e acadêmico em Comunicação Social / Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, com o endereço eletrônico <http://politicapauferrense.blogspot.com.br/>; e *Blog do Capote*, escrito por Raimundo Nilzemar Almeida ou, simplesmente, Mazinho Capote, graduado em Letras pela UERN e funcionário da VI Unidade Regional de Saúde Pública - VI USARP, com o endereço em <http://www.blogdocapote.com/site/index.php>. Vale ressaltar que esses dois blogs têm perfis correspondentes no Facebook, mas não como páginas oficiais dos blogs e sim como perfis de seus blogueiros. Geralmente, eles tendem a se utilizar do texto noticioso para privilegiarem uma das lideranças políticas de Pau dos Ferros. O *Política Pau-ferrense* faz a linha mais de centro e apoia atualmente Leonardo Rêgo; o *Blog do Capote*, com um tom mais pessoal, apoia Fabrício Torquato. Anteriormente a oposição política na cidade se fazia entre Nilton Figueiredo e Maria Rêgo (mãe de Fabrício Torquato) de um lado e Getúlio Rêgo (deputado estadual com maior número de mandatos eletivos consecutivos na história do Brasil e pai de Leonardo Rego), do outro. Com o desenrolar das alianças políticas a cada eleição, a disputa pelo poder executivo da cidade passou a ser dado entre Leonardo Rego e Fabrício Torquato de um lado e Nilton Figueiredo, do outro.

No entanto, no pleito em 2014 para o governo do Estado do RN, houve mais uma reconfiguração: Fabrício Torquato, eleito sucessor de Leonardo Rêgo, rompe com este último e se alinha a Nilton Figueiredo. Assim também seguiu as linhas editoriais dos blogs, ambos já mudaram de lado explicitamente algumas vezes.

Um dos blogueiros assim se proclamou em sua página: “Sou amante da política e usarei este espaço para compartilhar com você, webleitor, as notícias mais interessantes do cenário político local, sem ter medo ou rabo preso, que possa comprometer meu único objetivo: divulgar a verdade absoluta dos fatos, doa em quem doer”⁷. É preciso atentar antes de mais nada para a ideia de que os blogueiros tentam construir na apresentação de suas páginas que existe uma verdade absoluta e imparcial e que seus blogs serão portadores dela, como parte até de um exercício cidadão. Curioso é perceber que, como cada um segue mais ou menos uma liderança política, essa verdade absoluta dos fatos, sem “eufemismos nebulizantes” (palavras de um deles), muda de endereço de acordo com o fato a ser noticiado. É mais curioso ainda distinguir como o jornalismo online e / ou a blogosfera regional se torna assim, e muitas vezes, uma forma de preciosa ajuda às estratégias patrimonialistas. Mais adiante discutiremos um pouco sobre a perspectiva deste estudo sobre a verdade, segundo a Filosofia Pragmática.

Paralelamente, elegeu-se o blog português Carpinteira, sítio feito por anônimos, mas que tem a pretensão⁸ do fazer jornalismo político também regional e no interior do seu país (neste caso, a cidade da Covilhã, situada na sub-região da Cova da Beira, Distrito de Castelo Branco). Através desse blog com a página equivalente no SRS⁹ Facebook, há uma atualização mais ou menos constante sobre a política na cidade, com um tom de ironia e humor, embora sem periodicidade, e com o conteúdo totalmente gratuito disponível na Internet, características essas compartilhadas com os blogs pau-ferrenses, com a exceção do anonimato.

Há numa das hipóteses a ideia de que as formatações brasileiras de produção das notícias têm características específicas que podem ter sido herdadas

⁷ <http://politicapauferrense.blogspot.com.br/p/blog-page.html>

⁸ Faz-se necessário deixar evidente desde esse momento que a produção de conteúdo de blogueiros (brasileiros e portugueses) considerados objetos de análises nesse estudo não é considerado jornalismo, embora façam apropriações por vezes do jornalismo, incluindo técnicas de apuração e redação jornalística, além da denúncia e investigação.

⁹ Conforme conceito de Raquel Recuero (2012).

das relações com Portugal, desde a época do Brasil império. A escolha da Carpinteira diz respeito também a uma possibilidade de analisar como essa relação de herança se reconfigura na atualidade. Hallin e Mancini (2010), por exemplo, ao analisarem os modelos de jornalismo, ratificam as características do Patrimonialismo como algo comum ao modelo latino e / ou mediterrânico: Portugal, Espanha e Itália, e o qual teria sido provavelmente transposto para a América do Sul.

Metodologicamente elegeu-se o *E-Clipping* como instrumento de coleta de dados e a análise crítica de discurso como método analítico desta pesquisa qualitativa, exploratória interpretativa. Aqui, portanto, o interesse se faz em estudar a mídia para pensar uma apropriação dela de forma mais autônoma e crítica. Entender, analisar e antecipar alguns contextos históricos, sociais e de produção noticiosa parece ser um caminho eficaz para isso.

Considerando assim o patrimonialismo um termo essencialmente político e, portanto, diretamente relacionado com as noções bem delimitadas de Estado e Democracia, urge-se a necessidade de relacioná-lo prioritariamente com um outro campo de disputada de poder que exerce uma centralidade vital na sociedade atual: a mídia, especificamente o jornalismo online e em rede; exatamente porque é também na mídia que se exercem e se legitimam não apenas as relações de dominação e desigualdade social (inclusive e sobretudo através do discurso, como previram as Análises Críticas do Discurso), mas é também onde se vislumbram as frestas de possibilidades de transformação desse *status quo*. É essencialmente através do jornalismo, agora online e em rede, que as chances de se reconfigurar os modelos de iniciativas previstas por Habermas (1997)¹⁰ são maiores. É também através desse mesmo jornalismo que, em poucos (mas possíveis) momentos (comprovadamente pela História¹¹), as fronteiras do que é público e privado podem se realinhar para beneficiar uma coletividade maior.

Para Bourdieu (2012) as relações de comunicação, agora mediadas por dispositivos e processos midiáticos, configuram-se sempre relações de poder as quais estão diretamente relacionadas a um determinado capital material e / ou

¹⁰ O poder de introduzir temas na ordem do dia e de torná-los maduros para uma decisão, neste caso, fala-se do modelo de iniciativa externa.

¹¹ No Brasil, foi assim com a votação da PEC das Domésticas e ou com a redução do aumento das passagens de ônibus, nas manifestações de 2013.

simbólico, acumulados histórico e culturalmente pelos atores sociais. Dessa forma, a comunicação é resultado de interações entre os mais variados sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes no cumprimento da função política de imposição e de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra.

Por isso, cabe muito bem se aprovisionar de Roger Silverstone (2002), ao tratar da importância da mídia. Em suas palavras, isso se torna cada vez mais urgente porque agora, essa mesma mídia está estabelecida como uma estrutura primária de nossas vidas para dar sentido ao mundo e nosso lugar nele. Conforme o autor (2002, p. 165), a mídia é a materialização de um poder e de um poder nada inocente; por essa razão é que se precisa compreender como ele é exercido, por quem, com quais consequências, além de como este poder pode ser transformado ou contido. “Precisamos examinar a mídia como um processo, como uma coisa em curso e uma coisa feita, em todos os níveis, onde quer que as pessoas se congreguem no espaço real ou virtual, onde se comunicam, onde procuram persuadir, informar, entreter, educar”. Nesse sentido, entender a mídia como processo também implica um reconhecimento de que ela é fundamentalmente política ou talvez, mais estritamente, politicamente econômica.

2 O ESTADO, A POLÍTICA E A DEMOCRACIA: COMO A MÍDIA SE RELACIONA COM ESSA TRIÁDE

2.1. OS MEIOS DE DETERMINAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA

Há diferentes concepções e pontos de vista teóricos sobre a formação, a legitimidade e os limites do Estado, bem como suas relações com a sociedade e com os indivíduos. Norberto Bobbio (1987) afirma que as duas principais fontes de estudo do Estado são a história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas. Assim, o estudo das instituições políticas por muito tempo se baseou em histórias do direito, seguindo o estudo das leis que regulam as relações entre governantes e governados. De tal forma que, no geral, a história dessas instituições era contada por juristas que possuíam frequentemente envolvimento prático e direto nos negócios do Estado.

No entanto, o autor italiano (1987) ressalta que hoje a história das instituições se emancipou da história das doutrinas, ampliando os limites dos seus estudos para além das legislações; indo, portanto, para as vias do concreto funcionamento. Na contemporaneidade, passa-se a dirigir as pesquisas para o entendimento de um determinado período histórico, avaliando documentos escritos de testemunho dos diferentes atores e as críticas dos contemporâneos. Então, se torna possível reconstituir o processo de formação do Estado moderno e contemporâneo, o qual deve ser estudado não somente dentro do seu desenvolvimento histórico, mas em suas estruturas, funções, elementos, constitutivos, mecanismos, órgãos, isto é, como um sistema complexo considerado em si mesmo e a nas relações com os demais sistemas (BOBBIO, 1987).

Diante disso, o autor diferencia Filosofia política (normativa – o dever ser) de Ciência política. A primeira estaria baseada em três tipos de investigação: na melhor forma de governo ou na ótima república; no fundamento do Estado ou do poder político e suas conseqüentes justificações (ou injustificações) da obrigação política; e na essência da categoria do político ou da politicidade com a divergência entre ética e política. Enquanto isso, a Ciência política se caracterizaria como uma investigação que satisfaz ao princípio de verificação e ou de falsificação do critério

de aceitabilidade dos resultados, o uso da razão para explicação causal do sentido do fenômeno investigado e a abstenção ou abstinência do juízo de valor – perspectiva bastante influenciada pela ideologia epistêmica positivista e sua presunção da avaloratividade científica e neutralidade axiológica (BOBBIO, 1987).

Existe ainda a distinção entre doutrina sociológica e doutrina jurídica do Estado. Norberto Bobbio (1987) ressalta que, a partir da transformação do puro Estado de direito em Estado social, as teorias meramente jurídicas caíram em desuso, inclusive entre os juristas, de forma que quem ganhou espaço foram os estudos de sociologia política, a qual entende o Estado como forma complexa de organização social, deixando o direito apenas como um elemento constitutivo. Bobbio (2000, p. 403) relata também que a “questão social” iniciada com a Revolução Industrial, foi o símbolo da ruína de uma concepção orgânica da sociedade e do Estado. Isso mostrou que a formação econômico-política não podia mais ser assegurada apenas pelo desenvolvimento “autônomo” da sociedade, tendo apenas como garantia uma intervenção política da “polícia”. Passou a existir a necessidade de uma política social que pudesse determinar os motivos das divisões sociais e assim remedia-las, mediante adequadas intervenções de reforma social. Teoria que vai ao encontro de forma complementar aos pensamentos de Gramsci (1984, 2000), tratados detalhadamente um pouco mais adiante neste capítulo.

As teorias que contrapõem essas doutrinas são a Teoria Funcionalista, na versão parsoniana, e a teoria Marxista economicista. A principal diferença entre elas está no modo de concepção do Estado. Isso porque a abordagem funcionalista é dominada pelo tema da ordem, dado que ela entende o sistema global formado por quatro subsistemas, os quais possuem suas respectivas funções e trabalham para a conservação do equilíbrio social. Isso equivale dizer que, na Teoria Funcionalista, o conjunto das instituições que constituem o Estado tem em sua função política uma das quatro funções fundamentais de todo o sistema social (BOBBIO, 1987, p. 58).

Já em relação à teoria Marxista, a ênfase consiste em caracterizar cada momento histórico da sociedade segundo a base econômica (teoria que influenciou Althusser, também melhor abordado mais à frente, ainda neste capítulo). Então, na concepção marxista, a relação entre a base econômica e a superestrutura política é

recíproca, mas é sempre essa mesma base econômica a determinante em última instância (BOBBIO, 1987, p. 58).

Assim posto e remontando a origem do nome “Estado”, Bobbio (1987) vai assegurar que isto pode ser dado a partir de diferentes análises da existência ou da inexistência de formações políticas semelhantes no que se conhece por Estado nas sociedades formadas a partir da crise do sistema feudal. É importante notar que a palavra “Estado” se impôs a partir da difusão do livro *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel (2005). Porém ela não surgiu nesse momento, uma vez que, para se usar o termo, seria necessário que ele já se configurasse em uso corrente. Assim, para determinar se o Estado sempre existiu ou se é possível considerá-lo apenas a partir de uma certa data depende de uma definição de Estado que parte de um pressuposto mais amplo ou mais estreito.

Neste sentido, Roberto Bobbio *et al.* (1998) ratifica que esse nascimento do Estado enquanto ordenamento político de uma comunidade acontece a partir da dissolução da comunidade primitiva baseada nos laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas e derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna, o sustento, e externas, ou seja, a defesa. Já o Estado característico da era moderna surge na mudança de idade primitiva para idade civil. Em torno disso, Bobbio *et al.* (1998) afirma que

A história do surgimento do Estado moderno é a história desta tensão: do sistema policêntrico e complexo dos senhorios de origem feudal se chega ao Estado territorial concentrado e unitário através da chamada racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas materiais (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 426).

A partir de então, relacionando o Estado com poder, Bobbio (1987) ressalta que algumas formas de poder são corruptas; sendo o governo patriarcal e o governo déspota assim caracterizados em virtude da exaltação do poder supremo. Neste sentido, na formação do Estado moderno, o Estado passa a deter o monopólio da coação física por meio de três formas básicas de poder: o poder econômico, referente a posse de certos bens; o poder ideológico, ligado à posse de certas formas de saber e doutrinas; e o poder político, no qual o poder tem como meio a força.

Especificamente, então, para se tratar das formas de determinação do Estado moderno capitalista há de se considerar que este surge com o Estado Absolutista da Europa (no qual ainda prevalecem os valores de linhagem familiar), marcado fortemente pelas relações de poder, pela presença ainda dos estamentos (semelhantemente às sociedades feudais, em que a ascensão social é limitada, pois a posição social do indivíduo era dada pelo nascimento, e não por acúmulo de capital e em que as pessoas eram desiguais perante a lei), pelo monopólio da arrecadação de impostos (através do qual se desenvolveu um princípio de máquina burocrático-administrativa) e, sobretudo, pelo aspecto coercitivo / militar.

Seguindo a sucessão da história, o Estado Absolutista europeu evoluiu para o “Estado de Direito” (Liberal – no qual surge a separação dos poderes do Estado, o início da capitalização na fase concorrencial, o reconhecimento legal do indivíduo¹² etc.), período marcado pela Revolução Inglesa do Século XVII; e deste para o “Estado Democrático de Direito”, assinalado pela Revolução Francesa do Século XVIII, em que a condição de cidadania passava do ato de delegá-la para o ato de exercê-la (participação). Após a Revolução Francesa, cria-se a educação pública para construir um novo cidadão, a fim de manter os ideais socialistas – tem-se início o Estado Social de Direito. É interessante notar que a instrução pública neste momento histórico também cumpriu a função de garantir a formação de funcionários de escritório e chefes de seções demandados pela maior divisão social do trabalho imprescindível ao desenvolvimento da revolução industrial.

É possível observar, pois, que foi uma concepção explosiva de revoluções versus o poder coercitivo (ainda bem presente na dimensão estatal desde o absolutismo) que Karl Marx vivenciou e fez teoria sobre o fenômeno. Um dos primeiros e tímidos contributos para a ampliação da noção de Estado foi feita ainda por Marx (1997), quando vivenciou o Estado Bonapartista¹³, em que o poder executivo se fortaleceu em detrimento do poder legislativo.

Nesta perspectiva, Carlos Nelson Coutinho (1996) destaca que Marx considerava o Estado como um Estado de classe, o qual se vale de um suposto

¹² O indivíduo agora tem cidadania e direitos civis / individuais como liberdade religiosa, de ir e vir, de propriedade etc.

¹³ Período em que Luís Bonaparte III, semelhantemente ao tio Luís Bonaparte I, deu um golpe e se nomeou imperador da França.

interesse geral para defender, na verdade, os interesses comuns de uma classe particular. Na sua análise da concepção de Marx, Coutinho (1996, p. 14) observa que:

Numa primeira aproximação, poderíamos dizer que uma concepção marxista do Estado é tanto mais 'ampla' quanto maior for o número de determinações do fenômeno estatal por ela mediatizados/sintetizados na construção do conceito de Estado; e que, vice-versa, será "restrita" uma formulação que, consciente ou inconscientemente, concentra-se no exame de apenas uma ou de relativamente poucas determinações da esfera político-estatal (COUTINHO, 1996, P. 14).

O autor (1996) estabelece assim um duplo processo, no qual assinala um momento mais preciso da teoria e, simultaneamente a isso, observa que se faz necessário "abandonar" diversas formulações dos marxistas clássicos, pois, no seu entendimento, estão historicamente superadas.

Dessa forma, pode-se definir as "teoria restrita de Estado" e "explosiva de revolução". De acordo com o Carlos Nelson Coutinho (1996, p. 17), Marx e Engels, entre 1848-1850, possuiriam uma teoria restrita do Estado, pois o definiria como um comitê executivo da classe dominante. Portanto, o Estado estaria predisposto à participação popular e que, por isso, precisaria ser destruído, para que o proletariado tomasse o poder. Essa teoria seria, portanto, explosiva, dada a premissa da necessidade de uma revolução violenta e centrada em um curto lapso temporal.

Entretanto, Coutinho (1996) não entende o Estado apenas como um aparelho coercitivo, ditatorial ou sinônimo do binômio Estado-coerção; o Estado seria algo "ampliado", no qual há o acréscimo do consenso na dominação política; comungando, portanto, dos pensamentos sobre as formas de determinação feitas pelo italiano Antonio Gramsci.

Assim, uma outra contribuição, feita mais tarde, para a ampliação da noção de Estado é dada com Gramsci (1851 - 1937). Uma vez preso em 1926, diante do fortalecimento do Estado fascista italiano, Antonio Gramsci vivenciou literalmente a experiência de um Estado Penal, numa sociedade capitalista, cuja emergência foi favorecida pela estratégia leninista da "guerra de movimento" frontal contra o Estado como casamata da dominação burguesa / capitalista e suas catastróficas insurreições na Itália e na Alemanha. A partir de então, ele teoriza sobre a dimensão

consensual da construção da hegemonia, formulando uma estratégia de “guerra de posição” para conquista da opinião pública, em oposição à dimensão coercitiva vista por Marx.

Gramsci (1984) estabelece o princípio de que existem **dirigentes e dirigidos**, governantes e governados e confere aos **partidos políticos**¹⁴ a manifestação mais adequada para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção.

Assim o conceito de “espírito estatal” é materializado a partir daqueles três elementos (dirigentes, dirigidos e espírito de partido) essenciais à política (elementos fundamentais ao espírito estatal / coletivo).

Para o autor (1984, p. 20-21), a expressão “espírito estatal” tem um significado preciso e determinado historicamente. “O ‘espírito estatal’ pressupõe a continuidade, tanto no que se refere ao passado, à tradição, como no que se refere ao futuro. Isto é, pressupõe cada ato como o momento de um processo complexo, já iniciado e que continuará”.

Assim “espírito estatal” se confunde com a ideia de coletividade, uma vez que cada partido (um dos elementos fundamentais para determinação do “espírito estatal”) seria a expressão de um grupo social.

Entretanto, em determinadas situações, partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses de seu grupo e os outros grupos. Esses partidos também representam um grupo social na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do

¹⁴ Conforme Gramsci (1984, p.31), a verdade teórica de que a construção de um partido político depende de que suas bases tenham uma característica monolítica, homogênea (na medida em que é preciso ponderar que cada classe possui apenas um partido), é verificada em momentos decisivos, em que a união, em blocos, de agrupamentos diversos se apresentam como partidos independentes. A multiplicidade existente antes era apenas “movimentos de caráter reformista”, que “concebem a si mesmos como marginais ao movimento principal, no qual se “inserem para reformar determinados males”. Mas o movimento reformista pressupõe o principal e vice-versa. Tanto que nos momentos decisivos, quando questões principais são postas em xeque, forma-se a união, cria-se o bloco. Entretanto, Gramsci chama atenção para o fato de que esses movimentos se aprimoram, se tornando independentes e heterogêneos com o passar do tempo, das experiências vividas e situadas historicamente. “Pode-se dizer que nenhum movimento real adquire consciência de sua totalidade de um golpe, mas só por experiência sucessiva; isto é, quando percebe através dos fatos que nada do que lhe é próprio é natural, mas existe porque surgem determinadas condições”. Assim o movimento se aperfeiçoa e perde os elementos de arbitrariedade, de simbiose.

grupo representado se processe com o **consentimento** e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes até com a ajuda dos grupos “inimigos” (GRAMSCI, 1984).

É então que a dimensão consensual de hegemonia se relaciona com a noção de Estado (no sentido de sociedade política¹⁵; esta estaria sempre e ao mesmo tempo em oposição e combinação com a sociedade civil). Para o autor italiano, o Estado exerce o poder tanto mediante a força quanto ao **consentimento**. Por isso, diz-se que Gramsci não representou uma ruptura com a ideia de Estado marxista, mas uma evolução.

Para melhor expandir e problematizar essa noção de consentimento (que aqui vai ser desenvolvida e até se confundir, às vezes, com a ideia de consenso), os escritos de Antônio Gramsci parecem tencionar a relação marxista e althusseriana de infraestrutura e superestrutura.

Segundo Althusser (1974), Marx concebe a estrutura de qualquer sociedade como constituída pelos níveis de infraestrutura (ou base econômica, a qual seria a unidade de forças produtivas e das relações de produção) e superestrutura (na qual comportam as instâncias jurídico-política (o direito e o Estado) e *ideológica* (religião, moral, política). Então Louis Althusser (1974) apresenta uma metáfora de um edifício para melhor explicar a relação entre essas infraestrutura e superestrutura. Para ele (1974, p. 26-27), toda sociedade se comporta como um edifício em que sobre sua base (infraestrutura) erguem-se dois andares (superestrutura: jurídico-política e ideológica). Assim, “os andares não poderiam manter-se sozinhos se não se assentassem de fato em sua base”. Haveria então uma determinação em última instância da superestrutura pela infraestrutura (base).

Althusser, o estruturalismo e os estudos economicistas do marxismo ortodoxos, nesse contexto, parecem ir de encontro à teoria gramsciana da hegemonia, que se apresenta como uma alternativa minoritária contra a concepção marxista economicista, na época, completamente majoritária e ainda hoje muito forte. Louis Althusser também se coloca na contramão também do que Stuart Hall (2003) chamou, por exemplo, de a Produção Social da Mídia (em que relativiza não só as influências da infraestrutura e da superestrutura, onde se encontraria o poder da grande mídia emissora, mas a própria noção de recepção, de mensagens e do

¹⁵ Arena das instituições políticas e do controle legal constitucional.

processo comunicativo). Para Hall (2003), Althusser levanta questões relevantes, mas as enfraquece quando as relacionam ao campo da ideologia e da cultura:

Sua nomenclatura "aparelhos ideológicos de Estado" não faz jus àquilo que Gramsci chamaria de imensas complexidades da sociedade nas formações sociais modernas — "as trincheiras e fortificações da sociedade civil". Nem interpreta a complexidade dos processos pelos quais o capitalismo deve funcionar para ordenar e organizar uma sociedade civil que não está, tecnicamente, sob seu controle imediato (HALL, 2003, p. 176).

Dessa forma, Stuart Hall (2003) avalia que tal dispositivo analítico dos sistemas sociais, infraestrutura e superestrutura, não é o único e nem deve ser entendido de maneira reducionista. Semelhantemente, João Carlos Correia (2011) aponta, através dos valores-notícias de Nelson Traquina, para uma extensão tão complexa da sociedade quanto a que pode ser exemplificada por meio dos mais variados critérios de noticiabilidade. Para além de outros fatores, o político parece ser determinante para entendermos como a produção social da notícia pode refletir o emaranhado das relações de influência entre infraestrutura e superestrutura. A despeito da existência de determinações sistêmicas e estruturais, podem se perceber "fatores conjunturais que resultam da evolução da situação política e do surgimento de conflitos internos e externos, os quais podem originar situações que condicionam a margem de manobra dos profissionais da imprensa" (CORREIA, 2011, p. 109).

Já para Gramsci (1984), o entendimento de infraestrutura e superestrutura é concebido a partir do conceito de hegemonia. Segundo esse conceito, o poder das classes dominantes não poderia ser exercido simples e exclusivamente através do controle dos aparatos repressivos do Estado. Pois dessa forma, esse poder seria facilmente sobrepujado. Bastava que se encontrassem aliados do proletariado ou das classes dominadas que tivessem uma força militar/armada semelhante ao do Estado e tivesse interesse em combatê-lo. O Estado seria, então, conquistado mediante um ataque direto, de caráter militar (guerra de movimento).

Assim o poder das classes dominantes é produzido e reproduzido fundamentalmente pela "hegemonia" que elas têm sobre as classes dominadas, através do controle do sistema educacional, das instituições religiosas e dos meios

de comunicação. Usando deste controle, as classes dominantes ensinam os dominados para que estes aceitem **consensualmente** e **consintam** nessa dominação como algo dado, naturalizado e até correto para o bem comum.

dos pensamentos sobre a necessidade do “consenso” feitos por Noam Chomsky e das formas de determinação feitas pelo italiano Antonio Gramsci.

Conforme Chomsky (1994, p. 50) também fala sobre a necessidade do consenso para que a dominação logre êxito e este seria fabricado pela mídia que estaria quase sempre a serviço de forças especiais presentes prioritariamente no Estado e no mercado privado, além de se colocar a partir de um grupo de crenças e valores, não fatos. “Se o fato não se adequa às crenças, então os que pregam o consenso devem formular um discurso forte para sugerir que a realidade reflete a crença¹⁶”.

Neste sentido, Jessé de Souza (2016) descreve como se dá, por exemplo, cooptação da elite intelectual para viabilização da exploração material e econômica da maioria da sociedade. Ele (2016) afirma que qualquer grupo social que queira controlar economicamente outro grupo, de modo a extrair permanente e continuamente o produto de seu trabalho, precisa, antes de tudo, saber colonizar o seu espírito. Ninguém se deixaria explorar de forma direta e violenta sem nenhuma reação, uma vez que a possibilidade de gerar outras reações de igual violência é bem direta e real e sempre se revelou muito onerosa. Souza (2016) detalha:

No mundo moderno, quem quiser se apropriar, por meio de instrumento de mercado e de Estado, da riqueza e do produto do trabalho alheio, tem, antes de convencer os espoliados de que a dominação que os explora e subordina é para o seu próprio bem (SOUZA, 2016, p. 20).

Dessa forma, o autor (2016) reelabora o que Gramsci (1984) teoria e complementa tal ideia observando que esse trabalho de mostrar aos dominados que sua própria exploração faz sentido e é boa para eles mesmos não é uma tarefa fácil, por isso que as elites do dinheiro, que retira do bolso da sociedade o produto do trabalho de todos para pô-lo no próprio bolso, precisa de outras elites para o fazê-lo.

¹⁶ Tradução livre.

Mas vale ressaltar que o conceito de hegemonia vai além do fato de subordinação de um grupo hegemônico sobre outro. Conforme Gramsci (1984, p. 33), o funcionamento da hegemonia pressupõe “que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre o qual a hegemonia é exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa”. A hegemonia seria então uma constante disputa simbólica e consensual por espaços e posições.

Assim, Antônio Gramsci (1984, p. 37) combate, então, o reducionismo do marxismo economicista. Para ele, os pesquisadores que consideraram a economia como a instância última que determinaria todas as superestruturas sociais se esqueceram de algumas proposições da “filosofia da práxis, por exemplo, aquela segundo a qual ‘as crenças populares têm a validade das forças materiais’”.

Finalmente, para o autor (1984), tanto na teoria, como na prática política, as lutas podem e devem ser conduzidas desenvolvendo-se o conceito de hegemonia. A guerra agora seria de posições.

Seguindo esta linha, Nicos Poulantzas, na década de 1970, faz a terceira ampliação do conceito de Estado, no Capitalismo. Agora com mais elementos de determinação, Poulantzas percebe o Estado com certa autonomia em relação à economia, aos modos de produção e às classes dominantes.

Conforme o autor grego (2000), o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode ser reduzida à simples dominação política. Assim o aparelho de Estado não se esgota no poder do Estado e, portanto, não é totalmente produzido pelas classes dominantes, nem por elas monopolizado.

Para uma teoria de formação do Estado, Poulantzas analisa as relações de produção como fundamentos que traçam o campo¹⁷ do Estado, o qual desempenha seu papel autônomo na formação dessas relações.

A ligação do Estado às relações de produção constitui deste modo a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes. O Estado seria constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe e, em especial, na

¹⁷ “É o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras dos espaços do Estado e da Economia; delineia seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiro seu relacionamento e articulação que os forma” (POULANTZAS, 2000, p.16).

luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção. Nicos Poulantzas (2000, p. 24) ainda considera que as relações políticas (e ideológicas) estão presentes no meio das relações de produção. “As relações de produção e as ligações que a compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se sob as formas de poderes de classes que são organicamente articulados às relações políticas e ideológicas que os consagram e legitimam”.

Assim considerado, alcança-se que o Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. Mas Poulantzas (2000, p. 29) vai além dessa concepção e argumenta que o poder do Estado também não se limita ao par: repressão e ideologia: “É impossível por meio do binômio repressão – ideologia definir o domínio do poder sobre as massas dominadas e oprimidas sem cair numa concepção policial ou idealista do poder”.

Daí decorre-se que o Estado age de outras maneiras e a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente *consenso*, possui sempre uma base material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe¹⁸, age no campo de equilíbrio instável de compromisso entre as classes dominantes e dominadas (POULANTZAS, 2000).

O autor grego exemplifica este delicado e complexo papel desempenhado pelo Estado para, através de concessões parciais, promover a estabilização e reprodução do mecanismo de dominação político-ideológica:

Ora, mesmo o fascismo foi obrigado a tomar uma série de medidas positivas para as massas (reabsorção do desemprego, manutenção e às vezes melhoria do poder real de compra de certas categorias populares, legislação dita social). Que o aspecto ideológico-engodo esteja sempre presente, isto não altera o fato de que o Estado também age pela produção do substrato material do consenso das massas em relação ao poder (POULANTZAS, 2000, p. 30).

¹⁸ A autonomia consiste no fato de o Estado capitalista ser independente para contrariar os interesses de curto prazo das classes e frações de classes burguesas dominantes do bloco no poder, adotando algumas providências para favorecer as classes dominadas e subalternas, contribuindo assim para reduzir seu potencial revolucionário e procedendo desta maneira como estratégia para garantir os interesses burgueses e assegurar a hegemonia social burguesa no longo prazo (ALVERGA, 2011).

Isso significa que o Estado não produz sempre um discurso unificado, mas vários discursos dirigidos para classes distintas. Esses discursos estariam, pois, encarnados diferentemente nos diversos aparelhos estatais¹⁹.

Nicos Poulantzas (2000) explica que o discurso do Estado, mesmo quando expandido aos seus aparelhos ideológicos, não esgota todo o discurso político, o qual já inclui, em sua estrutura, um poder de classe. Semelhantemente o poder ideológico não se finda nas ações do Estado e de seus aparelhos. Assim como Max Weber (2004) diz que não é a igreja que cria a religião, mas ao contrário (a religião que cria e perpetua a igreja), também não são os aparelhos que criam a ideologia dominante. Resumindo, as relações ideológicas apresentam sempre um lastreamento que transcende os aparelhos e que já são em si relações de poder.

Em suma, Poulantzas (2000) fala de um Estado que tem um papel constitutivo nas relações de produção e nos poderes que elas exercem, bem como em todas as outras ligações de poder. Entretanto, são as lutas, campo primeiro das relações de poder, que sempre detém a primazia sobre o Estado. E isso se refere não apenas às lutas econômicas, mas a todas as outras lutas presentes na sociedade, inclusive as lutas políticas e ideológicas.

Acerca do entendimento de Estado, John Dewey (2004), em “La opinión pública y sus problemas”, também faz outros questionamentos e ampliações. Para ele não existe uma evidente passagem de um estado de natureza para um estado social ou político, ao mesmo tempo que desconsidera algumas possibilidades de definição, como aquelas que apontam para o Estado como instrumento de opressão de indivíduos contra indivíduos, o ápice da vida social, obra naturalmente política por pertencer à essência humana e à instituição social que teria a função de arbitrar os conflitos e manter unidas outras unidades sociais.

Logo, o filósofo traz um entendimento diferente de Estado, no qual o compreende não como sujeito e sim como um tipo de organização das relações humanas: “(...) el grado de organización de lo público que se consigue, y el grado em que sus funcionarios se constituyen como tales para desempeñar la función de

¹⁹ Os aparelhos ideológicos de Estado podem pertencer formalmente ao Estado ou conservar o caráter jurídico “privado”: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, aparelho oficial de informação (rádio, televisão), aparelho cultural etc. (POULANTZAS, 2000, p. 27).

velar por los intereses públicos²⁰ (DEWEY, 2004, p.74). Logo, para ele, Estado é uma organização da vida pública, na qual seus funcionários trabalham para proteger e executar o interesse público. Por isso, não existe um Estado sem governo, assim como não existe Estado e governo sem público.

2.2 DEMOCRACIA E ESTADO: INCLUINDO E EMPODERANDO O OUTRO

A extensa história da democracia ao longo do tempo diz muito sobre transformações e incertezas, que em sua maioria não podem ser eliminadas e merecem ser discutidas. Sendo assim, mesmo diante de tantas pesquisas e estudos, não é possível definir com exatidão como e onde esse sistema surgiu, o que a torna um objeto em constante modificação e reinvenção. Partindo desses princípios, observa-se que a democracia foi inventada e reinventada ao longo dos séculos, ressalta-se a possibilidade de seu múltiplo aparecimento em sociedades e culturas diferentes, em períodos de tempo distintos, o que amplia ainda mais essa discussão, visto que não há possibilidade de partir de um ponto já conhecido. Dahl (2001) amplia esse entendimento, explicando que:

Seria um equívoco pressupor que a democracia houvesse sido inventada de uma vez por todas, por exemplo, como foi inventada a máquina a vapor. (...) pressupondo que a democracia possa ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que há condições adequadas, em diferentes épocas e em lugares diferentes (DAHL, 2001, p 19).

Assim Dahl (2001) sugere que a democracia está presente na humanidade desde o seu princípio, uma vez que o ser humano por natureza costuma viver em grupos. Essas características sempre estiveram intrinsicamente associadas à espécie humana e daí surgiu os primeiros grupos, que por instinto compartilhavam entre seus membros a participação frente às tomadas de decisões. Posteriormente, a humanidade vivencia uma nova etapa marcada principalmente pelo crescimento dos grupos e pelo desenvolvimento de atividades agrícolas. Neste momento, a

²⁰ O grau de organização do público que é atingido, e o grau de funcionários que se constituem como tal, para o papel de salvaguarda do interesse público (DEWEY, 2004, p.74). (Tradução da autora da tese).

sobrevivência da espécie já se apoiava em novos pilares e, junto a si, a democracia também se transformava, visto que perdia espaço para a hierarquia oriunda da aquisição e acúmulo de poder por pequenas frações da população. Desse modo, via-se surgir a hierarquia, que por sua vez oprimiu consideravelmente os governos populares.

A hierarquia por si só não consegue definir os novos governos que surgiram pós democracia primitiva, pois a partir dela surgem outras vertentes, que podem ser consideradas como subproduto deste novo modelo. Assim, surgem as monarquias, oligarquias e aristocracias. Em contrapartida, em 500 a.C., surge, em algumas regiões da Europa, condições favoráveis ao ressurgimento da democracia, visto que governos baseados na participação popular começaram a surgir. A partir desses aspectos, Dahl (2001, p. 21) aponta para uma modernização da democracia pré-histórica. “Pode-se dizer que a democracia primitiva foi reinventada em uma forma mais avançada. Os avanços mais decisivos ocorreram na Europa”. Entretanto, vale se antecipar e já contrapor essa visão liberal de Dahl com o papel do jornalismo propiciando à esfera pública o funcionamento dela como espaço de utilização pública da razão a fim de fiscalizar o exercício do poder político. Assim, para Habermas (1984) o jornalismo foi a instituição fundamental para o advento do Estado de Direito Democrático moderno ao erigir a opinião como fonte única e exclusiva de legitimação das leis.

Avançando alguns séculos na história da democracia, verifica-se que no século VIII muitos empecilhos contribuía para que as noções de democracia fossem pouco disseminadas, pouco compreendidas e muitas vezes mal interpretadas. Todos esses fatores, segundo ainda Dahl (2001), são resultantes de um aglomerado de fatos: a igualdade se apresentava como uma ilusão para a maior parcela populacional, a democracia girava em um eixo que favorecia poucos grupos e classes sociais, e a liberdade de expressão era restrita, além da inexistência de uma república democrática.

Dentro de um longo intervalo de tempo, modificações foram implementadas e chegando ao final do século XX, a democracia encontrava seus principais oponentes largados em um cenário de destruição e dor fortemente impactado pela Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a aristocracia, a oligarquia bem como o nazismo e

o comunismo estavam sujos aos olhos da humanidade. Entretanto, esse cenário, mesmo associado a todas as conspirações históricas não tinha condições de ceder um espaço favorável à expansão da democracia, uma vez que os movimentos antidemocráticos apresentavam uma força e apoio considerável, tendo em vista questões religiosas e nacionalistas, que interferem até mesmo nas tomadas de decisões atuais (DAHL, 2001).

Sendo assim, ainda neste mesmo Século, a democracia sofreu fortes represálias por parte de países não democráticos, que tinha seus líderes de governo e de Estado autodeclarados e enxergava os regimes totalitários mais eficientes. Por outro lado, analisando a história, não é difícil ter numerosos exemplos de nações que jamais aceitaram serem governadas por líderes autodeclarados. Esse modelo de governo geralmente se impõe às vontades das massas populacionais a partir da coerção, que pode se refletir das mais variadas formas, inclusive como violência e extinção do direito de expressão. Dessa forma, passou-se a conferir à democracia a faculdade de trazer consigo, pelo menos em teoria, benefícios desejáveis; uma vez que ela evitaria a tirania, asseguraria os direitos essenciais, propiciaria a liberdade geral, autodeterminação e autonomia moral, além do desenvolvimento humano, proteção dos interesses pessoais essenciais e a igualdade política (DAHL, 2001).

De acordo ainda com Dahl (2001), não é difícil perceber os percalços enfrentados pelo modelo democrático. Nesse contexto, a democracia, cresce, favorece grupos políticos extremamente restritos, é desprezada, extinguida e retorna. Tudo isso evidencia o quanto a ascensão deste modelo não pode ser expressa de forma contínua e tão pouco linear, qualificando-se desse modo como algo irregular e instável do ponto de vista político e social.

Tratando mais detalhadamente dos aspectos político-democráticos do Estado quando relacionados com os aspectos de representação e participação política, Habermas (2002) os apresenta em sua obra “A inclusão do outro”, através de duas concepções (liberal e republicana) de política numa sociedade democrática, as quais são aqui comparadas e redesenhadas para dar forma a um terceiro conceito de política: a deliberativa. A perspectiva Habermasiana analisa, portanto, três modelos

de democracia de acordo com três pontos de vistas: a noção de “cidadão do estado”, o “direito” e a “natureza do processo político na formação da vontade”²¹.

Para Habermas (2002), a principal diferença entre as políticas liberal e republicana está no papel que cada uma exerce no processo democrático. Na concepção liberal esse papel reside na função de programar o Estado para que este se volte ao interesse da sociedade. Nesse caso, política cumpre uma tarefa mediadora entre o poder administrativo e os interesses próprios privados (mercado); é o que congrega e impõe interesses sociais em particular, diante de um aparato estatal especializado no uso administrativo do poder político, com fins coletivos. Já a concepção republicana de política apresenta-se como constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Aqui a política assume a forma de reflexão sobre um contexto de vida ético, o meio em que os indivíduos se conscientizam de sua interdependência e, como cidadãos, desenham e dão prosseguimento às relações de reconhecimento mútuo, transformando essas relações em associações de pessoas livre e iguais.

A partir de então, o autor alemão (2002) já mostra uma transformação na ideia de política. Ao lado da instância hierárquica reguladora do poder soberano estatal e da instância reguladora descentralizada do mercado (interesses próprios), surge também o estabelecimento da vontade política horizontal – o entendimento mútuo por via comunicativa. Habermas (2002, p. 270), enfatizando os contornos da política republicana, explica que, para a práxis da autodeterminação, “aceita-se uma base social autônoma que independa da administração pública e da mobilidade socioeconômica privada, e que impeça a comunicação política de ser tragada pelo Estado e assimilada pela estrutura de mercado”.

Depois de explicitar sucintamente essa diferença, Jürgen Habermas (2002) vai utilizar os três enfoques já citados (“cidadão do estado”, “direito” e a “natureza do processo político na formação da vontade”) para melhor detalhar esses dois modelos de política democrática e justificar o desenvolvimento de um terceiro modelo (deliberativo) com base em uma “Teoria do Discurso”.

²¹ Habermas (2002) preferiu inicialmente categorizá-los apenas como dois enfoques: “cidadão do estado e direito” e a “natureza do processo político na formação da vontade”. Entretanto, para tornar a explicação mais didática, de acordo com a própria divisão (a, b e c) feita no texto original do autor para explicar os conceitos em ambos os contextos políticos (republicano e liberal), optou-se por dividi-los em três.

Diferenciando assim, em primeiro lugar, a percepção de “cidadão do Estado” nas concepções liberal e republicana, o filósofo e sociólogo alemão (HABERMAS, 2002, p. 271) observa que, para a primeira compreensão de política (liberal), o *status* de cidadão é determinado de acordo com os direitos individuais (subjetivos / negativos)²² que eles dispõem mediante ao Estado e dos outros cidadãos. É importante ressaltar aqui a importância da legitimidade das leis para o procedimento democrático. Dessa forma, os cidadãos do Estado e portadores de direitos individuais poderão contar com a defesa desse Estado, “desde que detenham os próprios interesses nos limites impostos pelas leis”. Os direitos políticos nesta ocasião são validados a partir da congregação de vários interesses privados, ou seja, através de votações, formação de partidos, governos etc., os quais exercem influência sobre a administração pública.

Em contrapartida, tem-se a segunda compreensão de política (republicana) que relaciona o status de cidadão (direito à cidadania, à participação e à comunicação política) a direitos coletivos (positivos²³). Desse modo, o poder estatal não é uma força originária e os direitos e liberdades do cidadão antecedem a política, de tal modo que a força originária se dá através da comunicação consensual desses cidadãos do Estado, em uma prática comum de autodeterminação.

Em segundo lugar, Habermas (2002) esclarece o conceito de “direito”, segundo as duas concepções de política. Na liberal, é o sentido de uma ordem jurídica que constata quais os direitos cabíveis a cada indivíduo (subjetivo). Já na republicana, o direito de base subjetiva (individual) deve ser fundamentado numa ordem jurídica objetiva (coletiva) que possibilite e garanta um convívio igualitário, autônomo e baseado no respeito recíproco. O exemplo do direito ao voto, interpretado como liberdade positiva, direito coletivo, parece ser um paradigma razoável dos direitos em geral, uma vez que constitui a autodeterminação política e esclarece como o direito individual e autônomo está associado aos direitos iguais.

Destarte, Jürgen Habermas (2002, p. 274 e 275) conclui a explanação sobre as três categorias usadas para analisar comparativamente a política sob o ponto de

²² É o espaço alternativo e livre de coações externas das pessoas agirem.

²³ Esses direitos não garantem liberdade às coações externas e sim a participação em uma práxis comum.

vista liberal e republicando, assinalando que a diferenciação entre “o papel do cidadão e do direito são expressões de um dissenso de raízes mais profundas sobre a natureza do processo político”.

Enquanto que na concepção liberal, o processo de formação da vontade e da opinião política é uma luta por posições que permitam dispor do poder administrativo para satisfação de interesses privados / particulares; na republicana, obedece-se a estruturas de uma comunicação pública, orientada para o entendimento mútuo. O paradigma aqui não é o mercado, mas a interlocução. Mercado no sentido que o voto, na sociedade democrática liberal, assume os moldes mercadológicos:

O êxito nesse processo é medido segundo a concordância do cidadão, em relação a pessoas e programas, o que se quantifica segundo número de votos. Ao votar os eleitores expressam suas preferências. As decisões que tomam nas eleições têm a mesma estrutura que os atos eletivos de participantes do mercado voltados à conquista de êxito. São os eleitores que licenciam o acesso a posições de poder, pelas quais os partidos políticos lutam (HABERMAS, 2002, p. 275).

Ao relacionar o processo de formação da vontade, numa democracia liberal, os atos eletivos de participantes de mercados, à luta estratégica em busca do sucesso, o autor elucida uma diferença estrutural entre o poder administrativo que tem o Estado e poder comunicativo, que vem da comunicação política, na forma de opiniões majoritárias, estabelecidas por vias discursivas.

Entretanto, entendendo a democracia republicana como bastante idealista, no sentido que coloca o processo democrático como dependente exclusivamente de “supostas virtudes” que todos os cidadãos têm eticamente voltados para o bem comum; Habermas (2002, p. 276) acolhe a ideia de que, “sob as condições do pluralismo cultural e social, também é frequente haver, por detrás de objetivos politicamente relevantes, interesses e orientações de valor” que não são estabelecidos para a coletividade.

Assim sendo, esses interesses e orientações de valor permanecem em conflitos e precisam ser compensados, sob forma de acordo com possibilidades de poder e sanções, e com restrições de não poderem ferir os valores fundamentais partilhados por integrantes dessa cultura. Para Habermas (2002, p. 277), “o direito

firmado politicamente, caso se pretenda legítimo, precisa ao menos estar em consonância com os princípios morais que reivindicuem validação geral, para além de uma comunidade jurídica concreta”. Diferentemente do que foi pensado sobre as questões éticas republicanas, no direito político, agora iniciado pelo autor, como a fecundação da política deliberativa, as questões de justiça não estão fundamentadas desde o princípio ao coletivo:

Política deliberativa só ganha referência empírica quando fazemos jus à diversidade das formas comunicativas, na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um *auto-entendimento mútuo de caráter ético*, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência *jurídica*, de uma escolha de instrumentos *racional e voltada a um fim específico* e por meio, enfim, de uma fundamentação moral (HABERMAS, 2002, p. 277, grifo do autor).

A partir de agora, pensa-se uma política dialógica e instrumental impregnada e complementada com a deliberativa, baseada nas condições de comunicação que legitimam a formação da opinião e da vontade, de maneira institucionalizada, conferindo à visibilidade midiática um papel central e estratégico na definição da situação em que se dá a construção social da realidade.

Para corroborar com essa democracia deliberativa, Habermas vai buscar na Teoria do Discurso, elementos que convergem de ambos os lados (liberal e republicano) e os integra no conceito de um procedimento democrático que institui uma coesão interna entre negociações, discurso de auto entendimento e discurso sobre justiça, além de supor que se almejam resultados ora racionais, ora justos, ora honestos. Dessa forma, a razão prática se desloca dos direitos individuais do homem e dos direitos coletivos éticos para as regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu valor normativo da base validativa da ação consensual, ou seja, da estrutura da comunicação linguística.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E POLÍTICA

O que é a Mídia? Parece, à primeira vista, um questionamento para iniciantes quando se pretende inferir sobre uma relação mais profunda entre mídia e política;

mas logo se evidencia bastante complexa, quando se leva em consideração as diferentes análises de pesquisadores que a têm como fenômeno social e a condiciona a interdisciplinaridade e necessária articulação entre diferentes abordagens.

Charaudeau (2009) analisa que de um ponto de vista empírico as mídias de informação funcionam mediante a uma dupla lógica, a econômica e a simbólica. Na lógica econômica todo o organismo de informação atua como uma empresa e por isso tem como intuito fabricar um produto que terá um lugar no mercado de troca dos bens de consumo. Enquanto isso, na lógica simbólica todo organismo de informação tem a vocação de participar da construção da opinião pública. A partir de então o autor faz diversos questionamentos acerca da possível relação entre essas lógicas e de que modo uma pode influenciar na outra.

Já de um ponto de vista analítico, Charaudeau (2009) afirma que as mídias de informação são objetos de diferentes estudos. Podendo assumir nas perspectivas filosóficas e antropológicas um caráter mais especulativo, no qual se questiona o valor simbólico dos signos, as semelhanças e diferenças que as mídias possuem ao se inserirem em espaços culturais diversos, sua perenidade ou sua transformação ao longo do tempo. Ou outros estudos de filiação mais experimental, como os estudos psicossociológicos, e aqueles de filiação empírico dedutiva, como os estudos sociológicos e semiológicos.

O jogo de regulação das práticas sociais é criado a partir do momento que os indivíduos vivem em comunidade. Neste sentido, a comunicação exerce uma importante função no processo de estabelecimento e fortalecimento das normas de comportamento, dado que é por meio do discurso que se representa as práticas sociais (CHARAUDEAU, 2009).

Neste sentido, Esteves (2003, p. 144) discute sobre o campo dos media como sendo “um dispositivo por excelência de realização da discursividade nas sociedades modernas que garante a mediação social generalizada, do próprio campo com os demais campos sociais e de todos os campos entre si”. O campo dos media funciona segundo os princípios dos objetivos e dos interesses dos diferentes campos, assim ele se apresenta como o espaço por excelência dos conflitos sociais do mundo moderno, no qual é cristalizado a principal forma de violência desse

mundo: a violência simbólica permeada nas entrelinhas dos discursos proferidos nos atos de comunicação.

Nas sociedades mais desenvolvidas a mediação simbólica das relações sociais é tarefa do campo dos media, de forma que ele, segundo Esteves (2003), se torna o lugar central na gestão de conflitos. Assim, acontece a ação dos diferentes agentes sociais mediante os seus interesses, pois as suas expressões simbólicas, sua divulgação pública bem como a própria elaboração racional e argumentativa se dão no campo dos media, em suas diferentes instâncias especializadas. É a partir de então que, por vezes, há a tendência de considerar as exigências das chamadas instâncias do poder, revestindo-as assim de um certo privilégio.

No entanto, mesmo levando em conta que o campo dos media se torna um espaço social de negociação permanente dos diversos campos sociais (ESTEVES, 2003), vale ressaltar que diferentemente dos demais canais oficiais nos quais essas negociações ocorrem de maneira explícita, neste campo elas tem um caráter latente implícito.

Um número crescente de agentes sociais se envolve no campo dos media, tornando-o um poderoso gerador de mudanças ao nível da estrutura geral da sociedade. Sendo atribuídas competências de promover a organização dos diferentes interesses sociais e se encontrar na gênese da disseminação de organizações e movimentos sociais. Acerca disso, Esteves (2003) afirma ainda que nesse processo de intervenção o campo dos media gera novos contextos de sociabilidade, com os seus próprios quadros de poder, a partir de novas relações de dependência e dominação.

Tratando-se agora da determinação do que seja política, o pesquisador Wolfgang Leo Maar (1982), a partir de variados acontecimentos históricos que mostram o desenvolvimento da política no cenário brasileiro, oferece um primeiro apontamento sobre esse conceito ao dizer que a política surge com a própria história, com o dinamismo que está constantemente em transformação, se revelando continuamente insuficiente e insatisfatória. Desse modo, o autor enfatiza que a política é um produto resultante das atividades do próprio homem vivendo em sociedade, que teoricamente possui total autonomia para dominar e interferir no enredo da história.

Maar (1982) afirma que o termo política se apresenta cotidianamente de forma muito vaga, mas situado em campos totalmente politizados que independem do ambiente ou de quaisquer outras condições. Assim, infere-se que a política é responsável por gerir a vida em sociedade independentemente do modelo adotado.

Situando temporalmente a discussão, Rousiley Maia (2011) aponta que no final do século XX surgiu um interesse na redescoberta da sociedade civil, que era apontada por muitos estudiosos como sendo a possibilidade de revitalizar impulsos políticos, revigorar o poder de comunidades, combater o individualismo e desenvolver políticas de alto interesse. A autora cita ainda que muitas são as razões pelas quais tentaram fazer ressurgir a esfera civil:

Nos anos 80 e 90 a derrocada dos modelos político-econômicos baseados em forte intervencionismo estatal, como o socialismo, ou o descontentamento com modelos sustentados em uma confiança excessiva no mercado, em países de capitalismo avançado e de tradição liberal-democrática, levaram a um crescente ceticismo quanto à possibilidade de o Estado e o mercado responderem adequadamente às necessidades dos cidadãos e promoverem eficazmente oportunidades e bens públicos (MAIA, 2011, p. 47).

Todos esses fatores abordados pela pesquisadora Rousiley Maia (2011), além de contribuírem para reacender as esperanças na sociedade civil, auxiliaram no reestabelecimento da busca coletiva por interesses de vida social e de bem público. “Outro grande marco deste período está atrelado ao surgimento de associações voluntárias e de meios alternativos de participação política” (MAIA, 2011, p. 48). Além disso, o crescimento das Organizações Não Governamentais, junto com as redes cívicas, contribuiu expressivamente para alcançar a eficácia da política edificada sobre os atores da sociedade civil.

Na atualidade, essas transformações trouxeram novas dinâmicas que remodelam a política dentro das mais variadas esferas sociais. Nesse contexto, a existência e a demarcação de fronteiras tornaram-se algo muito complexo, visto que a política cívica embarçou a fina linha que separava a vida social da privada. Além disso, as interações existentes entre ONG's e instituições privadas afetaram substancialmente a política de mercado e ambas impactaram de forma expressiva o Estado (MAIA, 2011).

Vale salientar ainda que o processo de globalização, por sua vez, não está dissociado desta realidade. É daí percebe-se que a sociedade civil edificou uma política-cívica transnacional de grande influência no cenário global, tendo em vista que “as formas de atuação das redes cívicas podem provocar alterações em decisões, cujas consequências alcançam corporações, Estados e organizações intergovernamentais” (MAIA, 2011, p. 53).

Abordando os avanços sofridos pela política no decorrer do século XXI, pode-se perceber que a internet veio amenizar uma grave problemática existente no meio: a falta de participação política. Assim, Wilson Gomes (2011) afirma que:

As comunicações digitais em rede representam um conjunto novo de ferramentas para o estabelecimento e a extensão das redes sociais, para produzir novas formas de colaboração, informação e interesse político. (...) quem busca informações políticas em versões online de jornais da indústria não faz muito mais do que trocar papel por uma tela. Por outro lado, quem busca informações políticas em sites e portais já está lidando com produtos desenhados exclusivamente para o ambiente online, e quem se embrenha na blogosfera para a mesma tarefa estará alguns degraus bem mais adiante do que o modelo de leitura de jornais (GOMES, 2011, p. 20).

Com base na perspectiva do professor e pesquisador da Universidade Federal da Bahia (2011), verifica-se que a internet pode facilmente substituir a divulgação de informações impressas, além de dar ao conhecimento político uma amplitude muito mais complexa, visto que os meios digitais possuem um campo de abrangência que é consideravelmente maior que a mídia impressa e com fontes de informações muito mais ramificadas.

Fazendo apontamentos acerca da política / democracia vivenciada mais especificamente no século XXI, é possível de fato perceber os fortes impactos da globalização frente a todos os aspectos já citados, uma vez que as tecnologias digitais e em rede estão disseminadas em todos os meios, inclusive nos meios de comunicação convencionais. Assim, a Internet²⁴ trouxe consigo grandes contribuições para os Estados democráticos ao mesmo tempo que se mostrou como uma ferramenta com alto poder de destruição frente à cultura democrática. Tal

²⁴ Entendida aqui como mega-ambiente de conexões via computadores, segundo Wilson Gomes (2011, p. 19).

realidade evidencia que a linha que divide os pontos positivos dos negativos nesse cenário é muito tênue e em alguns casos quase inexistente.

João Pissarra Esteves (2007) vem corroborar com esta perspectiva, a partir da consideração dos meios de comunicação como instrumentos que redesenham a todo momento a implementação de uma democracia deliberativa²⁵ no contexto atual, a qual é definida como:

A deliberação define, pois, uma democracia vibrante, assente numa publicidade e espaço público revitalizados, contando para esse efeito com media orientados no sentido do exercício de uma influência político-publicística aberta, isso é, fora do raio de acção dos principais poderes constituídos (o poder económico e o poder administrativo) (ESTEVES, 2007, p. 4).

Avaliando a definição de democracia deliberativa dada por Esteves (2007), pode-se perceber que os principais aspectos que revolucionaram a democracia nos meios digitais foram a ação da mídia e da publicidade, que possuem autonomia para limitar ou até interceptar a ação dos poderes econômico e administrativo frente à veiculação e ao acesso às informações. Entretanto, o mesmo autor aponta que outros estudiosos se mostram totalmente opostos a essa nova forma de “fazer democracia”. Nesse sentido, Wolton (2000, p. 100)²⁶ define a internet como “uma contradição do ideal democrático”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Slater (2001, p. 118 *apud* ESTEVES, 2003, p. 5) enfatiza que “a política de rede é dominada por modelos consumistas de livre mercado e não tem procedimentos democráticos de discussão e deliberação”.

Neste contexto, Sivaldo Silva (2011) registra que a democracia começou a sofrer influências dos dispositivos digitais de comunicação ainda na década de 90, uma vez que “a utilização da Internet pelo Estado, principalmente através de sites e portais oficiais se tornou algo generalizados e se configura hoje como o principal vetor de informação da esfera governamental para a esfera civil”. Assim, as ferramentas online atuam como agentes potencializadores da democracia, uma vez que permitem um maior engajamento da sociedade com o Estado, bem como o surgimento de um Estado mais transparente.

²⁵ Conceito que se assemelha e ao mesmo tempo amplia ao / o de Habermas (2002).

²⁶ Tradução livre.

Diante disso, Silva (2011) aponta duas premissas necessárias para debater a democracia moderna:

É preciso compreender democracia como um conjunto de peças e mecanismos que devem funcionar de modo sinérgico e integrado. (...) a democracia precisa ser compreendida como um sistema que se sustenta em um horizonte normativo (SILVA, 2011, p. 124).

Sivaldo Silva (2011) discute tais premissas à luz do que ele entende por participação. Para o autor (2011,) pensar de forma sistêmica, em que a participação deve ser vista como um elemento importante que opera na engrenagem democrática, é tão importante quanto a necessidade de se ratificar que sempre há outros elementos em ação, os quais precisam ser pensados numa interligação complexa. Além disso, as diretrizes e normas precisam ser cumpridas, o que mostra a necessidade de aproximação entre os sistemas e práticas políticas.

Tomando como base as interatividades tecnológicas que caracterizam a democracia no contexto atual, Silva (2011) aponta que três exigências básicas devem ser atendidas pelas plataformas digitais do Estado: publicidade, responsividade e porosidade. Esses requisitos formam o tripé sobre o qual o “Estado digital” deve se apoiar e que parte de uma premissa histórica fortemente marcada pela necessidade de um Estado mais transparente, legítimo, plural e suscetível às demandas sociais.

A publicidade a qual Silva (2011) se refere está diretamente associada ao sentido de esfera pública, que se opõe ao Estado autocrático, que tende a governar com a população “às cegas”, alegando facilitar o gerenciamento. Contrário a essa vertente, o Estado como órgão transparente é aceito e defendido em leis e constituições, uma vez que muitos estudiosos apontam essa característica como uma ferramenta viável para o bom funcionamento democrático. Quando comparada às demais exigências democráticas, pode-se verificar que a publicidade se coloca como sendo a mais efetiva e bem atendida, tendo em vista as bases de dados e informações acessíveis aos cidadãos.

Já a responsividade refere-se ao diálogo entre o Estado e a população. Desta maneira, admite-se uma analogia a um sistema constituído por duas bases distintas, onde uma demanda perguntas, enquanto a outra fornece respostas a elas. Uma das

exigências impostas aos atuais representantes é a criação de canais de diálogo para com a população, podendo estar relacionada exclusivamente aos eleitores ou à sociedade de uma forma mais ampla. A responsividade em questão se apresenta como uma ferramenta que tem como finalidade manter os laços entre o Estado e os cidadãos cada vez mais estreitos. Trazendo essa discussão para o meio digital e tendo em vista todos os fatores já expostos, a responsividade pode se materializar das mais diversas formas, visto que possível a implementação de serviços online, bem como a criação de diálogos a partir da adoção de outros recursos, como mensagens diretas, fóruns online e os estabelecidos através dos Sites de Redes Sociais - SRS (SILVA, 2011).

Quanto à porosidade, esta acontece quando o Estado é aberto às opiniões públicas, em que os cidadãos ganham a oportunidade de opinar / participar frente às decisões governamentais. Os mecanismos de porosidade atuam em consonância com os demais dispositivos já citados, visto que é a principal ferramenta de participação social frente às decisões do Estado. Além disso, deve-se considerar os significativos avanços conquistados neste âmbito, tendo em vista que até os anos 50 do Século XX o único mecanismo de porosidade existente eram as eleições, nas quais os políticos lançavam as propostas e a população escolhia quais eram as mais pertinentes mediante voto popular. Entretanto, diante das reivindicações de participação da periferia da estrutura de poder, foi observada a necessidade de abrir novas oportunidades para que os cidadãos tivessem a oportunidade de atuarem frente às decisões do Estado. Atualmente, os dispositivos que permitem a porosidade foram fortemente ampliados a partir dos sistemas tecnológicos digitais, o que possibilitou o surgimento de consultas públicas e votação online, e a sondagens de *inputs*²⁷, que favorecem as tomadas de decisões (SILVA, 2011).

É válido ressaltar que esses três tipos de interatividades tecnológicas, os quais colaboram para o fortalecimento das democracias no contexto atual, contribuem também para um empoderamento possível da Sociedade Civil, frente às pautas de tomadas de decisão, mesmo diante das relações assimétricas de poder que são estabelecidas com o Estado.

²⁷ Demandas.

Jürgen Habermas (1997, p. 106), no segundo volume do livro *Direito e Democracia*, defende que uma “sociedade civil pode, em certas circunstâncias, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial”.

Para explicar melhor isso, ele (1997) apresenta três modelos de iniciativas que dão aos atores sociais o poder de introduzir temas na ordem do dia e de torná-los maduros para uma decisão: *inside access model* (modelo de acesso interno), *mobilization model* (modelo de mobilização) e *outside initiative model* (modelo de iniciativa externa). O filósofo alemão (1997, p. 113) explica que esses modelos podem representar a influência que circula entre a esfera pública e o sistema político.

No primeiro caso, a iniciativa é dos dirigentes políticos ou detentores do poder: antes de ser discutido formalmente, o tema segue o seu percurso no âmbito do sistema político, sem a influência perceptível da esfera pública política ou até com a exclusão dela. No segundo caso, a iniciativa também é do sistema político; porém, seus agentes são obrigados a mobilizar a esfera pública, uma vez que necessitam do apoio de partes relevantes do público para atingir um tratamento formal ou para conseguir a implementação de um programa já votado. Somente no terceiro caso, a iniciativa pertence às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública. ‘O modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda; 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite; 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente (HABERMAS, 1997, p. 113-114).

É perceptível, levando em consideração as elucidações sobre os três modelos de acesso interno, de mobilização e iniciativa externa, que os temas e sugestões agendados na sociedade seguem um caminho que corresponde majoritariamente ao primeiro e ao segundo modelos e, portanto, do centro para a periferia. No entanto, em situações críticas e apesar das assimetrias estruturais de poder existentes, o terceiro modelo de iniciativa (externa) pode sim configurar um caminho de superação das barreiras, como prevê Habermas (1997):

Os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, quando tomam consciência da situação de crise. Com efeito, apesar da diminuta complexidade organizacional, da fraca capacidade de ação e das desvantagens estruturais, eles têm a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político (HABERMAS, 1997, p. 114-115).

O autor alemão (1997) explica ainda que existem outros tipos de percursos para os temas, outras veredas que os levam da periferia ao centro, outros modelos mais ramificados e complexos; mas afirma que nas esferas públicas políticas, mesmo nas que foram mais ou menos absorvidas por um poder dominante, “as relações de forças modificam-se tão logo a percepção de problemas sociais relevantes suscita uma consciência de crise na periferia” (HABERMAS, 1997, p. 116). E se nesta circunstância os atores da sociedade civil se reunirem, formulando um tema correspondente e o propagarem na esfera pública, sua iniciativa pode ter sucesso.

A partir desse empoderamento através da Internet, a democracia toma novas configurações se forem levadas em consideração as proporcionalidades de “todos falarem para todos”. Mas há de se considerar também as relações de poder ainda desiguais que tendem a favorecer aos grandes grupos corporativos de comunicação; uma vez que, antes, estes estavam predominantemente presentes nos meios convencionais eletrônicos e impressos; hoje, se constituem migrantes para as plataformas digitais e online, como os portais de notícias corporativos, sites de buscas e sites de redes sociais.

Assim consideradas as assertivas sobre mídia e política, constata-se que a relação estabelecida na contemporaneidade entre esses dois sistemas é um tanto problemática. Joaquim Paulo Serra (2005) corrobora com essa ideia e afirma que as causas dessa situação são diversas e podem ser atribuídas tanto ao sistema político quanto ao midiático. O autor pondera que geralmente o sistema político é acusado de não ser capaz de se adaptar as práticas políticas, ao tempo que a política em si acontece, comumente, fora dos lugares tradicionais da política, isto é, nos media ou pelos media. Para reagir a tal incapacidade, o sistema político tenta de maneira mais

ou menos explícita controlar e instrumentalizar o sistema mediático, com a finalidade que este atenda a seus interesses.

Enquanto isso, o sistema mediático é acusado de transformar a política em um espetáculo, no qual se apresenta aos cidadãos os problemas relativos a coisa pública, as soluções bem como as alternativas políticas presentes, sendo que muitas vezes se recorre à baixa política, à vida particular, a escândalos, ou seja, ao sensacionalismo, e no fato de em algumas situações se render à tentativa de controle e instrumentalização do sistema político no intuito de receber os respectivos benefícios.

Serra (2009) parte da análise da catástrofe como um acontecimento “imprevisível” e “incontrolável” que envolve espaços e pessoas com efeitos tão vastos que podem ser considerados inimagináveis, para entender a relação entre os sistemas político e mediático. Quando acontecem catástrofes, o político é obrigado a demonstrar da maneira mais clara possível que elas não são causadas nem pela sua ação nem pela sua não ação. Isso porque a demonstração se faz necessária à medida que a política acontece.

Neste sentido, o Estado, enquanto Estado-Nação passa a se responsabilizar por tudo e por todos, de tal forma que, quando os políticos realizam promessas permanentemente à sociedade, não deixam também de descumprir algumas das promessas feitas, de forma que perdem a confiança dos cidadãos. Assim, a sua comunicação se limita a adiar, por algum tempo, a decisão que a realidade dos fatos impõe mais cedo ou mais tarde, bastando apenas uma catástrofe, como a queda de um viaduto ou incêndios de verão, para quebrar a confiança construída ao longo de vários outros acontecimentos.

Dessa forma, o sistema mediático, por sua vez, contribui para esse resultado. Isso porque, ao passo que generaliza as causas e responsabilidades das “más notícias” aos agentes políticos, cria uma erosão contínua no sistema político em geral (SERRA, 2009). Isso, de acordo com o autor, evidencia que os agentes do sistema mediático continuam a atribuir à política uma força de condução da sociedade que ela já não possui e, assim, reivindicam para si mesmos a função de orientação, agindo como uma espécie moderna de conselheiros do príncipe.

A ausência de políticos credíveis pelos cidadãos no sistema político gera um contexto de sociedade ingovernável. Porém, Serra (2009) ressalta que isso produz um benefício que seria o da necessidade de se criar uma nova resposta à complexidade, isto é, novas formas de sistema político, do sistema mediático bem como da relação entre os dois. O autor discute que tais formas inovadoras devem passar pelo pressuposto de que a política, assim como as demais atividades humanas, é uma atividade que possui poderes e efeitos limitados, e muito do que dela se exige deve, na verdade, ser pedido à sociedade civil, a cada cidadão.

De uma forma mais específica para tratar a relação entre mídia e política e tomando o caso brasileiro como exemplo, é possível se delimitar esses sistemas na medida em que tal intercâmbio pode interferir nas atividades do Estado.

Segundo Lima (2006, p. 53), a ideia de **política** está associada à noção de público e está alinhada a dois vieses significantes: “a oposição ao que é privado, público refere-se à coisa pública, ao Estado; e, em oposição ao que é secreto, público refere-se ao que é manifesto, evidente, visível”. Dessa forma, a política, em formas de governos democráticos, seria a atividade pública (visível) relativa às coisas públicas (do Estado).

Corroborando com isso, conforme Correia (2004, p. 9), “o espaço público desde sempre foi um espaço mediatizado, onde se revelou desde sempre, de forma muito clara, a relação entre a experiência comunicacional e a experiência política”.

Para delimitar o conceito de **mídia**, Lima (2006, p. 53) a concebe como um “conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada”.

De acordo com Rocha (2008), o campo da mídia é um local de geração do poder comunicativo, fundamental para as democracias modernas, mas também é preciso considerar que existem outros fatores que influenciam as relações de poder no processo comunicativo como as pressões e injunções exercidas pelos controladores do capital investido nas empresas da área (donos dos veículos), pelos representantes da estrutura de poder do Estado e das organizações do mercado (inclusive os anunciantes) e pela própria sociedade através do público consumidor

dos produtos midiáticos e dos cidadãos idealmente engajados num legítimo processo de constante atualização constitucional.

Para corroborar com estes pontos, Venício de Lima (2006) desenvolve sete argumentos que tentam comprovar como se dá a importância da mídia para os processos políticos no Brasil.

PRIMEIRA: A mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política (...). SEGUNDA: Não há política nacional sem mídia (...). TERCEIRA: A mídia está exercendo várias funções tradicionais dos partidos políticos (...). QUARTA: A mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais (...). QUINTA: A mídia se transformou, ela própria, em importante ator político (...). SEXTA: As características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político (...). SÉTIMA: As características específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral. (LIMA, 2006, p. 54 - 61).

Ampliando a visão sobre estes setes pontos, Lima (2006) detalha os processos pelos quais passam a integração e influência entre mídia – política – Estado.

Em relação à primeira tese, em que o autor (2006, p. 55) mostra que é “através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado”; destacam-se consequências, além do papel central da mídia influenciando diretamente o cotidiano das pessoas, fazendo com que a escola, a igreja, a família, entre outras instituições, percam um espaço cada vez maior para a pedagogia midiática; a maior importância de sua centralidade reside na construção da realidade, através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho) etc. – e, em particular, **da política e dos políticos**.

Quanto à segunda tese, a visibilidade pública da atividade política, necessária em regimes democráticos, só pode ser concebida nos dias atuais através da mídia. Depois do desenvolvimento da mídia, a condição para um evento ser “público” não está mais vinculado ao compartilhamento de um lugar comum. O público pode estar distante no tempo e no espaço. Agora a mídia transcende, estende, transforma e

substitui a forma tradicional de se pensar “público” e uma das consequências disso é que os atores políticos precisam disputar a visibilidade na mídia (LIMA, 2006).

Sobre a tese de que a mídia está exercendo muitas funções antes destinadas aos partidos, o autor elucida que a preferência midiática pela cobertura jornalística do candidato e não do partido gerou uma certa personalização do processo político, diminuindo cada vez mais a atuação partidária, que tinha entre outras funções a geração e transmissão de informações políticas, a fiscalização das ações de governo e a canalização das demandas populares.

Já a quarta tese de que as campanhas eleitorais foram alteradas pela mídia faz com que se acione uma comparação das eleições que aconteciam antes da mídia com a situação de centralidade que ocupam as eleições de agora. Antes, o sucesso de uma campanha eleitoral dependia em boa parte do contato direto entre o candidato e os eleitores. Agora uma ampla estratégia publicitária de marketing político-eleitoral fez com que o contato direto fosse substituído pelo contato mediado pela mídia (LIMA, 2006).

Pode-se observar que a campanha eleitoral, especificamente a presidencial, agora não acontece somente a cada quatro anos, mas há um planejamento e execução permanente de estratégias de marketing políticos mediados que acontece antes, durante e depois de cada processo eleitoral. Aqui também o Estado passa a moldar suas atividades públicas, de acordo também com as estratégias de marketing político traçadas para a próxima campanha eleitoral.

Um exemplo emblemático de quanto isso teve um ponta pé inicial de transformações se confunde com o início da história política de Abraham Lincon, nos anos 30 e 40 do Século XIX, quando ele ainda era membro da Assembleia legislativa estadual do Illinois, nos Estados Unidos da América (EUA), e já defendia o apoio do governo federal no desenvolvimento econômico, além de lutar pela implantação um banco nacional, uma barreira alfandegária protecionista e um programa de desenvolvimento das comunicações para o seu Estado e o para toda a região do Oeste dos EUA.

Lincoln percebeu desde muito cedo a importância da opinião pública e a relevância da influência e persuasão. Ainda no Século XIX, em 1858, na sua campanha para o Senado, Lincoln fez uma verdadeira campanha eleitoral com uma

série de debates contra seu principal opositor Stephen A. Douglas. Isso inaugurou o que o jornal New York Tribune chamou à época de “uma maneira de discutir questões políticas que deveria ser adotada com mais frequência”, constituindo os primeiros debates político-eleitorais importantes da história americana, principalmente porque não se resumiam a simples conferências de imprensa ou discursos (LEITE, 2003; TRENT & FRIEDENBERG, 1983). Tais debates não conseguiram eleger Lincoln, mas tornaram-no um personagem nacionalmente conhecido, e fizeram com que, nas eleições seguintes, ele fosse o escolhido como candidato do Partido Republicano para concorrer à presidência do país.

De fato, seja qual for o sistema político e a organização do Estado, desde Lincoln, que a percepção de que há uma necessidade concreta de legitimação dos princípios e valores do Estado dependentes dos processos comunicativos e, mais atualmente, midiáticos, foi transformada. Recorrendo a Gramsci (2000), novamente, entende-se então que as ações para gerar e manter a legitimidade do Estado e as ações que o fundamentam são em grande medida uma tarefa que se dá nos meios de comunicação, especificamente ao jornalismo.

Na continuação da análise das teses que concebem que mídia e política se unem em patamares importantes para a atividade estatal, a ideia de que os veículos de comunicação se transformaram em um ator político com interferência direta no processo político propõe que isso se deva principalmente ao poder que emana da sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários ou proprietários (LIMA, 2006, p. 59).

Neste sentido, para Bourdieu (2012), o capital simbólico é o recurso ou poder que distingue os agentes em um espaço social, é a base que fundamenta os sistemas simbólicos, os quais são elementos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento e cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação.

É importante ressaltar, no entanto, que muitas campanhas empreendidas ou apoiadas pela grande mídia só foram suscetíveis de sucesso porque se contou também com a adesão de boa parte da população. Dessa forma, não só a mídia, como também os cidadãos se constituem atores políticos definitivos para que o Estado signifique e ressignifique suas ações e tomadas de decisão.

A sexta tese diz respeito às configurações históricas do sistema midiático brasileiro com legislação desatualizada e que permite (pela ausência de restrições efetivas) a propriedade cruzada; suscitando oportunidades para o estabelecimento de uma mídia nacional concentrada nas mãos de poucas famílias ou grupos empresariais, vinculados, em boa medida, às elites políticas regionais ou locais (LIMA, 2006). A concentração da mídia e a formação de oligopólios permitem que interesses e opiniões de poucos vigorem, mesmo que com tempo limitado (ou não), sobre a opinião da maioria. Isso acontece também, porque, como previu Gramsci (1984), a hegemonia teria a capacidade de unir todas as classes, neste caso opiniões, em torno de um projeto de classe dominante, articulando coerção e **consenso**.

E a sétima tese evidencia que as características do povo brasileiro dão ainda mais força à influência da mídia sobre os processos políticos, devido à baixa escolaridade da população que tem como principal fonte de informação, inclusive informação política, a televisão, aquela mesma concentrada nas mãos de poucos. Lima (2006, p. 62) chega a afirmar que a grande maioria de nossa população (e de nossos eleitores) saltou de uma condição “pré-gutenbergiana para outra, a da sofisticação das imagens do mundo da televisão”. Como uma grande parcela do povo brasileiro passou de uma tradição de comunicação oral para a audiovisual, sem passar pelos domínios da leitura e da escrita, fica difícil conceber que essa mesma população tenha aprendido a ler a mídia criticamente²⁸, a ir buscar informações para além dos pautados, enquadrados e editados pelos grandes meios.

Apesar de todas essas argumentações, Venício Lima (2006, p. 62) ressalva que, a despeito de toda a precariedade cognitiva da maioria da população, isso não impede que existam formas diferentes de se comunicar com a população, sem a onipresença da grande mídia. A aprovação, por parte da população, do Mais

²⁸ Kellner (2002, p. 3) fala sobre a necessidade de se aprender como ler e criticar a mídia, pois isso seria um mecanismo de resistência a sua manipulação. Uma vez detentores da capacidade de leitura crítica da mídia, “os indivíduos poderão se fortalecer em relação à mídia e à cultura dominante. Poderão aumentar sua autonomia diante da cultura da mídia e adquirir mais poder sobre o meio cultural, bem como os necessários conhecimentos para produzir novas formas de cultura”.

Médicos²⁹, por exemplo, depois de uma campanha excessiva contra ao Programa, evidencia que a população, conforme previu Habermas (1997, p. 114-115), pode assumir um papel ativo e pleno de consequências, quando toma consciência de uma situação de crise.

É fundamental, salientar, por fim, que isso têm muito mais chances de ocorrer se o contexto for o de uma sociedade secularizada e democrática, porque se a religião tem uma forte interferência no agir das pessoas e do Estado, estas e este podem optar por nem interagir/argumentar e as possibilidades de se verificar uma deliberação democrática através de uma discussão ética cairiam por terra.

É mister, portanto, considerar o Estado um campo de disputa de poder, onde concessões são feitas aos mais diversos interesses, mesmo que os dominantes prevaleçam na maioria das vezes, e considerar também que ele pode funcionar como um fator de coesão da unidade da soberania popular e de possibilidade da autoformação da sociedade, constituindo-se na estrutura na qual se condensam as contradições de diversos níveis de formação, como pretendeu Poulantzas (2000). Por isso, é essencial se considerar que a maioria das ações políticas de um sistema de governo democrático não podem ser apenas uma imposição de cima para baixo.

Faz parte da dinâmica do Estado, por vezes, recuar diante da mídia e / ou da população e reelaborar suas tomadas de decisão; como também faz parte, em alguns momentos, mantê-las. E é válido apontar também que, mesmo diante de uma determinada campanha midiaticizada de oposição ao Estado, boa parte da população pode ir na contramão do discurso midiático, e ser a imprensa o sujeito da relação a ter de reelaborar suas ações, como aconteceu nos protestos populares de 2013 no Brasil, citados por Castro & Rocha (2016). Quando se afirma aqui que “a mídia mudou de opinião”, não significa dizer que ela estava passando de vilã à heroína da história, mas sendo reconduzida pela força popular. Diante da visibilidade pública, tanto o Estado quanto a política e a grande mídia não podem agir com barbaridades às claras: ou as escondem ideologicamente ou cedem a um acordo, fazem uma concessão (mudam o discurso de um lado ou recuam do outro, por exemplo).

²⁹

<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2015/08/11/em-dois-anos-cubanos-ganham-preferencia-a-medicos-brasileiros.htm>.

Isso ratifica a ideia de que, mesmo a mídia sendo concentrada em um país como o Brasil e ocupando uma grande centralidade na vida das pessoas, inclusive nos processos políticos; em alguns momentos de crise, os movimentos de resistências tomam fôlego, passam a existir diante da visibilidade pública e têm algum poder também. Mesmo que esse poder seja desigual.

Paulo Freire (2005) dar contornos a essa ideia sobre o empoderamento popular:

Toda união dos oprimidos entre si, que, sendo ação, aponta outras ações, implica, cedo ou tarde, que percebendo eles o seu estado de despersonalização, descubram que, divididos, serão sempre presas fáceis do dirigismo e da dominação. Unificados e organizados, porém, farão de sua debilidade força transformadora, com que poderão recriar o mundo, fazendo-o mais humano (FREIRE, 2005, p. 165).

O que Paulo Freire (2005) desenvolve comunga muito bem com a célebre frase do ex-presidente estadunidense Abraham Lincon diante da Guerra Civil naquele país: “A house divided cannot stand” (uma casa dividida não pode ficar de pé). Mesmo apontando a cultura da classe dominante como obstáculo à afirmação dos homens como seres de decisão, Paulo Freire (2005, p. 166) manifesta a necessidade latente do dirigismo e da dominação de que os demais homens dirigidos e dominados “não percebam claramente esse jogo”, pois, do contrário, eles viveriam em busca valente por união e por suas libertações.

3 QUEM PARTE E REPARTE E NÃO FICA COM A MELHOR PARTE, OU É BURRO, OU NÃO TEM ARTE: SOBRE O PATRIMONIALISMO

3.1 UMA BUSCA PELO CONCEITO DE PATRIMONIALISMO

O termo remonta primeiro ao conceito de patrimônio. Originário do latim, *patri*, pai + *monium*, recebido. Patrimônio, segundo o lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986), sempre esteve associado à ideia de herança, como bens e direitos pertencentes a uma pessoa ou empresa. E se somarmos esse conceito ao sufixo “ismo”, o qual pode significar seis ou mais possibilidades de denotação diferentes (fenômeno linguístico, sistema político, religião, doença, esporte, ideologia), chega-se a palavra PATRIMONIALISMO.

Se considerarmos ainda que a opção de significação do sufixo “ismo” vai ao encontro da soma entre o que se entende sobre Sistema político (enquanto forma que permite a organização do poder sobre a sociedade) e ideologia (enquanto caráter social da linguagem), chega-se à consideração de que Patrimonialismo diz respeito ao processo social e político de organização do poder como bem e direito de uma pessoa física ou jurídica que pode servir para estabelecer uma determinada relação de dominação.

Antes de se aprofundar no conceito de patrimonialismo, achou-se necessário transcorrer sobre uma melhor definição do termo ideologia. Nas palavras de João Carlos Correia (2010, p. 10), ao realizar uma abordagem produtiva, ideologia seria um sistema de crenças que “assegura a relação de um grupo com o mundo social. Este corpo de crenças pode desempenhar diversas funções”. Dessa forma, Correia (2010), citando Paul Ricoeur (1991), diagnostica três funções: a de distorção em que a ideologia ocultaria a dominação implícita; a de legitimação em que a ela preencheria o hiato entre a pretensão de legitimidade apresentada pela autoridade governante e a crença na legitimidade da ordem por parte dos súditos; e a função de integração e de preservação da identidade social do grupo. O autor (2010) ainda complementa:

O espaço da ideologia pode articular com o espaço da socialização e da identidade que se delineia no mundo da vida. Articula-se com

reflexões de natureza crítica sobre a identidade e o estilo de vida e expressa-se prioritariamente por movimentos sociais direccionados para pensar os mapas de significação que orientam a comunidade, nomeadamente ao nível da constituição das identidades. Se é pela ideologia que se busca a distorção em nome da defesa de interesses particulares, é na ideologia que se joga a problemática da legitimidade do poder. Finalmente, é também na e pela ideologia que confrontamos os mapas de significação e socialização, graças aos quais construímos uma realidade social e nela nos inserimos, reproduzindo-a e reformulando-a. Valerá a pena aqui observar que o mundo da vida e as estruturas comunicativas da sociedade civil nele enraizadas não são um reino ideal de liberdade pura. Ao nível microssociológico da vida quotidiana é necessário estar atento à multiplicação de pontos de poder e de conflito e, conseqüentemente, à generalização da luta ideológica a esferas que, durante décadas, foram assumidas como apolíticas: família, sexualidade, corpo, entre muitas outras. Em todos estes casos, a ideologia funciona como distorção sempre que se identifica com visões fixas e reificadas quer das instituições quer do mundo da vida. Porém, nunca se esgota nesta dimensão pois se relaciona dialecticamente com a busca da legitimidade e com os processos de reconhecimento inerentes à definição das identidades (CORREIA, 2010, p. 17).

Neste contexto, Correia (2010) pensa uma crítica ideológica, por meio de uma visão discursiva ou deliberativa, que leva em consideração as condições contextuais próprias do agir democrático deliberativo.

Dito isto, fecha-se o parêntese necessário para explicitar de qual ideologia se pretende levar em consideração neste trabalho, para só então começar de fato a tratar sobre Patrimonialismo. Conforme Hinnerk Bruhns (2012), esse termo Patrimonialismo já fazia parte do vocabulário da Alemanha do Século XIX, especialmente na teoria política e nos textos políticos alemães, antes mesmo de Max Weber teorizar sobre o conceito. De acordo com Bruhns (2012), o próprio Weber lembra que a ideia advém da restauração da Ciência Política que se deve a Karl Ludwig von Haller.

O uso que Max Weber faz do termo e suas derivações reflete, num primeiro momento, a ideia dos teóricos da política e historiadores do direito do século XIX, que instituem uma relação genética entre o patriarcalismo e o patrimonialismo. Nesse sentido, a dominação patrimonial é uma descentralização da comunidade da *Oikos*.

Esta seria a antiga forma de organização comunitária grega (época das cidades-estados), que serviu primeiro de objeto de estudo específico de Weber e

depois se constituiu elemento de comparação de análises mais amplas. Seguindo essa acepção, *Oikos* significava a casa do senhor ou uma propriedade rural, semelhante e ao mesmo tempo diferente em essência das comunidades feudais (aqui já se induz o pensamento inicial dele sobre o termo patrimonialismo como patrimônio e enquanto relação genética com o patriarcalismo). Marilena Chauí (2000, p. 530) define *Oikos* como “a casa ou família, entendida como unidade de produção (agricultura, pastoreio, edificações, artesanato, trocas de bens entre famílias ou trocas de bens por moeda etc.)”.

Essas comunidades funcionavam como unidades econômicas e sociais autônomas e autoprotecionistas, em torno das quais se organizava a vida e a partir das quais se estabeleciam não só as necessidades materiais, incluindo a segurança, mas também normas e valores éticos, deveres, obrigações e responsabilidades, relações sociais e relações com os deuses. Assim sendo, *Oikos* não era só a família, mas toda a equipe da casa e da propriedade, inclusive escravos. No entanto, existia majoritariamente uma população livre, mas esta deveria obedecer às ordens do Senhor do *Oikos* e de seus outros súditos que o ajudavam diretamente na administração e manutenção da paz da/na propriedade: fiscalizando, coletando e cuidando de questões militares (MICELI & GALLEG0, 2008).³⁰

Para Weber (1999), o *Oikos* era a descentralização da comunidade doméstica porque, numa propriedade extensa, os membros (também os filhos da casa) eram colocados em moradia e com família próprias, além de abastecidos com gado e utensílios.

Segundo esse mesmo autor alemão (1999), “naturalmente”, o senhor tinha o direito de tirar de seus súditos / comunidade arbitrariamente a propriedade cedida. A tradição ainda considerava claro o direito (desse mesmo senhor) de dispor ao seu bel prazer sobre as pessoas e os bens que estas deixariam após a morte. “A este caso especial da estrutura de dominação patriarcal: o poder doméstico descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente de utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica”, Max Weber (1999, p. 238) vai denominar de dominação patrimonial. Na verdade, era a dominação patrimonial o alicerce do poder doméstico.

³⁰ Tradução da autora

Essas relações, portanto, no âmbito do lar enquanto propriedade e no âmbito da propriedade enquanto lar (*Oikos*), que fundamentavam o que Weber (1999) chamou indiretamente de patriarcalismo primário (relações de autoridade tradicionais, baseadas nos modos de vida do *Oikos*), mantinham relação estreita com a ideia de patrimonialismo, pelo menos seguindo as primeiras ideias e escritos do autor antes da Primeira Guerra Mundial.

Foi a importante obra de Georg von Below, *Der Deutsche Staat des Mittelalters*, cuja primeira publicação se deu em 1914, que levou Weber a introduzir a distinção entre patriarcalismo e patrimonialismo, isto é, entre o nível da “casa” e o do grupo político. Defendendo a ideia de um “Estado” alemão medieval, von Below se opôs às teorias evolucionistas do tempo, notadamente a de Karl Lamprecht, para quem a *Landesherrschaft*, a dominação política sobre os territórios alemães, tinha sua origem no senhorio fundiário, portanto, nas relações de direito privado e patrimoniais (BRUHNS, 2012).

Assim seria até possível se ponderar a existência de dois Max Weber, segundo a progressão dos seus textos, quando se trata do termo ora em questão: o jovem Weber (até 1914, quando, em *Economia e Sociedade*, ele escreve textos sobre a “Sociologia da dominação”) e o experiente Weber (entre os anos 1919 e 1920, tempo em que inclui as “Categorias da Sociologia”), mesmo que a elaboração cronológica dos textos não corresponda à ordem dos capítulos publicados nas primeiras versões do livro.

Ainda de acordo com Bruhns (2012), na versão mais antiga de “*Economia e Sociedade*”, os conceitos de patriarcalismo e patrimonialismo são utilizados de modo a sugerir claramente uma afinidade genética entre os dois fenômenos que designam. Numa versão ulterior, por outro lado, Max Weber não fala mais de uma versão patriarcal do patrimonialismo. Ele opera uma distinção clara entre o patriarcalismo primário, princípio estrutural relacionado ao lar (*Oikos*), e o patrimonialismo enquanto forma de dominação política. Entretanto, é válido ter em conta que esse mesmo patrimonialismo, em países latinos (com menos desenvolvimento capitalista), ainda mantém alguns traços do patriarcalismo primário pré-moderno.

Destarte, sobre as diferenças de conceitualização figuradas nos dois Weber que pairam, inclusive, sobre os questionamentos distintos em “Economia e sociedade”, Bruhns (2012, p. 66) vai afirmar que, no primeiro texto, o mais antigo “(*Soziologie der Herrschaft*), a pergunta norteadora é: como funciona a dominação? Na parte mais recente (*Typen der Herrschaft*), a pergunta é: como a dominação logra tornar-se legítima?”.

É a partir de então, da pergunta que norteia seu problema de pesquisa, que Weber (1999) introduz a distinção entre patriarcalismo e patrimonialismo, isto é, entre o nível da “casa” e o do grupo político. E uma vez assim considerado, apreende-se que, para o autor alemão e também para este trabalho, patrimonialismo é um termo essencialmente político.

Nesse sentido, considerar-se-á um ligeiro apostilamento sobre os três tipos puros de dominação legítima elaborados por Max Weber (1999) em sua versão mais experiente, que se entrelaçam quase sempre e forjam a estrutura dorsal do que se entende por patrimonialismo. Mas antes mesmo disso, é preciso entender o significado, para ele, de “Dominação” como a probabilidade de obediência a um determinado poder.

Essa obediência pode estar sujeita a interesses (em que há considerações entre vantagens e desvantagens) por parte de quem obedece; pode depender de um costume qualquer, do hábito cego de um comportamento antigo, enraizado; ou pode basear-se no puro afeto. Entretanto, a dominação que dependesse apenas desses motivos seria instável. Consequentemente, as relações entre dominantes e dominados, quase sempre, podem se dar através de bases jurídicas, nas quais se fundamenta a legitimidade da dominação. Em uma forma pura, embora socialmente eles não se encontrem isolados, mas imbricados, de maneira que só em parte se sobreponham umas às outras, há três tipos de dominação com bases legítimas: Legal, Tradicional e Carismática (WEBER, 1982).

Conforme Venderlei (2015), quando se fala em legítimo trata-se de tudo aquilo em que há um consenso da parte do povo para que seja legal. Uma ordem ou uma decisão de uma autoridade será legal se estiver estabelecida em lei e será legítima se todos estiverem de acordo sobre a validade daquela lei e se ela for capaz de assegurar a ordem da sociedade sem incorrer na possibilidade do uso da

força. A legitimidade tem, então, um sentido subjetivo de justiça e racionalidade. Logo, nem tudo que é legal é legítimo, uma vez que a lei pode contrariar alguns dos princípios que culturalmente ou naturalmente o indivíduo não está interessado em prejudicar, como por exemplo: liberdade de expressão, de escolha etc.

Dessa forma, os três tipos de dominação pensados por Max Weber (1982), vão se fundar nessa ordem da legitimidade, a qual o pensamento habermasiano se alinha:

A imposição duradoura de uma norma depende também da possibilidade de mobilizar, num dado contexto da tradição, razões que sejam suficientes pelo menos para fazer parecer legítima a pretensão de validez no círculo das pessoas a que se endereça. Aplicado às sociedades modernas, isso significa: sem legitimidade, não há lealdade das massas (HABERMAS, 1989, p. 83).

Habermas (2012), chega mesmo a afirmar que até a fé na legalidade só pode criar legitimidade se se supor de antemão a legitimidade da ordem jurídica, ou seja que a autoridade se justificaria pela existência de uma moral convencional que determinaria normas prévias, gerais e vinculantes para todos.

Nessa perspectiva, a produção e a respectiva manutenção e/ou modificação da dominação estaria fundada, de acordo com Weber (1982), em bases que justificariam sua existência: bases legítimas.

Abordando, pois, o primeiro tipo de dominação legítima, a Dominação Legal, Max Weber (1982, p. 128) vai arrazoar que ela existe em virtude de um estatuto:

Qualquer direito pode ser criado e modificado, mediante um estatuto sancionado. A associação dominante é eleita ou nomeada e ela própria e todas as suas partes são empresas (...). Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece, ao mesmo tempo, a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à lei ou regulamento (WEBER, 1982, p. 129).

Neste trecho, o autor (1982) descreve o princípio da relação entre a base legítima e a legal. Em suas palavras, quem ordena é o superior, cujo direito de mando está legitimado por uma regra, no âmbito de uma competência concreta delimitada e especializada conforme a utilidade e as exigências profissionais. O tipo

de funcionário é aquele de formação profissional, o qual tem seu serviço fundamentado em um contrato, salário, graduação segundo hierarquia do cargo e não segundo o volume de trabalho, e na possibilidade de ascensão. Seu ideal é proceder sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de ordem alguma, livre de escolhas que depende da própria vontade de quem decide, e particularmente de modo estritamente formal, de acordo com regras racionais.

Weber (1982, p. 130) diz ainda que fazem parte desse tipo de dominação as estruturas de Estado moderno, as empresas capitalistas privadas e qualquer outra associação que tenha um quadro administrativo numeroso e hierarquicamente articulado. Em se tratando do desenvolvimento do Estado Moderno, particularmente, ele diz que toda a sua história “identifica-se com a da moderna burocracia e da empresa burocrática, da mesma forma que toda a evolução do capitalismo moderno se identifica com a burocratização crescente das empresas econômicas”. E conclui:

Todas as modalidades de corpos colegiados de Governo e administração correspondem a esse conceito. Mesmo sendo o tipo mais puro da dominação legal, a burocracia não é exclusiva desse tipo de dominação, já que nem sempre ela é exercida entre funcionários contratados. Os cargos mais altos das associações políticas, por exemplo, podem ser exercidos por um monarca (soberanos carismáticos hereditários) ou presidentes eleitos pelo povo ou por um colegiado (Senhores carismático-plebiscitários) (WEBER, 1982, p. 130).

Dessa forma, o sociólogo alemão (1982) fecha essas proposições, ponderando que a Dominação Burocrática é a materialização mais fidedigna da Dominação Legal, embora ela não seja a única.

Quanto à Dominação Tradicional, ele a conceitua como a que se estabelece a partir da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais há muito existentes e o seu exemplo mais puro é a Dominação Patriarcal, na qual se situa uma relação semelhante à do “senhor” e “súditos”. Neste caso, obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, legitimada pela tradição: por fidelidade.

Conforme Weber (1982), a fidelidade fixada pela educação e pelo costume nas relações da criança com o chefe de família constitui o contraste mais típico com a posição do trabalhador ligado por um contrato a uma empresa, de um lado, e com

a relação religiosa emocional do membro de uma comunidade com um profeta, por outro. Efetivamente, a associação doméstica (patrimônio na esfera do lar) constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio. O autor explana ainda como se dá este processo:

Em princípio, considera-se impossível criar novos direitos mediante a tradição. Consequentemente, isso só se dá através do “reconhecimento” de um estatuto como válido desde sempre, por “sabedoria”. Fora das normas tradicionais, a vontade do senhor somente se acha fixada pelos limites que em cada caso lhe põe o sentimento de equidade, ou seja, de forma sumamente elástica. Daí a divisão de seu domínio numa área estritamente firmada pela tradição e, em outra, da graça e do arbítrio livres, em que age conforme seu prazer, sua simpatia ou antipatia e de acordo com pontos de vista puramente pessoais (WEBER, 1982, p. 131).

A Dominação Tradicional, detalhada por Max Weber (1982) pode ultrapassar os limites impostos aparentemente pela Dominação Legal - Burocrática e se fazer presente no quadro administrativo. Como já mencionado anteriormente, há, nesse tipo de relação, uma espécie de dependência pessoal (familiares, amigos ou funcionários domésticos – pessoas que estejam ligadas ao “Senhor” por algum vínculo de fidelidade). Ironicamente, é a partir daí que se consegue perceber a gênese da distinção entre patriarcalismo (Estrutura Patriarcal de dominação) e patrimonialismo (Estrutura Estamental de dominação).

Como “Estrutura Patriarcal de dominação”, os servidores são recrutados em completa dependência pessoal do senhor, seja sob a forma puramente de dispor de um patrimônio (escravos, servos, eunucos), ou seja sob a maneira extrapatrimonial de camadas não desprovidas totalmente de direitos (plebeus). É válido ressaltar que, uma vez que o quadro administrativo é inteiramente dependente do “Senhor”, não existe garantia alguma contra o seu arbítrio. É o que aconteceria, por exemplo, com o sultanato e os governos “déspotas”, em que o domínio é tratado como um direito corrente do Senhor. Já enquanto “Estrutura Estamental de dominação”, os servidores não o são pessoalmente do senhor e, sim, pois, pessoas independentes, de posição própria que lhes confere destaque social. Estão investidos em seus cargos por privilégio ou concessão do senhor, ou possuem, em virtude de um

negócio jurídico (compra, penhora, arrendamento) um direito próprio do cargo, do qual não se pode despojá-los ao bel prazer de outrem (WEBER, 1982).

Para o autor (1982), é a tradição que dita as ordens, as interações são reguladas por ela, pelo privilégio, pelas relações de fidelidade feudais ou patrimoniais, pela honra estamental e pela “boa vontade”.

Finalmente, a Dominação Carismática está intimamente entrelaçada com afetividade. Obedece-se à pessoa do senhor pelas faculdades mágicas dele, revelações, heroísmo, poder intelectual ou de oratória; em suma, pelas suas qualidades extraordinárias, e não em função de seu posto estatuído ou de sua dignidade tradicional. Seus tipos mais puros são a Dominação Profética, Heroico-Guerreira e Demagógica. O líder é a materialização da pessoa que manda; o apóstolo, o exemplo da pessoa que obedece. Aqui, a obediência só existe até quando o carisma igualmente existe, ou seja, só enquanto essas características “excepcionais” permanecem perceptíveis no campo das interações (WEBER, 1982).

Quanto ao funcionamento da esfera administrativa no âmbito da Dominação Carismática, o autor (1982) disserta:

O quadro administrativo é escolhido segundo carisma e vocação pessoais, e não devido a sua qualificação pessoal (como funcionário), a sua posição (como no quadro administrativo estamental) ou a sua dependência pessoal de caráter doméstico ou outro (quadro administrativo patriarcal). (...) A administração carece de qualquer orientação dada por regras sejam elas estatuídas ou tradicionais. São características dela, sobretudo, a revelação ou a criação momentâneas, a ação e o exemplo, e as decisões particulares (WEBER, 1982, p. 135).

Neste caso, para Max Weber (1982), a autoridade não deriva do reconhecimento por parte dos submetidos. Ao contrário, a fé e o reconhecimento são considerados deveres. Aquela frase célebre “Está escrito, porém eu lhes digo...”, vale para que o “Senhor” vá além dos ditames do poder legal ou tradicional. As ordenações antes legítimas deixam de valer tanto para o profeta, quanto para o herói ou para o demagogo, em nome da força da espada ou do “direito natural” revolucionário que ele proclama e sugere. Dessa forma, nos pensamentos do sociólogo alemão (1982), para a permanência da submissão, é altamente importante

que em todas as relações de domínio exista um quadro administrativo com atuação ininterrupta das suas ordenações e da sua garantia de submissão a ele.

As relações de mando e de obediência, portanto, mais ou menos confirmadas pelas experiências históricas e que, por vezes, apercebem-se dentro da esfera política, não se fundamentam apenas materialmente ou através de um simples costume de submissão por parte dos dominados, mas ainda e essencialmente no princípio da legitimidade.

Aqui se ratifica, corroborando com Max Weber e para tentar de alguma forma arrematar essa teoria, que é válido atentar para a não existência isolada desses tipos de dominação e a existência de outras variações deles.

E uma vez esboçado isso, tendo ciência da abordagem específica que se configura como embrião do que se quer trabalhar nesta tese sobre dominação, dominantes e dominados, torna-se mister refletir sobre a determinação de poder para só então se alcançar um conceito mais claro de patrimonialismo, embora acredite-se que (pelas complexidades que envolvem os sistemas políticos e sociais) este conceito ainda está bem distante de uma conclusão consensual.

Segundo Norberto Bobbio (1987, p. 77), o poder é apresentado seguindo três teorias fundamentais: a substancialista, a subjetivista e a relacional. Sobre tais teorias, o autor vai distingui-las ao assegurar que, para a teoria substancialista, bem exemplificada no pensamento de Hobbes, o poder é algo que se possui naturalmente (força e inteligência) ou se adquire (riqueza), e é usado para alcançar o que se deseja. Já em se tratando da interpretação subjetivista (elucidada por Locke, por exemplo), o poder é concebido como a capacidade do sujeito de obter certos efeitos: “o fogo tem o poder de fundir os metais do mesmo modo que o soberano tem o poder de fazer as leis e, fazendo as leis, de influir sobre a conduta de seus súditos”. Porém, a teoria mais aceita no discurso político contemporâneo é a relacional que expõe como poder “a relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria” (BOBBIO, 1987, p. 78).

Em outros estudos, Bobbio *et al.* (1998; 2001) designam poder como a capacidade ou a possibilidade de agir e de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na

expressão poder calorífico, poder de absorção). Os autores explicam que, se levarmos em consideração o sentido social desse conceito, mais específico, portanto, entender-se-á poder sempre em relação com a vida do homem em sociedade e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem. Eles minudenciam essa consideração:

Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito, mas também o objeto do Poder social. É Poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um Governo de dar ordens aos cidadãos. Por outro lado, não é Poder social a capacidade de controle que o homem tem sobre a natureza nem a utilização que faz dos recursos naturais. Naturalmente existem relações significativas entre o Poder sobre o homem e o Poder sobre a natureza ou sobre as coisas inanimadas (...). O Poder sobre o homem é sempre distinto do Poder sobre as coisas. E este último é relevante no estudo do Poder social, na medida em que pode se converter num recurso para exercer o Poder sobre o homem (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 933 e 934).

O que Bobbio *et al.* (1998) esclarecem nesse trecho é que o poder social nunca está na posse de uma coisa em si, mas na relação (teoria relacional de poder) que se estabelece de um homem com outro homem. E não basta definir dominantes e dominados, ou especificar a pessoa ou o grupo que detém o poder e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito. Como é um fenômeno social, a relação é triádica. É essencial que se determine também a esfera de atividade à qual o poder se refere ou a própria esfera do poder. Eles (1998) ainda exemplificam como as esferas de poder podem ser perceptíveis:

A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de poder relacionados com diversos campos. O Poder do médico diz respeito à saúde; o do professor, à aprendizagem do saber; o empregador influencia o comportamento dos empregados, sobretudo na esfera econômica e na atividade profissional; e um superior militar, em tempo de guerra, dá ordens que comportam o uso da violência e a probabilidade de matar ou morrer. No âmbito de uma comunidade política, o poder de A (que pode ser, por exemplo, um órgão público ou um determinado grupo de pressão) pode dizer respeito à política urbanística; o poder de B, à política exterior em relação a uma certa área geográfica; o poder de C dirá respeito, enfim, à política educacional, e assim por diante (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 934).

Ilustrando isso, os autores (1998) elucidam que a esfera do poder se configura às vezes de forma mais ou menos ampla e, ao mesmo tempo, delimitada.

Dessa forma, Bobbio (1987, p. 82) ainda observa as três principais formas de poder, sendo elas econômica, ideológica e política, ou seja, a riqueza, o saber e a força. O poder econômico seria aquele que se vale da posse dos bens de produção e a usa para induzir os não proprietários (ou proprietários apenas da sua força de trabalho) a trabalharem nas condições estabelecidas pelos que detêm posse. O poder ideológico se estabelece a partir da posse de algumas “formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação”. E o poder político estaria em condições de recorrer em última instância à força (porque dela detém o monopólio).

Como forma de pensar o poder, van Dijk (2010) vai analisa-lo num contexto social, o qual estaria principalmente relacionado a controle, ou seja, com o domínio do homem sobre as ações dos outros.

Então, exemplificando melhor como se dá esse processo de poder materializado nas interações sociais, van Dijk (2010, p. 41-42) descreve que um determinado grupo A possui poder sobre o grupo B quando as ações dos membros do grupo A exercem controle sobre as ações dos membros do grupo B. Aqui, o conceito de ação envolve também o conceito de controle cognitivo: o controle social sobre B, por meio das ações de A, induz a uma limitação no autocontrole de B. Vale salientar que o exercício de poder de A sobre B resulta em uma limitação da liberdade social de ação de B. E, para A controlar B, precisa antes ter controle das condições cognitivas de B, tais como desejos, planos e crenças. Só então B pode concordar com A, ou aceitar fazer o que A quer, ou a seguir as leis, normas, sempre de acordo com os interesses de A.

Nesse caso, o poder social é indireto e age por meio da mente (exercido por meio de persuasão ou resultante do medo de sanções). Assim, o poder de A precisa de uma base de recursos ou da aplicação de sanções no caso de desobediência. Esses recursos são atributos ou bens socialmente valorizados, mas desigualmente

distribuídos: riqueza, status, posto, autoridade, conhecimento. O poder é então exercido por A para manter a base de seu próprio poder e, para o exercício e preservação de seu poder sobre B, A precisa comunicar a B, se fazer conhecido sobre suas vontades, desejos, preferências... Além dos atos de fala, esse conhecimento de B sobre A pode ser inferido através de crenças, valores culturais (DIJK, 2010, p. 42-43).

O processo de controle em grupos sociais pensados por Van Dijk (2010) se constitui seguindo percursos semelhantes aos processos de dominação elaborados por Weber, porque, em ambos os estudos, é a legitimidade, baseada em um certo consentimento, a principal atriz que salta aos olhos para se lograr êxito diante de uma atuação nas relações de poder.

Entretanto, para o autor holandês (2010), se faz necessário, além disso, pressupor um discernimento das estruturas sociais, das relações de poder em particular, em que se examine, inclusive, o abuso de poder e como tal abuso pode prejudicar as pessoas, como a desigualdade social pode ser produzida e reproduzida na vida cotidiana, como o poder é distribuído desigualmente na sociedade. Abuso de poder então diz respeito às formas de dominação que resultam em desigualdades e injustiças sociais³¹.

Para van Dijk (2010), se o controle é do interesse de quem exerce o poder e é contra o interesse de quem é controlado há o “abuso de poder”. Além disso, se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, discursivas, há um controle sobre o discurso dos outros, então Discurso e Poder se relacionam. Sendo assim, não é difícil supor que o papel do poder no discurso enquanto interação social é um poder social, de relação de grupos e de pessoas, e que as relações de poder social manifestam-se na interação.

Outrossim, há de se considerar que também existam formas de desigualdades legítimas que são produzidas por quem detém o poder de forma abusiva. Isso não é somente no caso das diferenças políticas, mas também onde houver recursos de poder que não sejam distribuídos igualmente – por exemplo os

³¹ Bobbio (1987), já tratava dessa assimetria, quando assegurava que entre as formas de poder econômico, ideológico e político se mantinha a contribuição conjunta para instituir e para manter sociedades de desiguais, divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores.

recursos materiais, como o dinheiro. Isso também vale para os recursos não materiais e simbólicos de poder, como o conhecimento e o acesso ao discurso público (Dijk, 2010).

Entretanto, ainda conforme van Dijk (2010, p. 51), o poder pode igualmente ser usado para muitas finalidades neutras e / ou positivas, “como quando pais e professores educam crianças, a mídia nos informa, os políticos nos governam, a polícia nos protege e os médicos nos curam”. Sem muitas relações legítimas de poder, a sociedade não funcionaria (se não houvesse ordem, controle, relações de peso e contrapeso). É exatamente a partir deste ponto que se passa a considerar a dimensão da resistência, do contrapoder; e de que há, sobretudo, diferenças de poder que podem ser legítimas na visão dos padrões de justiça e equidade de hoje ou nas bases dos direitos humanos internacionais.

Portanto, observar essas diferenças de poder, quando elas não são redutos da igualdade social, é não permitir a cegueira para a percepção do abuso do poder. Tentando alinhar tudo isso ao que se propôs no início deste capítulo, é importante alastrar o entendimento de patrimonialismo: passa-se, pois, a pensar o termo como processo social e político de organização do poder como bem e direito de uma pessoa física ou jurídica que pode servir para estabelecer uma determinada relação personalista de dominação abusiva e / ou de desigualdade social, em que não existam garantias bem delimitadas contra o arbítrio de quem detém o controle, porque são borradas as fronteiras entre o que é bem e direito público e bem e direito privado.

Uma vez mais ou menos delimitado esse conceito, o próximo subitem abordará como esse mesmo patrimonialismo, o qual foi existente na Portugal das Grandes Navegações (e persistindo hoje sob outras circunstâncias e características) se tornou uma herança para as relações sociais no Brasil.

3.2 O PATRIMONIALISMO HERDADO DE PORTUGAL

A manifestação de poder enquanto bem e direito em que não há fronteiras bem delimitadas entre o bem e direito público e privado, ou pelo menos parte dessa manifestação e como a conhecemos atualmente nas relações nacionais brasileiras,

remontam ao período colonial no país. Mais ainda, remontam à formação do Estado Português, às Grandes Navegações e ao espírito aventureiro do povo Português.

A Península Ibérica, especialmente Portugal, gerou e desenvolveu sua sociedade sob o império da guerra. Um dos marcos iniciais dessa história revisita as lutas contra o domínio romano, seguidas pela ocupação germânica, depois contestada pelos mouros. Das ruínas do império visigótico (povo germânico do leste europeu, antes imperadores e agora renegados à região norte da Península Ibérica pelos Mouros), disciplinado e enriquecido pela cultura dos vencidos, dilacerado em pequenos reinos, Raymundo Faoro (2001, p. 13) narra a geração de um mundo novo e ardente, que transmitiu sua fisionomia aos tempos modernos. “Do longo predomínio da espada, marcado de cicatrizes gloriosas, nasceu, em direção às praias do Atlântico, o reino de Portugal, filho da revolução da independência e da conquista”.

O princípio, então, de confundir o que era patrimônio do Estado português e o que era essencialmente do governante (à época, o rei) está intimamente relacionado, primeiro, com o Feudalismo³² – em todo o sistema feudal europeu, o proprietário era o detentor de poder político –, depois com essa história de guerras. Para Faoro (2001, p. 14), foi através da guerra, que a conquista e o alargamento do território foram gerados como constitutivos da base real, física e tangível do poder da Coroa. O rei, como senhor do reino, dispunha, instrumento de poder, da terra, num tempo em que as rendas eram predominantemente derivadas do solo. Dessa forma, desde os primeiros golpes da reconquista, a Coroa conseguira formar um imenso “patrimônio rural, cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguiram mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe”. O autor deixa isso mais claro ao unir o Senhor da Guerra ao Senhor da Terra em uma só pessoa: o rei, como pode ser melhor analisado no trecho a seguir.

³² Segundo o autor português José Mattoso (1985, p. 50-51), o feudalismo (enquanto regime econômico da Idade Média europeia que regulava as relações dos detentores do poder político e social entre si) foi por vezes confundido com o regime senhorial (enquanto relação de produção definida a partir da dimensão política da propriedade) e pode ser assim definido: os laços reais estabelecidos entre dois homens, com serviços em princípio recíprocos, em virtude da concessão de um bem, normalmente provisória, feita por um senhor a um vassalo no fim de uma série de ritos públicos [...] e um estado de espírito, formado no pequeno mundo dos guerreiros pouco a pouco tornados nobres.

A propriedade do rei — suas terras e seus tesouros — se confunde nos seus aspectos público e particular. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa prévia, nos gastos de família ou em obras e serviços de utilidade geral. O rei, na verdade, era o senhor de tudo — tudo hauria dele a legitimidade para existir —, como expressão de sua autoridade incontestável, bebida vorazmente da tradição visigótica e do sistema militar (FAORO, 2001, p. 20).

Neste caso, a linha divisória entre o patrimônio público e privado estabelecido nas relações de bens da Coroa Portuguesa é borrada, adquirindo um tom de pessoalidade e sem garantias contra as interferências arbitrárias do rei. É importante ressaltar, que em boa parte da Europa moderna, os reinos também vivenciaram de maneira bastante forte o patrimonialismo com a confusão entre o público e o privado, pelo menos até a queda da monarquia absolutista. Viveu-se assim neste período e isso não é superado pelo Estado de Direito (moderno). Em alguns casos, houve tentativas de destruir esse modo de produção e essa organização do Estado com recurso ao Estado Absolutista: é o caso do Despotismo Iluminado.

Assim, além deste aspecto fundado na ideia de bens, há, mais tarde, uma extensão disso para o direito, na forma da lei. Conta Raymundo Faoro (2001, p. 27) que o rei de Portugal dom Pedro I, uma vez desesperado pelo assassinato da amante Inês de Castro, usou de “justiça sem afeição”. Sem que a igualdade de tratamento a todos os delinquentes traduzisse a moderna igualdade perante a lei, ele graduava as penas de acordo com seu “enlouquecido juízo”, sem obediência a quaisquer normas pré-fixadas. “A um adúltero mandou, em sua câmara, cortar-lhe aqueles membros que os homens em maior apreço têm. Por sua própria mão, meteu a tormento um dos assassinos de Inês de Castro, sem poupar chicotadas”.

Percebe-se que aos poucos o Estado Português vai tomando contornos mais sólidos sem que as instituições gozem de campo próprio de atuação, visto que sempre estão subordinadas ao poder do príncipe, capaz de decidir da vida e da morte, reminiscência próxima do rei-general, competente para julgar todos os soldados. Ver-se o renascimento jurídico romano sendo estimulado para reforço de um Estado patrimonial (FAORO, 2001).

O jurista e historiador brasileiro (2001) então resume essa narrativa afirmando que o Estado Português medieval era mais patrimonial do que feudal.

A terra obedecia a um regime patrimonial, doada sem obrigação de serviço ao rei, não raro concedida com a expressa faculdade de aliená-la. O serviço militar, prestado em favor do rei, era pago. O domínio não compreendia, no seu titular, autoridade pública, monopólio real ou eminente do soberano. Estado patrimonial [*portanto*] já com direção pré-traçada, afeiçoado pelo direito romano, bebido na tradição e nas fontes eclesiásticas, renovado com os juristas filhos da Escola de Bolonha. A velha lição de Maquiavel, que reconhece dois tipos de principado, o feudal e o patrimonial, visto, o último, nas suas relações com o quadro administrativo, não perdeu o relevo e a significação (FAORO, 2001, p. 36).

Neste sentido, Faoro elucida a maneira pela qual o sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano.

A sequência dessa história parte da guerra e amadurece no comércio, sendo o rei o senhor da espada e das trocas. Ainda conforme Faoro (2001), a realidade econômica, com o advento da economia monetária e a ascendência do mercado nas relações de troca, dará a expressão completa a esse fenômeno, já latente nas navegações comerciais do final da Idade Média. Jessé de Souza (2000) vai considerar este fato - a convocação da alta burguesia para participar dos negócios do Estado - não um atraso, mas uma antecipação do que só iria acontecer na Europa central da monarquia absolutista.

É, portanto e só então, com a ascensão do capitalismo e do Estado Moderno que o mundo português patrimonial, cujos ecos ressoam no mundo brasileiro atual, faz as relações entre o homem e o poder serem de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica. Na sua falta, o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando. Dominante o patrimonialismo, numa ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo a expressão (FAORO, 2001).

Resumindo e ratificando a experiência portuguesa, Jessé de Souza (2000, p. 168) descreve que a formação do Estado português possui singularidades bem importantes dentro do contexto europeu. Portugal é o primeiro país da Europa a

unificar seu território sob o comando indisputado de um único rei. Enquanto na maior parte dos países europeus a luta pela primazia e comando entre os vários grandes senhores territoriais ainda duraria séculos até que o poder e prestígio de apenas um pudessem se impor em relação a todos os outros como um fato indisputado, a situação em Portugal foi bem outra.

A guerra de reconquista do território português ao mouro possibilitou a incorporação de terras do inimigo à propriedade pessoal do senhor do reino e dos exércitos. O patrimônio do rei no século XIV já era maior do que o do clero e três vezes maior do que o da nobreza. A esse prematuro traço de concentração territorial desenvolve-se todo um conjunto de medidas centralizadoras do poder real. A justiça suprema, em última instância, estava reservada à Coroa. Também o revigoramento do município, com milícia própria obediente ao rei, foi usado como forma de controlar o poder da nobreza e do clero. Como aconteceria em todos os outros países europeus mais tarde, a transformação da economia natural na economia monetária, permitindo a arrecadação em moeda e o pagamento de serviços militares (até mesmo os da nobreza) em dinheiro e não em terras, evitou o desenvolvimento de tendências descentralizadoras (SOUZA, 2000, p. 168-169).

E é precisamente o prematuro processo de centralização e monetarização das bases sociais do poder real em Portugal que possibilitará ao pequeno reino dispor de reservas suficientes para a aventura ultramarina, fase heróica do povo português que marcará a história desse pequeno país por seis séculos: “temos no Portugal medieval uma antecipação de séculos, em relação aos outros países europeus, do domínio absolutista” (SOUZA, 2000, p. 169).

É o novo estado resultante desse complexo processo histórico que Faoro (2001) denominará, de forma complementar a Jessé de Souza (2000), de Estado Patrimonial. Assim patrimonialismo se apresenta também sob outra perspectiva, como resultado de um processo e tentativa de centralização do poder político-econômico.

Numa conotação complementar presente a esta formação do povo português, Sergio Buarque de Holanda (2011) ajuíza que a importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devam-se aos espanhóis e

portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice de valor de um homem, interfere antes de tudo da extensão de que não precise depender dos demais. Cada um se baste e é filho de si mesmo, de seu próprio esforço. E isso espelharia a ideia de que eles têm de superação, a qual era admirada, engrandecida até pelos poetas. É dessa ideia que resultaria em grande escala as formas de organização e associação desses povos hispânicos, como pode ser mais bem observado:

Os privilégios hereditários, que, a bem dizer, jamais tiveram influência muito decisiva nos países de estirpe ibérica, pelo menos tão decisiva e intensa como nas terras onde criou fundas raízes o feudalismo, não precisaram ser abolidos neles para que se firmasse o princípio das competições individuais. À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes (HOLANDA, 2011, pág. 33).

O historiador, detalhando nesse trecho como se dava a organização das instituições sociais, largueia a ideia e vai afirmar que havia uma certa tendência em Portugal para o nivelamento das classes sociais, em que a nobreza não precisava transcender ao indivíduo; teria de depender de suas forças e capacidades, pois valia mais a eminência própria do que a herdada.

Este círculo de virtudes implicaria direto a relação dos povos ibéricos com as teorias do livre-arbítrio e a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho com compensações próximas (fato que os distinguiu bastante dos calvinistas e da ética protestante fundamentada no trabalho, no capitalismo concorrencial e na livre associação dos homens). Por isso, o que o Português viera buscar nas Grandes Navegações fora a riqueza. Mas uma riqueza que custaria muito mais ousadia do que trabalho (HOLANDA, 2011).

Então, em detrimento do espírito do trabalho, Portugal manifestou a predominância pelo espírito aventureiro. Nesta perspectiva, Holanda (2011) assegura que o espírito aventureiro ignora fronteiras e, onde quer que se levante obstáculos contra seus objetivos, ele os transforma em trampolim. Vive dos espaços limitados, dos grandes projetos e dos horizontes distantes.

Conforme Jessé de Souza (2000), o personalismo seria a raiz de algumas das virtudes portuguesas (e brasileiras), como a *plasticidade*. Foi a plasticidade que teria permitido aos portugueses a fixação em meio ambiente tão hostil e estranho e propiciado a assimilação social e racial dos elementos indígenas e especialmente dos africanos. A plasticidade é uma espécie de *virtude dos fracos*, espelhando a predisposição para o ajuste e o compromisso, em vez da sobranceira imposição unilateral da vontade também típica dos calvinistas. É essa circunstância que faz Holanda (2011) afirmar que, neste terreno particular, a fraqueza lusitana foi sua força; ou como Memmi (2007) diz, é seu infortúnio que se tornará sua coragem.

Ainda conforme Souza (2000), é precisamente pelo caráter de estar ao mesmo tempo em todos os lugares que a influência rural ocorrida aqui no Brasil explica as formas mais abstratas e permanentes do personalismo herdado de Portugal. Nesse sentido, o **patriarcalismo**, especialmente na sua versão patrimonialista, seria a forma política específica ao personalismo. É essa autarquia personalista que se transfere tal qual para o ambiente citadino (...). “Isso ficaria claro nas associações de caráter político, por exemplo, quando a solidariedade grupal é construída a partir de sentimentos e deveres de amizade e compadrio, e nunca pela força intrínseca de interesses objetivos e ideias impessoais”. (SOUZA, 2000, p. 164-165).

Semelhantemente, Gilberto Freyre (2003, p. 267) expõe como se deu o processo de colonização no Brasil que fez deste país um herdeiro legítimo do patrimonialismo advindo do Estado de Portugal. “Aristocrata, patriarcal e escravocrata, o português fez-se aqui senhor de terra mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América”. E assim o autor exemplifica como as relações patrimoniais se estabeleceram inicialmente em relação à propriedade da terra e de escravos:

Na expressão popular, hoje irônica – “vá se queixar ao bispo” – esgotados os apelos à polícia, ao governo, à justiça, sobrevive a antiga ideia do prestígio eclesiástico maior que o civil dentro do qual formou-se o espírito da gente peninsular. No Brasil, já esse prestígio não seria tão grande. As condições de colonização criadas pelo sistema político das capitanias hereditárias e mantidas pelo econômico, das sesmarias e da grande lavoura – condições francamente feudais – o que acentuavam de superior aos governantes e à justiça del Rei foi o abuso do coito ou homizio pelos

grandes proprietários de engenho; e não pelas catedrais e pelos mosteiros. Criminoso ou escravo fugido que se apadrinhasse com senhor de engenho livrava-se na certa das iras da justiça ou da polícia. Mesmo que passasse preso diante da Casa-grande, bastava gritar: - “valha-me, seu coronel Fulano”, e agarrar-se à porteira ou a um dos moirões da cerca. Da mesma maneira que outrora, em Portugal, refugiando-se o criminoso à sombra das igrejas, escapava ao rigor da justiça del Rei (FREYRE, 2003, p. 270 a 271).

Neste trecho, Gilberto Freyre (2003), mostra o quanto a igreja mais poderosa que o próprio Rei em Portugal foi substituída pelo poder de patrimônio do senhor de engenho no Brasil. A própria estrutura da Casa-grande expressaria o modo de organização social e política das terras: o patriarcalismo fundamentado na propriedade fundiária do Brasil Colônia. Neste caso, o patriarca proprietário da terra era considerado dono de tudo que nela se encontrasse: escravos, parentes, filhos, esposa, amantes, padres, políticos. Seria o princípio da consolidação no Brasil, da não superação entre os limites familiares, privados e os fins estatais, públicos.

Mesmo que o Brasil tivesse muito mais conveniências para desenvolver o patriarcado com base nos imensos territórios; em Portugal, para além do poder paralelo da Igreja, o qual junto com o poder do Rei já ensaiavam a diluição das fronteiras entre o público e o privado, também se desenvolvia um patriarcado com base na agricultura, neste caso, familiar.

Boaventura de Souza Santos (1999, p. 1999) chega a afirmar que a agricultura familiar foi e ainda é muito presente na sociedade portuguesa e particularmente dominada pelo poder patriarcal. “A sociedade portuguesa é rica em tecnologias familiares, tanto materiais quanto simbólicas e em formas de sociabilidade face-a-face baseada, sobretudo, no parentesco e na vizinhança”. E para além disso, Santos (1999) delinea os laços sociais na sociedade civil³³ portuguesa, quando analisada em termos das estruturas familiares e das redes de solidariedade constituídas na base do parentesco e da vizinhança, muito fortes.

Dessa forma, é possível analisar que a cultura do patriarcalismo, outrora presente em Portugal, inicialmente em seu Estado, através do poder do Rei, e

³³ Para Boaventura de Sousa Santos, sociedade civil se refere ao conceito de Hegel (2009). Seria um Sistema das necessidades, originado a partir de ações, as quais conduzem das necessidades à satisfação e geram um fluxo de relações recíprocas entre os homens; criando-se um determinado tipo de interação e comunicação: a sociedade civil.

depois estendendo-se para outras esferas como o da Igreja, reconfigura-se com o passar do tempo através de outras relações sociais como a da agricultura familiar, mas também como manifestação política: o patrimonialismo. Uma vez transposto para o Brasil, é o patriarcado daquela mesma agricultura que primeiro se desenvolve nas terras da ex-colônia portuguesa e só depois se redesenha na esfera estatal. Isso é corroborado, em partes, quando Memmi (2007) diz que há, em todo colonizado, uma exigência fundamental de mudança.

Em se tratando ainda de uma cultura e uma identidade forjadas, em partes, a partir de heranças advindas do colonizador, Renato Ortiz (1986) vai ratificar que tanto a cultura quanto uma identidade nacional se define quase sempre em relação a algo que lhe é exterior. Para o autor (1986), as críticas sobre a cultura brasileira, como algo diferenciado de outros povos ou países (sejam eles europeus ou norte-americanos) e que, até os anos 60 do século passado, eram feitas à herança e semelhança das ideias da metrópole, são válidas.

Por outro lado, Souza (2016), em bibliografia mais recente, oferece tons de refutação desta sociologia da inautenticidade, quando diz que, desde a formação do país, seguiu-se um caminho autêntico, mesmo que com fortes influências. E, no caso do trato das desigualdades e abuso dos dominados, o autor (2016) vai observar que isso é muito mais grave no Brasil do que em Portugal devido aos quase quatro séculos de escravidão iniciada como uma necessidade da monocultura açucareira; o que não ocorreu em Portugal, onde a escravidão foi periódica e não generalizada. Outrossim, nas terras lusas, haveria uma descentralização maior do que no poder político brasileiro, das administrações das câmaras municipais, assistidas pelas juntas de freguesias e organismos de gestão dos serviços públicos coletivos e eleitos periodicamente.

Abrindo um parêntese, é válido dar espaço para a análise da formação histórica brasileira que Souza (2016) faz, iniciando com uma espécie de radiografia dos mecanismos que permitem à elite do dinheiro ser a mandante do golpe realizado em 2016, por exemplo, o qual teria sido executado por outras pessoas, mas em seu nome. Sem que essa elite fosse sequer mencionada, a trama se estabelece a partir de novos conflitos de classes, fruto de uma recente ascensão social de setores sociais. Assim, historicamente, foi importante para essa mesma elite do dinheiro

comprar a elite intelectual, através da construção da USP na década de 1930, e assim poder estabelecer cientificamente a demonização do Estado e o endeusamento do mercado, como única resolução para o fortalecimento democrático e livre. Neste caso, o empreendedorismo e a coragem do risco seriam o grande sonho e meta pela qual se somariam esforços. Eles seriam as verdadeiras fontes criativas e pulsantes da sociedade. Dessa forma, a pecha do Estado patrimonial – e, portanto, corrupto – “serve para dois propósitos básicos: tornar invisível a corrupção do mercado dominado pela elite do dinheiro e permitir a deslegitimação de todo o governo comprometido com o uso do orçamento para a maioria da população” (SOUZA, 2016, p. 38).

Neste contexto, é possível se pensar que há uma ruptura do pensamento mais recente de Jessé de Souza (2016) com o pensamento de outros autores brasileiros clássicos nos estudos do patrimonialismo brasileiro como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta. Entretanto, se recorrendo a Bourdieu (2012) e ao poder simbólico³⁴, bem como a Habermas (1968) e à técnica e a ciência enquanto ideologia, é possível se reelaborar esses pensamentos enquanto pensamentos científicos pertencentes a um contexto histórico específico e que não necessariamente precisem convergir para um mesmo resultado a fim de serem aceitos pelos pares, mas que em alguns momentos eles se aproximam e em outros se distanciam; que, em alguns momentos, as conclusões dos estudos e pesquisas estejam abertas para serem repensadas, ratificadas, retificadas ou complementadas pelos pares.

Destarte, é possível perceber uma nova questão cultural e indenitária se estruturando no interior de uma sociedade que se organiza paulatinamente de forma distinta da do colonizador, pois, na medida em que o capitalismo atinge novas formas de desenvolvimento, tem-se novos tipos de organização da cultura ressignificados no Brasil.

Quando se afirma que o Brasil não processa mais sua cultura e identidade nacional como algo semelhante às da metrópole, está subentendido que parte da particularidade nacional se revela através do meio e da raça. Ser brasileiro significa

³⁴ Assim, para Pierre Bourdieu (2012), o poder simbólico não é tangível, embora seja perceptível, e logra êxito quando existem consentimentos e consessões dos sujeitos dominantes e dominados sujeitos a esse poder.

viver em um país geograficamente diferente da Europa, povoado por povos dos mais diversos lugares do globo para além de Portugal; compreendendo isso como “fatores internos” que ajudariam a redefinir a realidade brasileira (ORTIZ, 1986).

Ortiz (1986) ainda ressalta que toda identidade é uma construção simbólica, o que elimina, portanto, as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade nacional autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

Uma interpretação dissidente e /ou complementar para a questão cultural do Brasil é, segundo Ortiz (1986), encontrada em Manuel Bonfim, na qual a problemática brasileira somente existe enquanto parte de um sistema mais abrangente, o da América Latina. Neste caso, abre-se espaço para uma visão internacionalista e reveste o país de uma especificidade política mais geral, pois perguntar-se sobre o Brasil equivale a se indagar a respeito das relações entre América Latina e Europa. A compreensão do atraso latino-americano se liga assim ao esclarecimento das relações entre nações hegemônicas e nações dependentes.

Para Darcy Ribeiro (1995), a cultura brasileira pode ser pensada através de um processo de adaptação e diferenciação que se estendeu por séculos. Em complementação ao que disse Renato Ortiz (1986) e Jessé de Souza (2000), a identidade étnica dos brasileiros se explica tanto pela precocidade da constituição dessa matriz básica da nossa cultura tradicional, como por seu vigor e flexibilidade. Essa última característica lhe permitirá, como herdeira de uma sabedoria adaptativa dos portugueses (mas também dos índios e negros), conformar-se, com ajustamentos locais, a todas as variações ecológicas regionais e sobreviver a todos os sucessivos ciclos produtivos, preservando sua unidade essencial.

Uma vez pensadas todas essas heranças e formações que culminaram num Brasil, desde o seu princípio colonial, permeado por relações patrimoniais, enquanto manifestações políticas, é necessário se pensar também como essas relações se revelam em outros campos de poder, além do Estado, da igreja ou da agricultura, como a mídia, por exemplo, e como isso transparece de fato no Brasil de hoje. É portanto, sobre esse aspecto que o próximo subitem discutirá.

3.3 O PATRIMONISLIMO E O JEITINHO BRASILEIRO

O Patrimonialismo no Brasil, observado na literatura nacional, alcançou grandes destaques e diversas maneiras de concebê-lo através de personagens que se assemelhavam a verdadeiros heróis às avessas ou anti-heróis.

Na expressão de Mário de Andrade (2013), são os heróis sem nenhum caráter. É na construção de Macunaíma que o poeta modernista (2013, p.13) forja a personificação do “herói de nossa gente”, brasileiro, muito bem representado em uma das célebres e primeira frase do protagonista ao nascer: “Ai! Que preguiça”. É através desse Macunaíma (um índio negro) que a atemporalidade marca as mais diversas características da formação cultural do Brasil. Fazendo uma menção de crítica ao Romantismo e se caracterizando como indianismo moderno, a concepção do um romance cômico, que aproxima a linguagem escrita da oral, ajuda também a formatar todo o multiculturalismo brasileiro da época modernista, nos anos 20 do Século XX.

A plasticidade do Português, lembrada por Jesse de Souza (2000), aparece aqui no traço da personalidade do brasileiro. A capacidade de se adaptar a ambientes não muito amigáveis e de assimilar outras culturas é muito bem narrada na história em que Macunaíma deixa sua tribo e viaja a São Paulo. É durante esse percurso de viagem que o processo de transformação acontece. O “índio negro”, “criança feia”, que havia passado seis anos para falar, transforma-se e assume uma nova identidade, ao entrar em contato com a cidade industrializada. O personagem do romance maltrata e ama ao mesmo tempo as mulheres, não trabalha, se envolve em confusões, é preguiçoso e ainda consegue tudo o que quer; transa até com a Mãe do Mato, com a esposa do irmão e mesmo assim é adorado pelas pessoas. É nas suas fraquezas e / ou erros que ele se faz forte, se faz herói.

Uma descrição de um anti-herói semelhante na literatura brasileira é a do Jeca Tatu de Monteiro Lobato (1994), a qual inclusive antecede Macunaíma. O personagem é o modelo do caipira não idealizado, do caboclo como fruto da mestiçagem do homem branco com o homem nativo (índio), descrito num contexto arcaico e ruralista da cidade de São Paulo de 1914, abandonado pelo Estado, à

mercê de enfermidades típicas dos países ainda em desenvolvimento, da miséria e do atraso econômico.

O autor paulista do Vale do Paraíba (1994) descreve o Jeca como um homem sem conhecimentos escolares, também preguiçoso e sem nenhum conforto em sua casa. Nas palavras do protagonista: “de qualquer jeito se vive”. Dessa forma, sempre de pé no chão, de roupas rasgadas e sem nenhum plantio organizado que lhe oferecesse o mínimo de subsistência, seu voto era totalmente inconsciente, como é descrito no trecho a seguir:

O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e todo vincado de dobras, entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lho retém para maior garantia da fidelidade partidária. Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gatafunhos a que chama “sua graça” (LOBATO, 1994, p. 81).

Em uma narração semelhante, Monteiro Lobato (1994, p. 81) evidencia todas as fragilidades do Jeca Tatu, especialmente quando se trata dele reconhecer a organização política que o rege. Ao lhe perguntarem quem seria o presidente da República, ele teria respondido com outra pergunta: “O homem que manda em nós tudo?... Pois de certo que há de ser o imperador”.

Observa-se então que é também a plasticidade que faz o personagem de Lobato se transformar e se adaptar às novas exigências (diante da debilitação da saúde dele assistida por um médico) e se converter em herói, mesmo que cheio de defeitos e fraquezas.

E o que dizer da imagem forjada do “malandro carioca”? Poeticamente detalhado por Wilson Batista (1933) no samba “Lenço no Pescoço”, como evidencia na letra a abaixo:

Meu chapéu do lado
Tamanco arrastando
Lenço no pescoço
Navalha no bolso
Eu passo gingando
Provoco e desafio

Eu tenho orgulho
 Em ser tão vadio
 Sei que eles falam
 Deste proceder
 Eu vejo quem trabalha
 Andar no miserê
 Eu sou vadio
 Porque tive inclinação
 Eu me lembro era criança
 Tirava samba-canção (BATISTA, 1933).

O malandro presente nessa composição de Wilson Batista (1933), o qual toma consistência e se torna conceito com o rádio no Brasil, é também o mesmo malandro da vida noturna do Rio de Janeiro nos anos 30, para onde convergiam jogo, dança, bebida e mulher.

O malandro é a fantasia constante do proletário, do negro, do oprimido encarnando a realização de certos anseios coletivos: não trabalha pesado, é temido e respeitado pelos homens, desejado pelas mulheres; vive sempre na orgia e no samba, sem jamais perder a linha e a fala (MATOS, 1982). É mister salientar que este herói brasileiro também passa por transformações e essa primeira imagem dele se modifica. Segundo Matos (1982) a elegância malandra toma forma caricatural do burguês engravatado.

Roberto DaMatta (1997) o retrata muito bem quando o relaciona ao carnaval, contexto onde o samba atinge grande notoriedade e expressa a relatividade alegre de qualquer estrutura social, ordem, poder ou *status quo*. Assim, é o carnaval que acaba se fundamentando na flexibilização dos rigores da norma, numa flutuação aparente dos valores sociais e morais vigentes.

Pedro Malasartes (personagem das culturas ibéricas e brasileira, astucioso e vadio, conforme digita Câmara Cascudo, 1986) é um personagem que, de acordo com DaMatta (1997, p. 274), consegue converter todas as “desvantagens em vantagens, sinal de todo bom malandro e de toda e qualquer malandragem”. Sobre essa ideia de saber se transformar, de saber lidar com as complicações e conflitos de contexto diversos, de ser um relativizador das leis (regulamentos, códigos e moralidades), de ter (*novamente*) a plasticidade como símbolo forte em seu caráter, o autor detalha:

Pedro Malasartes nos diz como transformar a morte e o cadáver em algo vivo e positivo, ganhando dinheiro e tirando partido de sua própria perda e dor. E ainda nos ensina a aceitar a relação entre “merda e dinheiro”, na profunda equação que diz ser o dinheiro (e a posição social que lhe corresponde) podre e disponível como as fezes, que Pedro vende a um rico burro, curioso e convencido (DAMATTA, 1997, p. 274).

Neste sentido, para além de descrever a personalidade, DaMatta oferece uma análise sobre o papel social representado por Malasartes, para além da figura do “herói sem nenhum caráter”. Em suas palavras, um subversivo, perseguidor dos poderosos, para quem sempre leva a dose de vingança e destruição que denuncia a falta de um relacionamento social mais justo entre o rico e o pobre.

Tantos outros anti-heróis permearam a literatura brasileira como o esperto João Grilo e demais personagens de Ariano Suassuna (2005), passando, inclusive, pelo universo infantil representado pelo Zé Carioca (SAIDENBERG; CANINI, 2015)... Todos eles (uns mais, outros menos) trazem em sua formação traços de sagacidade, zombaria, alienação política, sexualidade bastante apurada com mulheres, envolvimento constante em confusões, dissolução das regras e características de sua condição social bem delimitada como o desemprego, habitação em áreas periféricas das cidades e baixa escolaridade. Tais descrições parecem sempre se encaminharem para uma releitura comum do herói às avessas do Brasil: o que tem o jeitinho brasileiro ou, em outras palavras, o que reforça e comunga com o Patrimonialismo do Brasil.

O jeitinho brasileiro foi mapeado mais cientificamente por Livia Barbosa, (2005), enquanto conceito. Segundo a autora (2005), o jeitinho é sempre uma forma especial de se resolver algum problema, ou uma situação criativa para uma emergência, seja na forma de burla a alguma regra ou norma pré-estabelecida, seja na forma de conciliação, esperteza ou habilidade. Barbosa (2005, p. 41) ainda traça uma espécie de equação em que relaciona o “jeitinho” à corrupção: “jeitinho demais leva à corrupção”.

Em Raízes do Brasil, Holanda (2011) relata como seria esse homem brasileiro e patrimonialista. Ele seria cordial:

Já disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem

cordial". A lhandeza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São, antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (HOLANDA, 2011, p. 146-147).

Conforme este autor, o que primordialmente define o caráter brasileiro são as formas de convívio ditadas por uma ética de fundo emotivo, que se relacionam com o coração (cordial), com os sentimentos. Até mesmo em ações que demandem estados de raiva ou necessidade de guerrear, por exemplo, o homem do Brasil as faria tomando por base a emotividade.

Considerado isso, Holanda (2011, p. 148) exemplifica como esse comportamento está presente em muitas esferas da sociedade do Brasil. A dificuldade que se sente, geralmente, de se fazer uma reverência prolongada ante a um superior é um destes casos. "O temperamento do brasileiro admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar". Dessa forma, a manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua replicação, no entanto, isso prevalece antes no desejo de estabelecer intimidade.

Outro arquétipo fica à cargo do domínio da Linguística. A terminação "inho" que transforma a maioria das palavras da Língua Portuguesa em diminutivo, por exemplo, serve especialmente no Brasil para tornar as pessoas e / ou os objetos mais familiarizados e, ao mesmo tempo, para fazê-los mais acessíveis aos sentidos e aproximá-los do coração. À mesma ordem de manifestação pertence, certamente, a tendência de omitir o nome da família (sobrenome) no tratamento social, em regra é o primeiro nome, individual, que prevalece (HOLANDA, 2011).

Na religião, isso também é perceptível através da intimidade com os santos da igreja católica (quem nunca ouviu falar histórias de mulheres, que quisessem muito um matrimônio, colocarem Santo Antônio de cabeça para baixo ou dentro da

geladeira?); e na religiosidade mais atenta aos templos suntuosos³⁵ e apegos à pompa exterior do que aos ritos e sentidos íntimos das cerimônias.

Posto isto, é imperativo abordar também o que as pesquisas mais recentes chamam de neopatrimonialismo, termo cunhado para dar conta de certas particularidades de diferentes formas atuais do Estado.

Segundo Bruhns (2012), o termo surge na década de 1970, com Shmuel N. Eisenstadt, que se lançou nas pesquisas dos sistemas políticos surgidos pós-Idade Média. O termo é abordado como uma questão essencial da vida política nos modernos regimes e se distinguiria dos regimes patrimoniais tradicionais, quando das relações constituídas entre centro e periferia. Nos regimes neopatrimoniais, tais ligações eram mais intensas e atuantes. Daí se origina quadros políticos mais amplos e ao mesmo tempo unificados da integração de novos grupos e da emergência de novas dimensões de identidades coletivas. Concomitantemente, a tendência expansiva desses regimes os torna mais frágeis e sujeitos a crises.

Nessa linha de pensamento, citando trabalhos de Guenther Roth, nos quais o desenvolvimento do termo patrimonialismo era elaborado, Bruhns (2012) analisou que em um grande número de Estados novos, a tradição perdera sua força legitimadora sem ter sido substituída por uma modernidade legal-racional. Consequentemente, formas de dominação pessoal, que não corresponderiam a nenhum dos três tipos weberianos de legitimidade (legal-racional, tradicional e carismática), devem sua sustentação essencialmente a “incentivos e recompensas materiais”, exemplificados através do clientelismo e a corrupção.

O autor esboça metodologicamente que o recurso ao prefixo *neo* aparece para designar um fenômeno híbrido situado entre a dominação patrimonial e dominação legal-racional burocrática.

³⁵ Essa forma de culto tem ancestrais na Península Ibérica e na Europa Medieval, quando da decadência da religião palaciana, superindividual, passou-se a construir grandiosos monumentos góticos. A intimidade com as entidades superiores também é herdada de lá. Passado esse período, cada casa queria ter sua capela própria, onde os moradores se ajoelhavam diante de seu padroeiro e protetor. Cristo, Nossa Senhora e os santos já não significam seres privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano. Todos, fidalgos e plebeus, queriam estar em intimidade com os entes sagrados, em que o próprio Deus seria um amigo familiar, doméstico e próximo (HOLANDA, 2011).

Então o autor ratifica que o neopatrimonialismo se situa na miscelânea dos tipos de dominação weberiana, mesclando numa mesma combinação complexa e instável traços tradicionais e traços modernos (e notadamente burocráticos).

Sobre Clientelismo, Luís de Sousa (2008)³⁶ afirma que este é um fenômeno político milenar. É uma forma antiga de dominação por meio de reciprocidade, ainda que em termos desiguais de trocas originados por também desiguais acessos ao aparelho do Estado / recursos e poder político. Conhecido desde a época romana, a figura do cliente era o “habitante” alienado do processo de tomada de decisão, elaboração das leis e do acesso justo às diferentes magistraturas. Para compensar todo os processos aos quais era alheio, o cliente buscava proteção econômica e jurídica de senhorios e nobres (patrícios); e em troca, prestava seus serviços ao seu patrono, trabalhando nos campos ou realizando tarefas domésticas.

Luís de Sousa (2008) ainda se refere ao termo como algo sujeito aos contextos sócio-históricos e às conotações culturais. De acordo com o autor (2008), no mundo em que é cada vez mais crescente as democracias frágeis ou ainda não consolidadas, nas quais as instituições informais quase sempre têm mais legitimidade que as formais, é importante que o Clientelismo seja entendido tanto como a prática real, quanto como quadro mental de jogadores que tentam sobreviver a transições de regimes e adaptar-se com sucesso em contextos democráticos, na medida em que a distribuição particularista de benefícios / serviços públicos é (ou não é) compatível com os princípios em que assenta a democracia moderna. O fenômeno não é intrínseco a todas as democracias, mas sua ocorrência é provavelmente cada vez mais complexa dado o aumento da diversidade de jogadores, contextos institucionais e informações disponíveis em regimes democráticos em comparação com autocracias. O fato de que o clientelismo se adaptou com sucesso a governança democrática não significa dizer que é mais frequente nas democracias do que em sociedades não democráticas. O que muda de um contexto para outro é o público: enquanto a maioria das pessoas consideraria clientelismo como uma técnica de sobrevivência em uma não-democracia, uma resposta legítima em face da opressão e da privação social e direitos políticos, na democracia suas consequências são percebidas pela maioria dos cidadãos e

³⁶ Tradução da autora da tese.

prejudicial aos princípios fundamentais dela: equidade, responsabilização, eficácia, transparência, integridade, etc. Deve-se ter em mente, no entanto, que democracias não consolidadas são suscetíveis de obrigar os cidadãos a adotar o mesmo modo de sobrevivência que em sociedades não democráticas, apesar da condenação pública generalizada destas práticas.

Já em relação à Corrupção, Luís de Sousa (2011) assegura que ela é o cancro das democracias. Corrói as fundações éticas, retirando legitimidade ao poder político, enfraquecendo a responsabilidade e confiança públicas, e permitindo que certos membros da sociedade tenham um acesso privilegiado e, por vezes, obscuro aos bens públicos e decisões.

As sociedades democráticas são regidas por sistemas complexos de instituições, papéis e regras. Cada papel está associado a um conjunto de regras, que regem a sua função, gerando expectativas em relação ao desempenho das instituições. As instituições formais são a base da ordem social, oferecendo padrões de conduta para os cidadãos, do que é expectável ou não fazer. Quando as instituições de referência do Estado de Direito democrático – ao centro os partidos, o parlamento, o governo, mas também a administração, o mercado, a justiça – são sistematicamente bombardeadas por escândalos de corrupção, estas deixam de ser um ponto de ancoragem para os cidadãos. Assim o modelo de vida constitucional-legal preconizado pelas democracias de matriz ocidental perde o critério de veracidade, abrindo a porta a um conjunto de práticas, convenções e instituições informais que vão orientando o comportamento dos cidadãos em sociedade e que não se regem pelos mesmos princípios éticos (SOUZA, 2011).

Corrupção seria então uma patologia da democracia, ou um leque vasto de posicionamentos, que a sociedade julga ética e politicamente reprováveis (CLUNY, 2015; CUNHA, SERRANO, FIGUEIRA, 2015).

Vele salientar, entretanto que, a ideia do Patrimonialismo, reelaborada também sob o viés de neopatrimonialismo³⁷ que, em tese, impediria o

³⁷ Para fins desta pesquisa, mesmo “neopatrimonialismo” ressignificando o conceito de Patrimonialismo em seus contextos de Estado moderno, continuamos usando o termo “Patrimonialismo” para delimitá-lo politicamente e, inclusive, como fenômeno híbrido das formas Weberianas de dominação, uma vez que o consenso a respeito do conceito “neopatrimonialismo” é bem menos consistente na comunidade acadêmica.

desenvolvimento de um Estado racional democrático, sendo raiz de muitos males, não é particularidade apenas do Brasil ou do homem brasileiro.

Habermas vai dizer que o Estado Democrático de Direito nunca funcionou muito bem em lugar algum da Europa, pois a democracia na Europa apontava muitas vezes para o surgimento de foros econômicos, em detrimento das decisões políticas³⁸. Em relação à unificação da Europa, o autor vai lembrar que quanto mais frequentes e importantes as matérias reguladas por meio da negociação interestatal, mesmo estas sendo políticas, tanto mais decisões eram subtraídas a uma formação democrática da opinião e da vontade (HABERMAS, GÜNTHER, DWORKIN, 1998).

Já Richard Sennett (1999) afirma que essa confusão entre o público e o privado que o homem tende a fazer é uma característica própria do homem capitalista (mas que nasce, portanto, ao nosso ver, com as Grandes Navegações, antecipadas por Portugal e Espanha, em que o capitalismo inicia sua fase comercial, mercantil). Sennett (1999, p. 30) chega a dizer que os sinais gritantes de “uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada [...] são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista”, inclusive com casos de abusos de poder e corrupção. Apesar disso, é preciso atentar para a não generalização, ou seja, isso nem sempre aconteceu.

Dessa forma, as pessoas somente conseguiriam ser sociáveis quando dispõem de alguma proteção mútua; sem barreiras, sem limites, sem a distância mútua que constitui a essência da impessoalidade, as pessoas são destrutivas, não porque a natureza do homem seja mal, mas porque o efeito último da cultura gerada pelo capitalismo e pelo secularismo modernos torna lógico o “homem ser o lobo do homem”, quando as pessoas utilizam as relações intimistas como bases para as relações sociais (SENNETT, 1999).

Vale salientar ainda que a herança feudal, representada mais especificamente pelas formas dominações tradicionais de Weber, sobrevive nas regiões rurais. Dessa forma, há de se fazer uma distinção: no patrimonialismo de sobrevivência

³⁸ Embora haja diferenças de intensidade. Como bem lembra Hallin & Mancini (2010), o modelo mediterrânico assume esta característica com muito mais intensidade que os nórdicos, por exemplo.

feudal mais presente no mediterrâneo (ruralista) é onde o espírito capitalista permite alguma dimensão emancipadora. Sennett (1999) e Habermas (1998) insistem na apropriação do público pelo econômico no sistema capitalista porque escrevem em sociedades em que as formas de sociabilidade pré-modernas foram varridas. É outro patrimonialismo, ou um patrimonialismo reelaborado.

Talvez isso explicasse o fato de boa parte desses mesmos autores já citados até aqui teorizarem sobre o fato da corrupção (tanto no Brasil, quanto em Portugal, embora em medidas, tempos e características distintas), materialização mais severa do patrimonialismo, estivesse não apenas no Estado, mas em todo o cotidiano do cidadão comum³⁹ (como se fosse algo fisiológico até, intrínseco a sua identidade de homem moderno), o qual tem cada vez mais sua vida permeada pela centralidade da mídia e está o tempo todo ressignificando as noções implicadas pela confusão entre o público e o privado, segundo sua própria relação⁴⁰ com os processos midiáticos e de dominação. Então seria mister pensar esse conceito também sob o viés das mídias, uma vez que não dá para se pensar a visibilidade pública hoje e, portanto, a não distinção entre público e privado, sem pensar a mídia no meio desse fenômeno.

Assim sendo e atualizando o conceito-chave aqui trabalhado, pode-se chegar a determinação de que Patrimonialismo é um processo social, político e midiático de organização do poder como bem e direito de uma pessoa física ou jurídica – a qual tem uma existência permeada pela centralidade das mídias – e que estabelece uma determinada relação de dominação, em que não existe garantia contra o arbítrio de quem detém o controle, ou seja, abusiva.

³⁹ O mesmo cidadão que “fura” a fila; que paga propina ao policial do trânsito para não pagar uma multa maior por desrespeito às normas do tráfego; ou o próprio policial que recebe o dinheiro para não enxergar as irregularidades cometidas no trânsito; o mesmo cidadão que estaciona em lugar específico para deficientes, mesmo sem possuir deficiência alguma; que passa ou recebe o troco errado propositadamente; que para o carro em fila dupla; que usa a carteira de estudante para pagar meia passagem no ônibus ou ter acesso à meia entrada em shows e cinemas, mesmo sem ser estudante; ou ainda o que é responsável pela partilha igualitária de algo, mas o faz ficando com a melhor parte etc.

⁴⁰ Seja ela de emissor ou de receptor, ou dos dois ao mesmo tempo.

4 O JORNALISMO ONLINE

4.1 WEB E JORNALISMO ONLINE

A Web - espaço hipertextual com endereço virtual iniciado pelo WWW, embasada na tecnologia do *HTML* – impulsionou a internet a expandir-se do meio acadêmico para englobar massivamente o comércio, entretenimento e publicidade (FIDALGO, 2003). Conduz a ideia de que é um sítio de acesso e condições igualitárias de uso e visibilidade, mas que se traduz em espaço virtual cuja dominação detém quem tem maior tradição e influência na realidade fora da internet. Ainda, segundo Fidalgo (2003):

A internet emergiu do mundo universitário e, no seu início, ela reflectiu sem dúvida esse mundo de informalidade, espontaneidade e de iguais. (...) com a crescente comercialização, a Internet deixou de ser espaço de cooperação, para se tornar um lugar de concorrência, tal como acontece nas restantes atividades de uma sociedade de mercado (FIDALGO, 2003, p. 68-69).

De acordo com Fidalgo (2003), a partir deste entendimento, pode ser analisada a diferença da exposição do trabalho jornalístico das agências de notícias, jornais, emissoras de TV e grandes empresas em portais, plataformas virtuais. Na contramão, surgem páginas online menores, em exposição e influência, como blogs de notícias. Para Fidalgo (2003), a igualdade pensada para o espaço da internet é desfeita, pois criar e manter um website atualizado exige muito dinheiro, uma equipe multiprofissional especializada e coordenada para produção de conteúdo relevante, de fácil acesso, para cativar e ampliar a sua audiência. Não é para quem quer, como diz um dito popular. É para quem pode bancar. Pessoas e entidades sem poder aquisitivo ou capital de giro capaz de arcar com custos iniciais para conduzir suas páginas na web apenas podem contar com a sorte de terem bastantes visitas online para se destacarem em meio ao mar de páginas publicadas e sendo criadas diariamente na internet. Assim, Fidalgo (2003, p. 70) ilustra:

Na internet não conta apenas a boa ideia inicial, como se julgou durante a euforia bolsista das *dot.com*, na Internet conta muito a persistência, o trabalho continuado, que só uma estrutura como uma

empresa rentável ou uma instituição duradoura como uma equipa universitária poderá suportar. Aqui vence a lei do mais forte de um ponto de vista organizacional e económico.

É nesse cenário descrito por Fidalgo (2003) que se tem a participação do Jornalismo na Web. Esta relação entre jornalismo e web foi também analisada, desde a sua génese, por Suzana Barbosa (2007):

A internet (...) vem sendo povoada por web sites jornalísticos. Inicialmente por versões de congêneres impressos, por sites de emissoras de TV e de rádios, para, em seguida, assistir a chegada de produtos eminentemente digitais nascidos nas redes e para as redes. Produtos criados não apenas por empresas de comunicação, mas também aqueles resultantes de fusões entre organizações de notícias e empresas de informática e telecomunicações (BARBOSA, 2007, p. 128).

Somado a estas novas fusões no âmbito do jornalismo abordados por Barbosa (2007), e de uma forma mais ampla, contempla-se aqui o termo jornalismo online, o qual seria entendido como o processo de produção de conteúdo noticioso digital, online e para ser consumido e circulado em rede. Aqui é considerado jornalismo online tanto o que a Folha de São Paulo faz em seu site oficial (<http://www.folha.uol.com.br/>), utilizando o endereço WWW, quanto o que ela faz no Sites de Rede Social do microblog Twitter (<https://twitter.com/folha>), quando não hospedado na Web, por exemplo.

Jornalismo online, webjornalismo, ciberjornalismo... São vários os termos que convergem quase sempre para a ideia de um jornalismo não analógico e muito mais dinâmico que o feito até o Século XX. Para este estudo, no entanto, é utilizada a expressão “jornalismo online” por ser um termo amplo capaz de englobar em um mesmo sentido o jornalismo feito por profissionais de formação académica específica, que depende da rede mundial de computadores – internet (necessária para estar *online*), e estar presente em sítios digitais que vão além dos domínios WWW da Web, como boa parte dos blogs. Ainda assim, quando se estiver fazendo citações de autores que prefiram usar os termos como webjornalismo ou ciberjornalismo, este estudo tentará ser fiel às denominações usadas por cada pesquisador.

Um dos conceitos advém de Luciana Mielniczuk (2003), para quem o jornalismo online pode ser definido como:

Pesquisa realizada em redes, onde as informações circulam, em tempo real e cujo objetivo é a apuração jornalística (pesquisa de conteúdos, recolha de informações e contato de fontes). (...) é desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e tempo real (MIELNICZUK, 2003, p. 41 e 45).

O que a pesquisadora da UFRGS⁴¹ quis formatar enquanto conceito também é entendido e complementado pelo português Joaquim Paulo Serra (2003a), que compreende a sua criação como o jornalismo feito **na** e **para** a Web (*grifo meu*). Trata-se de adequação do jornalismo à dinâmica do acesso a conteúdos diversos presentes no mundo contemporâneo desde o início do século XXI graças à internet. Sobre as mudanças e consolidações no jornalismo online, João Canavilhas (2015) elucida:

A mais importante contribuição da Internet para o jornalismo foi a criação de um ambiente propício ao nascimento das edições *online*. Se numa primeira fase se assistiu a mera transposição de conteúdos dos meios tradicionais para o novo meio, posteriormente registou-se uma evolução, com o aparecimento de novos formatos e o nascimento de meios nativos caracterizados pela sua hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, instantaneidade, memória, personalização e ubiquidade. São estes meios digitais online que estão a mudar a face do jornalismo, respondendo às expectativas dos cidadãos que pretendem fugir à prisão da periodicidade informativa e estar permanentemente informados sobre os acontecimentos (CANAVILHAS, 2015, p. 30).

Sobre o caminho que vai da transposição do conteúdo do jornalismo até a criação de matérias específicas para o ambiente virtual online e de meios nativos digitais e online, o professor Canavilhas (2015) explica que tudo isso requereu modificações nos formatos, nas linguagens, na periodicidade, com o objetivo final de, além de tornar a leitura atrativa, evitar que fosse cansativa. O fato de o conteúdo noticiado estar em uma tela do computador, tablet ou smartphone significa que o leitor irá cansar-se mais facilmente em sua leitura do que o leitor de páginas

⁴¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

impressas. A disposição textual, tamanho, composição de recursos audiovisuais para enriquecer a matéria deveriam, portanto, ser usadas e pensadas nesse sentido.

Seguindo este aspecto, João Carlos Correia (2003) corrobora:

O jornalista deve escrever de forma não linear, quando escreve um texto para ser publicado na Internet, principalmente quando se trata de um texto extenso. A leitura no computador é cansativa e os utilizadores não gostam de ler grandes conjuntos de textos. Por isso, as notícias mais extensas devem utilizar *links*, ou hiperligações. É o leitor a decidir as partes do texto que quer ler sem ter que seguir a ordem linear (CORREIA, 2003, p. 60).

Além dessa mudança na linguagem textual e maior empoderamento do receptor frente ao jornalismo online, há outras consequências com o surgimento da internet concomitante à utilização de recursos digitais e online pelo jornalismo, como a relação com a convergência profissional, com alguns trabalhos intrínsecos à área surgindo e outros sendo substituídos, fazendo aparecer um trabalhador polivalente, como constata Canavilhas (2015):

O desaparecimento de algumas profissões, a redução drástica de outras e a emergência de novas atividades até então inexistentes (...). Os jornalistas deixaram de ter uma função (...) num só meio (...) passando a ter uma função em vários meios, várias funções num só meio ou até várias funções em vários meios. Emergiram assim os profissionais multirarefa e multiplataformas (CANAVILHAS, 2015, p. 30-31).

Nas palavras de Canavilhas (2015), surgem novas atividades jornalísticas na rede em decorrência também, e por exemplo, da participação ativa dos leitores através de comentários em matérias online que precisam ser moderados e editados antes de serem publicados. Dentre elas, está o trabalho de moderadores, podendo ser feito por jornalistas e servir de fonte de informação para atualização de conteúdo anteriormente divulgado.

Ademais, surge o amplo acesso das pessoas a dispositivos eletrônicos com acesso a rede mundial de computadores. São leitores diferentes daqueles consumidores da mídia impressa, do jornalismo televisionado ou radiofônico. Compõem um público leitor diversificado exigindo demandas diversas, segundo João Canavilhas (2007):

Se em um nível mais básico o usuário pretende só saber o que ocorreu, em um nível mais complexo teremos usuários que pretendem compreender o acontecimento. Forma e conteúdo terão que permitir ao usuário fazer uma leitura que não está condicionada por fatores técnicos, textuais, temporais ou especiais da notícia (CANAVILHAS, 2007, p. 22).

Desse modo, são os leitores que procuram um “produto” diferenciado, com linguagem e construção próprias para rápido e completo consumo. Sobre a essa espécie de leitura online enquanto uma experiência individual em vez de padrão, Bastos (2003) elucida:

A notícia da internet pode apresentar uma estrutura comum a de outros *media*, mas introduz a complexidade, e, sobretudo, a aleatoriedade com o hipertexto aplicado à narrativa, que coloca nas mãos do leitor parte da construção do sentido de uma forma individualizada (BASTOS *apud* CORREIA, 2003, p. 59).

A forma de se noticiar aos poucos uma determinada história, mais do que um recurso dramático ou sensacionalista bastante usado pela televisão e rádio para captar e prender a atenção de seu público pelo maior tempo possível, no jornalismo online é praticamente uma regra estabelecida para alimentar de imediato as pessoas com as notícias dos fatos muitas vezes ainda em acontecimento. É o realismo exposto online, em tempo real, que não permite ao jornalista esperar a finalização de uma história para depois contá-la. Como aponta Coelho Neto (2003, p. 69), “jornais eletrônicos estão buscando atrair audiência tirando partido da velocidade. As notícias online podem alcançar o leitor em tempo mais curto do que suas contrapartes impressas”. Para conseguir essa rapidez, a história da notícia pode ser dada em partes. Fidalgo (2007) detalha esse processo:

As primeiras notícias, ou as notícias de última hora, são dadas de forma extremamente lacunar (...) que as notícias posteriores vêm não só completar, mas também modificar e corrigir. A urgência da imediatividade sobrepõe-se às exigências da objectividade e da verificabilidade (...). Uma primeira notícia sobre um acontecimento, que à partida surge com um determinado sentido, pode ser complementada, alterada, corrigida, à medida que outras notícias sobre o mesmo acontecimento se lhe seguem (FIDALGO, 2007, p.102).

O autor português (2007) aborda essa forma noticiosa do jornalismo online como algo que pode também acarretar especulações e criação de teorias sobre uma história antes dela se tornar um acontecimento. É o caso de um incidente que pode ser considerado posteriormente como acidente ou resultado de ações premeditadas. O jornal ao tomar conhecimento de um incêndio em prédio comercial pode inicialmente falar em incêndio acidental até ser descoberto que foi proposital, ao longo da chegada ao jornalista de mais informações sobre o caso.

Essa formulação jornalística supera a feição de pirâmide invertida na construção da notícia e dá espaço ao “conceito de resolução semântica (...) para explicar a sucessão de notícias na informação online dada em contínuo”, considerando a base de dados (FIDALGO, 2007, p. 102). Importa dizer que a amplitude de informações a partir de uma única notícia online deve estar disponível para escolha do leitor em explorá-la ou se limitar aquela notícia aberta. O escopo da notícia escrita online deve conter janelas para outras notícias relacionadas, autônomas, em formas de links, ajudando o leitor a obter uma história com pormenores.

Isso deve conduzir à necessidade crescente do desengessamento dos fatos noticiados na mídia impressa e / ou na mídia eletrônica radio-televisiva para uma noticiabilidade fornecida em plataformas de leitura digitais e online tais quais páginas / portais de notícias, blogs e redes sociais, por exemplo. Além da abundância e imediatismo com que os acontecimentos se tornam notícias públicas, leitores também encontram a possibilidade de serem fontes emissoras (dada as devidas proporções das assimetrias de poder neste processo) e não estão mais dispostos a esperar somente as notícias na versão impressa e / ou eletrônica. É a adaptação do Jornalismo tradicional aos “novos tempos” para ajustamento das renomadas instâncias dos meios de comunicação que caso se detivesse ao “emparelhamento das notícias” arriscaria cometer um dos maiores pecados jornalísticos: o uso e divulgação de “notícia velha”. Arriscar-se a ser uma fonte defasada de notícias pode ocasionar um esvaziamento de seu público leitor, o qual gradativamente migraria para outra fonte midiática mais ágil e confiável, capaz de saciar sua busca constante de informações. Entretanto, este público não partiria por completo em virtude da

necessidade das pessoas de buscarem legitimar a exposição de fatos nas grandes instâncias de comunicação, cuja credibilidade e reconhecimento (por vezes questionáveis) em informar através do Jornalismo são historicamente consolidados.

Cabe frisar que a percepção de jornalismo online como produto novo não é consenso. Serra (2003a), por exemplo, questiona se a web causa uma nova forma de fazer comunicação social de cunho informativo ou se é apenas uma nova roupagem dada ao jornalismo de sempre já transposto ao novo meio, tal como teria ocorrido com a passagem da rádio para a televisão. Quanto a esse questionamento, Palácios (2003, p. 22) defende que “as características do Jornalismo na web aparecem, majoritariamente, como continuidades e potencializações e não (...) como rupturas com relação ao jornalismo praticado em suportes anteriores”. Continuidade e potencialização percebidas pela junção, complementação e articulação dos diversos suportes jornalísticos na composição do jornalismo online.

Já Canavilhas (2007) elabora a observação de que a própria história deixa evidente a mudança na forma de produzir jornalismo – novas rotinas e novas linguagens – introduzidas por novas mídias de massa. O ambiente da WEB propicia um enriquecimento do texto informativo online não possível no meio físico – jornais e revistas, por exemplo – com a junção de imagens em movimentos, som e hiperlinks. É esta linguagem multimídia que compõe a base do jornalismo online, às vezes, tomado como sinônimo de webjornalismo:

O que entendemos por webjornalismo é o jornalismo que utiliza as ferramentas de Internet para investigar e produzir conteúdos jornalísticos difundidos pela Web e que tem uma linguagem própria composta por textos, sons, imagens e animações, conectados entre si através de enlaces (links) (ALBERTOS *apud* CANAVILHAS, 2007, p. 3).

O que Canavilhas (2007) quis referenciar se relaciona com um arcabouço de possibilidades reconhecido também por Palácios (2003), como um marco inédito na História do Jornalismo, capaz de quebrar o espaço físico temporal limitado existente em outras mídias, constituindo sua maior ruptura a partir da Web. O Jornalismo online, para “efeitos práticos, dispõe de espaço virtualmente ilimitado, no que diz respeito à quantidade de informação que pode ser produzida, recuperada, associada e colocada a disposição de seu público alvo” (PALÁCIOS, 2003, p 24).

Trata-se de conteúdo jornalístico parecido com o conteúdo produzido pelo jornalismo televisivo, mas com uma característica fundamental para fazer distinção entre eles: “a possibilidade de uso de hiperligações e a participação do leitor na elaboração da notícia” (CANAVILHAS, 2003, p. 47). Dessa forma, há uma alteração no equilíbrio do jornalismo até então visto quanto à possibilidade de os leitores terem vozes não apenas para interagir mediante a notícia publicada por outrem, mas também podendo ele mesmo publicar notícias em espaço virtual próprio. Assim se identifica “uma ruptura com a configuração hierárquica e dirigista da centralização emissora, permitindo a emergência de um modelo de muitos para muitos, no qual os auditores se transformam em produtores para consumidores” (CORREIA, 2003, p. 56).

Cabe destacar que a possibilidade de publicação não garante a sua visibilidade com alcance efetivo de público. A quantidade de material disponível na internet é inúmera e se destacar na rede de computadores não é algo automático ou garantido. Essa é uma das consequências da publicação de todos para todos, cujo destaque é determinado por algoritmos de sites buscadores programados para darem destaque a determinadas páginas, conteúdos, palavras-chaves de acordo com sua programação prévia. Serra (2003b) corrobora e ainda aponta que, no espaço virtual, a visibilidade prometida, a igualdade pensada, não prevalece:

O funcionamento dos sistemas automáticos de busca de informação, mais concretamente os motores de busca, assenta em critérios de relevância que impedem, desde logo, a efetivação de tal universalidade e tal igualdade; que no fundo, a Internet não representa, neste aspecto, senão a velha política por novos meios (SERRA, 2003b, p. 73).

Considerando que o conteúdo desejado a ser acessado pelo leitor ao pesquisar na Internet pode estar disponível na web em centenas de páginas ou que um mesmo assunto é discutido em outras milhares, como uma página poderá sobressair-se perante centenas? Como isso é decidido? Vale endossar uma pergunta feita por Serra (2003b, p. 80) “Quais são os critérios que determinam que umas páginas sejam consideradas, pelos motores de busca, como mais ‘relevantes’ do que outras e sejam, consequentemente, apresentadas em primeiro lugar?” Uma vez que cada leitor ao pesquisar na Internet não costuma investigar mais de 20

páginas virtuais para conseguir captar o assunto buscado, compreender o funcionamento dos mecanismos de pesquisa possibilitaria ao usuário da pesquisa inquirir junto aos organismos responsáveis por condensar o conteúdo na rede virtual para o leitor, porque determinado conteúdo de maior valor informacional ficou indexado muito atrás de páginas que se não se apresentaram com conteúdo relevante, vieram com conteúdo com mínimos acréscimos, fazendo o leitor que, habitualmente costuma parar de pesquisar nas primeiras 20 páginas, não acessar o conteúdo que de fato lhe seria útil e bem mais informativo.

Seguindo esse contexto, Fidalgo (2003) ratifica Paulo Serra (2003b) quando fala sobre a realidade típica do mercado de negócios:

Mas olhando para a Internet, ela configura-se mais e mais como local de luta pela visibilidade, como nos órgãos de comunicação actuais. É que estar na Internet com uma página pessoal ou institucional é uma coisa, e estar na Internet e tentar captar maior número de visitantes dessa página é outra coisa. E como atenção é um bem escasso, aqui aplicam-se as regras de economia, e que, actualmente, são as da economia de mercado, de livre concorrência (FIDALGO, 2003, p.72).

Tanto Joaquim Paulo Serra (2003b) quanto António Fidalgo (2003) reúnem elementos para se refletir que há um labirinto a ser percorrido pelo leitor e, diretamente e indiretamente, este foi formado por jornalistas que lutam pela e disputam constantemente a permanência do visitante em sua página.

É importante também ressaltar que as alterações no jornalismo através da internet vão além do modo de se produzir e divulgar notícias, da amplitude de público, da quebra de fronteiras geográficas para exposição de seu conteúdo, da divulgação de fatos em tempo real. Incluem o impacto econômico que o jornalismo online impôs à mídia, em especial aos jornais impressos. Sobre essa conjuntura, segundo Coelho Neto (2003, p. 61):

A rápida assimilação da internet no plano mundial faz surgir o receio de que a consolidação do novo meio interfira, para o bem ou para o mal, na prosperidade econômica das indústrias de mídia tradicionais. (...) Grandes grupos de comunicação investem fortunas (...) apenas para garantir presença na rede. Executivos das empresas de comunicação procuram identificar uma forma de incorporar a internet em seus negócios antes que ela se converta em ameaça.

Essa preocupação abordada por Coelho Neto (2003) e que a grande mídia tem demonstrado cada vez mais com o crescimento ubíquo do acesso e uso da Internet tem fundamento na medida em que algumas empresas desapareceram enquanto outras perderam espaço/público, uma vez que, entre outros fatores⁴², leitores migraram para internet, causando redução dos lucros ou mesmo falência dessas empresas com a queda na venda de seus produtos nas plataformas mais tradicionais.

Assim, o leitor, que antes precisaria comprar diariamente edições impressas de jornais, ou possuir assinatura dos mesmos, passou a necessitar apenas de um computador conectado – hoje, qualquer dispositivo eletrônico com acesso virtual – a um provedor de internet para consumir os produtos jornalísticos de várias empresas pelo preço único do serviço de fornecimento de sinal de internet e, além disso, poder acessar a muito mais conteúdos de variados tipos – entretenimento, estudo, etc. A conta sai mais barata para o usuário de internet.

É importante frisar que os impressos já vinham fragilizados e experimentando uma redução em seu público há décadas, desde a aparição do rádio, do cinema e da televisão. De acordo com Defleur e Ball-Rokeach, citados por Coelho Neto (2003):

Não se trata de um fenômeno localizado. Em diferentes sociedades, a popularização de outros meios de comunicação em massa contribuiu para a redução da circulação de grandes jornais. Hábitos de leitura fora perdendo fôlego na medida que veículos como o rádio, cinema, e, posteriormente, a televisão passaram a atrair a atenção de parcelas cada vez maiores da audiência (DEFLEUR e BALL-ROKEACH *apud* COELHO NETO, 2003, p. 63).

Mesmo considerando esse contexto dado por Neto (2003, p. 63), nada foi tão impactante para o jornalismo impresso como a rede mundial de computadores, pois, conforme destacou, “a internet aumentou a zona de risco para os jornais impressos.

⁴² O uso da internet, por empresas de recursos humanos, para divulgar postos de trabalhos e processos de recrutamento de pessoal, a proliferação de sítios de classificados de imóveis desvinculados de qualquer veículo tradicional de comunicação ou, ainda, a divulgação do mercado financeiro em *home pages* da indústria bancária são exemplos de iniciativas que, drenando parte das receitas de classificados, colocam em risco a atividade comercial do jornalismo feito nas e para as plataformas tradicionais (NETO, 2003, p. 65).

Ela significa mais um meio de comunicação disputando um universo de leitores que já estava em declínio”. Talvez por isso aplicou-se, posteriormente, a premissa de que, se o inimigo é forte demais para vencer, o melhor, então, é unir-se a ele. A internet veio a ser usada como um espaço de notícias – com outras potencialidades de uso e lucros descobertos depois – a ser usado pelos veículos eletrônicos convencionais, mas também pelos grandes jornais impressos, inclusive.

Sendo, assim, uma das formas pensadas para acarretar ganhos econômicos com o jornalismo online foi a criação de produtos criados para a Web, mas de acesso *exclusivo* para quem pagasse por ele diretamente à empresa que disponibilizou o produto na internet. Surge desse modo, a diferenciação entre usuário comum e usuário assinante de determinado canal de notícias, onde o conteúdo completo, extra e especial só é acessado por quem pagar previamente por ele. São expostos vídeos, matérias, documentos apenas para pagantes, chamados assinantes, aguçando a curiosidade natural do ser humano para conhecer esse conteúdo e atraindo, por vezes, o crescimento nas receitas e lucros com o jornalismo online. É o que constata Neto (2003, p. 68) quando assegura que, “além da tradicional busca por anunciantes, diversas empresas cobram taxas de assinatura, tentando atrair verbas de patrocínio ou colocando a venda parte do conteúdo”.

Uma forma de capitalização de lucros da mídia que produz jornalismo online é venda de pequena parte do espaço da página para propaganda de produtos diversos de variadas marcas que pagavam por isso. Quanto mais acessada é a página, maior o valor a ser pago para o espaço a ser utilizado por empresa externa / patrocinadora. O tempo de exibição da propaganda, bem como seu tamanho, também são fatores que condicionam o valor a ser pago pela divulgação, variando para mais ou para menos.

A princípio, as publicidades apareciam no site como uma janelinha extra, conhecidas como “pop-ups”. O leitor precisava fechar a janelinha para poder ver integralmente o site que estava acessando, pois o pop-up ficava na frente do site. Esse movimento mostrou-se ser cansativo e pouco eficiente para os usuários dos sites que passaram a usar softwares para coibir o aparecimento das janelinhas. Como resultado, os profissionais de marketing passaram a usar outros meios para

divulgação de produtos, utilizando faixas laterais dos sites para divulgar os produtos acordados entre site emissor e marcas.

Tudo isso mostra o esforço dos jornais em se manterem, sobreviverem e até se expandirem no espaço online, com jornalismo que é feito na Web e para a Web, mas também além dele, usando de estratégias e linguagens diferentes e uso de recursos tecnológicos diversos.

Assim, traçando uma linha evolutiva do fazer jornalismo de forma digital e em rede, têm-se hoje a chamada terceira⁴³ geração do jornalismo online, em que a notícia não precisa estar necessariamente ligada a uma versão impressa de jornal e que pode ser dada por empresas comerciais que adentram na área jornalística exclusivamente na Web, na Internet, e traz consigo um mar de possibilidades para jornalistas e leitores. É o que diz Mielniczuk (2003):

Surgimento de iniciativas tanto empresarias quanto editoriais destinadas exclusivamente para a Internet. São sítios jornalísticos que extrapolam a ideia de uma versão para a *web* de um jornal impresso já existente. Um dos primeiros e, talvez, principal exemplo desta situação seja a fusão entre Microsoft e a NBC, uma empresa de informática e uma empresa de televisão, (...) o www.msnbc.com (...). Nos produtos jornalísticos desta geração, é possível observar tentativas de efetivamente explorar e aplicar as potencialidades oferecidas pela *web* para fins jornalísticos (...). Apresentam: - recursos em multimídia, como sons e animações, que enriquecem a narrativa jornalística; - recursos de interatividade, como *chats* com a participação de personalidades públicas, enquetes, fóruns de discussões; - opções para a configuração do produto de acordo com interesses pessoais de cada leitor/usurário; - a utilização do hipertexto não apenas como recurso de organização das informações da edição, mas também como uma possibilidade na narrativa jornalística dos fatos; - a atualização contínua no webjornal e não apenas na seção 'últimas notícias' (MIELNICZUK, 2003, p. 50).

A autora (2003) esclarece que sobre estas gerações não se tem claramente um marco para seus términos. Ao contrário, até se sobrepõe umas sobre as outras,

⁴³ A primeira seria composta pela simples reprodução de conteúdos – transposição das notícias publicadas em papel impresso para o ambiente da web (MIELNICZUK, 2003). A segunda geração, “a da metáfora, com produtos ‘atrelados’ ao modelo de jornalismo impresso, na qual já se começa a explorar os recursos oferecidos pela rede, como o e-mail e o link” (BARBOSA, 2007, p. 130), favorecida pelo surgimento e aprimoramento de novas interfaces de produtos presentes na estrutura técnica da internet, como softwares.

pois ainda estão presentes na Web diversos sites jornalísticos que operam com o modelo da transposição e da metáfora. Entretanto, essa a terceira geração teria se iniciado em 2001 e continua em processo, seguindo atualmente o uso da base de dados como um de seus fundamentos. De acordo com Barbosa (2007):

As funcionalidades das bases de dados para o jornalismo digital são percebidas tanto quanto à gestão interna dos produtos como em relação às mudanças no âmbito da estruturação das informações, da configuração e da apresentação da notícia (âmbito da narrativa), assim como da recuperação das informações (BARBOSA, 20017, p. 130).

Neste sentido, são analisadas a dinâmica e abundância de informações coletadas usando qualquer computador, *tablets*, *smartphones* conectados a internet, de banda larga com preço acessível e qualidade de sinal, como outra importante modificação no jornalismo online de terceira geração, possibilitando que qualquer lugar vire redação para realização do trabalho do jornalista, tornando seu processo de trabalho ágil ao eliminar o tempo de deslocamento físico para compleição e publicação de conteúdo noticioso.

Sobre o jornalismo online fundamentado em base de dados, Canavilhas (2015) complementa:

A fase de investigação jornalística passou a ter duas novas ferramentas: o e-mail para contatar as fontes, e a Web, para recolha de dados. As ferramentas usadas até então, telefones e faxes, (...) arquivos próprios ou bibliotecas (...) obrigavam o jornalista a deslocar-se ou deixavam-no dependente de terceiros. Com estas ferramentas, os profissionais tornaram-se mais autônomos (CANAVILHAS, p. 28).

Com esse reconhecimento do valor e influência da tecnologia da informação na modernização e ampliação do acesso às notícias pelas pessoas em qualquer lugar do mundo bem como de sua disseminação, pensado por João Canavilhas (2015), pode-se chegar também à ideia de como o jornalismo online tem modificado a forma das pessoas consumirem e circularem produtos e conteúdos midiáticos; de assistirem a seus telejornais preferidos e / ou de lerem as informações noticiosas da mídia impressa, por exemplo. Mais, de que maneira estes receptores-atores podem interagir de maneiras diversas, através de comentários, compartilhamentos em redes

sociais e se constituírem, inclusive, como fontes emissoras do conteúdo informacional ou servirem de base de dados para a produção e realimentação de conteúdo noticioso.

Vale destacar a importância dos Sites de Redes Sociais (SRS), para a consolidação do jornalismo online, seja a partir da participação dos usuários em conteúdos existentes ou demandando a elaboração de outros, como também através de atuação extra da grande mídia, segundo ainda a análise de Canavilhas (2015):

As redes transformaram-se num elemento fundamental dentro do processo de produção jornalística. Ao espalharem tendências informativas, estas redes podem ser usadas como fonte de informação. (...) funcionam igualmente como canal de distribuição, sendo esta gestão pensada para favorecer a estratégia editorial do meio de comunicação (CANAVILHAS, 2015, p. 31).

Dessa forma, levando-se em consideração esse papel dos SRS para a produção do jornalismo online, abordado pelo professor e pesquisador português João Canavilhas (2015), compreende-se melhor a facilidade como as pessoas acessam informações de fontes diversas, revestidas de jornalismo independente e como isso contribui para moldar a grande mídia no sentido dela trazer para o ambiente da internet a cobertura de mais fatos e histórias além daquelas publicadas nas páginas impressas, atendendo ao imediatismo da demanda exclusiva e à quase instantaneidade da divulgação dos fatos relativos ao horário de seus acontecimentos.

Desde meados da primeira década do Século XXI, cada vez mais os leitores puderam tornar-se autores, jornalistas amadores, por testemunharem fatos e acontecimentos e, principalmente, por poderem os registrar – antes, durante e depois – com o uso da tecnologia dos dispositivos móveis como os *smartphones* e *tablets*, com registro audiovisual, além da possibilidade de os publicarem em plataformas pessoais digitais e em rede. Desde então, ocorre também o chamado jornalismo participativo “que contempla a incorporação dos usuários no processo de produção e alimentação do conteúdo, seja por meio de comentários, envio de textos, fotos, vídeos, sugestões e críticas” (BARBOSA, 2007, p. 135). A formação de amplo material possibilitou, posteriormente, redação descritiva de fatos em áudio ou

visualmente registrados por testemunhas em redes sociais digitais, atingindo milhares de pessoas - senão milhões, caso “viralizasse”, ao chamar a atenção de um grande público. É a quebra da hierarquia da informação onde os leitores não permanecem apenas como leitores, onde o receptor da informação também pode ser emissor, mesmo que por pouco tempo e em proporções desiguais em relação aos grandes meios.

E, finalmente, outra forma do receptor apresentar uma capacidade maior de mudar algo no processo de comunicação ou nos conteúdos midiáticos beira as fronteiras do jornalismo feito com as pesquisas de banco de dados, em que os processos noticiosos são refeitos, retroalimentados ou deixados de lado de acordo com o tempo que o usuário da internet permanece visualizando a página, ou comenta, ou compartilha e / ou produz algum engajamento em torno do texto.

4.2 A QUESTÃO DA CREDIBILIDADE E A PRETENSÃO JORNALÍSTICA

O jornalismo mais do que um serviço informativo, investigativo e de tom denunciante presente na esfera pública possui também a capacidade de legitimar fatos, moldar a opinião pública (e ser moldado por ela) sobre assuntos discutidos, de acordo com abordagem e tratamentos escolhidos para aquele conteúdo noticioso e, por fim, mediar a construção social da realidade.

A alteração na relação entre emissor-receptor de informação no jornalismo online na qual o modelo “Um (emissor) *para* todos” tornou-se “Todos *para* todos” ao longo do início do século XXI, ocasionou uma evolução na forma de se fazer jornalismo, evidente após o aparecimento de diferentes sítios fornecedores de notícias, na rede mundial de computadores, sobrepondo-se à tradicional Web utilizada pela grande Mídia.

Neste contexto, Catarina Rodrigues (2006, p. 59) afirma que foi a proliferação de *blogs* que rompeu com o tradicional modelo emissor-receptor. Os meios de comunicação de massa deixaram de ter exclusividade de publicação e a audiência passou a ter também esse poder. “Com o aparecimento dos *blogs*, apareceram novos vigilantes, os vigilantes da própria *media*”.

Apesar dos blogs não terem a força dos renomados jornais impressos ou de emissoras de rádio e TV, eles possuem público próprio, embora pequeno, que faz uso desses sítios para obterem informações locais, em especial as concernente à região ou cidade que o blog se dispõe a cobrir e que não são levados em consideração quanto ao seu valor-notícia dado pelos sítios digitais e online da grande mídia. Também servem como porta-voz crítico analítico do discurso implícito nos editoriais da grande mídia que se pretende imparcial⁴⁴ e suprapartidário. Cabe destacar que os blogs podem ser dedicados a uma variedade quase infinita de temas, com recortes diversos ou apenas expor conteúdo pessoal como diário virtual, poesias, crônicas dos donos dos blogs.

Em muitos blogs verifica-se (...) informações e dicas pessoais em contraste com questões de interesse público, porque tudo pode ser publicado, ao contrário do que se verifica na atividade jornalística onde se sucedem vários passos até a publicação de uma notícia (RODRIGUES, 2006, p. 47).

Diferem também das páginas ancoradas na Web da grande mídia pelo fator tempo, muito mais maleável para com o jornalista da blogosfera cuja autonomia de escrita/edição e publicação não impõe prazos institucionais e limites fixos para confecção da matéria jornalística. Para o blogueiro, o fator tempo o condiciona apenas para noticiar rapidamente um fato recém-acontecido e não recair na divulgação de notícia “antiga”. Além de tudo isso, também diferem ao ameaçar o poder detido pela grande imprensa em controlar a maioria do que é noticiado com credibilidade e, principalmente, como é noticiado.

Esse aparente caos onde todos recebem as notícias, mas também podem (re) produzi-las poderia ser assim compreendido com a percepção de que o oceano de informações compartilhadas faria o intermediário da notícia ser desnecessário e até descartável. Palacios (2003) desfaz essa ideia:

⁴⁴ Só é imparcial o ponto de vista a partir do qual (...) um interesse comum a todos os concernidos, podem contar com o assentimento universal (...). A formação imparcial do juízo exprime-se, por conseguinte, em um princípio que força cada um, no círculo dos concernidos, a adotar, quando da ponderação dos interesses, a perspectiva de todos os outros (HABERMAS, 1989, p. 86).

Comunicação direta, sem mediações (...). Isso apela para sonhos de liberdade individual, mas é ilusório. A Rede pode dar acesso a uma massa de informações (...). Quanto mais informação há, maior é a necessidade de intermediários, jornalistas, arquivistas, editores etc. que filtrem priorizem, organizem. A igualdade de acesso à informação não cria igualdade de uso da informação (PALACIOS, 2003, p. 21).

Essa desigualdade de acesso à informação, pensada por Palacios (2003), pode ser vista como a caracterização de um blog enquanto espaço, na esfera pública, destinado à prática do jornalismo online, o qual nem sempre é facilmente identificável como página jornalística. É por vezes rotulada como amadora e sua eficiência diretamente atrelada à credibilidade que dispõe – ou não – na rede mundial de computadores. Sua credibilidade, no entanto, pode ser conquistada aos poucos conforme o público for encontrado nele uma fonte alternativa e extra de conteúdo, como analisa Paulo Serra (2015):

De fato, a afirmação dos blogs foi se fazendo, gradualmente, não por substituição das mídias noticiosas tradicionais, mas pela sua afirmação como meios tendentes à complementação, aprofundamento e, muitas vezes, retificação da informação dessas mesmas mídias – e, assim, de enriquecimento da informação publicamente disponível (SERRA, 2015, p. 151).

Talvez essa demora dos blogs dedicados ao jornalismo online em consagrarem-se como fonte de notícias legítimas tenha relação com a abundância de páginas na blogosfera dedicadas a assuntos diversos, muitos considerados diários pessoais de seus proprietários – versados em culinária, artesanato, cinema, livros, ou ainda de outros conteúdos não muito comuns, como apologia ao satanismo, ensino da anorexia, etc. Por associação, o fato de qualquer pessoa poder publicar *qualquer* coisa nos blogs pode parecer que o jornalismo exposto nos blogs também seja *qualquer* coisa menos jornalismo que pretende a credibilidade.

Por ser uma página típica da blogosfera, pode possuir uma base pouco arrojada, mas que não significa que a página constituída seja fruto de trabalho amador. Há jornalistas de formação, mas sem espaço no mercado de trabalho ou mesmo com carreiras estabelecidas no mercado, que se aventuram no novo espaço virtual, um pouco mais livre das amarras editoriais da mídia corporativa para construir seu próprio jeito de fazer jornalismo (online).

Rodrigues (2006, p. 52) fomenta essa percepção com alguns questionamentos:

Mas, porque terá surgido a analogia entre *blogs* e jornalismo? Terá sido porque um grande número de *bloggers* é jornalista ou está de algum modo associado à imprensa? Ou porque qualquer cidadão pode publicar notícias, informação, ou simplesmente comentar a actualidade? Terá sido porque alguns assuntos tratados e comentados nos *blogs* acabam por influenciar a agenda mediática? Ou porque alguns *blogs* se apresentam como autênticas entidades fiscalizadoras e críticas do que se passam nos *médias* tradicionais? Os *blogs* podem ser identificados com algum desses factores, ou não, porque a diversidade existente na blogosfera é enorme (RODRIGUES, 2006, p. 52).

Identificando então alguns dos fatores questionados por Rodrigues (2006), pode-se pensar como os jornalistas enfrentam e lidam com a questão da credibilidade pretendida no mundo da blogosfera. Mesmo que se considere que o Jornalista e blogueiro hora podem estar seguindo o mesmo caminho da imprensa (pautando a agenda midiática ou se constituindo uma espécie de ombudsman “*dos médias*”), hora podem estar em caminhos distintos (que conduzem os blogs como se fossem diários pessoais); isso não significa que a influência, o alcance e a credibilidade pretendida em espaços digitais e online como blogs e Sites de Redes Sociais – em especial os de cunho jornalístico regional⁴⁵ – possuam o mesmo alcance e credibilidade dos grandes meios de comunicação hospedados também em páginas virtuais e em rede. Ainda é posta outra discussão por Rodrigues (2006, p. 57) ao falar da pretensão jornalística almejada por blogueiros, por exemplo, ou outras pessoas com páginas pessoais na internet, sem a formação acadêmica em jornalismo. Além da qualidade técnica da produção de conteúdo jornalístico, outras questões devem ser levadas em consideração como responsabilidade ética de apuração e divulgação de fatos que participam da construção social da realidade. Rodrigues (2006) defende que:

⁴⁵ Também é preciso ressaltar que há grandes diferenças entre o que é considerado regional/local dentro de um país com as dimensões portuguesas e dentro de um país como o Brasil. Ainda assim, acredita-se que se pode traçar um paralelo e conjecturar relações quando se trata das questões postas fora dos grandes centros urbanos e de forma interiorana em ambos os países, os quais dividem parte de um passado em comum.

O papel do jornalista enquanto mediador é fundamental porque está em causa todo um trabalho de análise, interpretação, composição e transmissão da informação, que em grande parte das vezes, no seu estado 'bruto' é complexa. A tudo isso acrescenta-se um conjunto de normas e regras deontológicas que são seguidas por este profissional e que pelo contrário nenhum cidadão tem de seguir (...). Contudo não pode ser ignorado o papel das novas vozes que acreditam ter algo a dizer e acrescentar, utilizando para isso ferramentas como os blogs (RODRIGUES, 2006, p. 58).

Neste sentido, mesmo demonstrando a necessidade e relevância de uma formação mais contundente e completa para o profissional que se destina ao campo do jornalismo, Rodrigues (2006) não descarta a importância que deve ser dada a outros discursos que acabam se relacionando, interferindo e modificando o discurso jornalístico. Tais vozes são novas fontes, antes invisíveis, que têm interesse e querem muito se expressar publicamente, opinando, informando ao mundo e à mídia sobre os mais variados assuntos. Ainda sobre a possibilidade de autoridade, inclusive jornalística, presente nos blogs, Rodrigues (2006) ratifica:

Um *blog* pode também apresentar características típicas do jornalismo "alternativo", no sentido em que apresenta notícias que não aparecem nos *media* tradicionais. Às vezes surgem através dos próprios jornalistas que têm no espaço do blog outra liberdade que não têm no meio de comunicação para o qual trabalham. Neste caso específico, os *blogs* assumem formas de jornalismo e abordam questões que os *media* não tocam (RODRIGUES, 2006, p. 69).

E para além dessa relevância a ser considerada, novamente a autora retorna e refaz a pergunta:

O facto de os cidadãos poderem dizer o que pensam ou divulgar as imagens que captaram em determinado momento e que julguem de interesse público fará deles jornalistas? Não serão eles simplesmente cidadãos activos que participam activamente no espaço público, utilizando para isso novas tecnologias? (RODRIGUES, 2006, p. 59)

A ideia de participação ativa no espaço público com intuítos jornalísticos, através de tecnologias digitais e online, discutida por Rodrigues (2006), pode ser um ponto de partida para se arrazoar também sobre o chamado o "jornalismo independente" na blogosfera. Para além das discussões sobre o conceito que

cercam a expressão (mesmo ainda não havendo unanimidade no entendimento da produção e compartilhamento e mesmo faltando uniformidade no modo como as pessoas percebem o jornalismo independente como tal), a autora (2006) arrisca defender que:

Pensar os *blogs* como uma forma de jornalismo alternativo é, apesar de tudo, algo que ainda está longe de reunir consenso. Se, por um lado, é possível acrescentar num *blog* informação que não cabe nos *media* tradicionais, por outro lado, questiona-se se será ético usar informações recolhidas durante a atividade jornalística com outra finalidade a não ser de servir ao meio de comunicação para o qual trabalha (RODRIGUES, 2006, p. 69).

É válido o questionamento ético acerca do uso dado ao conhecimento do jornalista profissional adquirido em seu trabalho e transposto para espaço digital online próprio, pois chama a atenção para a possibilidade de “roubo” imaterial quando determinado conteúdo é extraído da mídia empregadora do jornalista e reutilizado por ele em ambiente externo “concorrente”. Entretanto é de difícil resolução, pois como separar a informação obtida durante expediente de trabalho do jornalista / blogueiro da informação editada antes de ser publicada, ou seja, que não coube na publicação no jornal por simples falta de espaço ou simplesmente não tinha conteúdo que interessasse ao editor / jornal? Ou mesmo a hipótese mais plausível da linha editorial do veículo censurar aquilo que não interessa às elites e à estrutura de poder que controla o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado, para distorcer sistematicamente a comunicação buscando legitimar a sua dominação? Com a pluralidade e abundância de fontes de notícias, como afirmar com precisão que o jornalista publicou em seu blog conteúdo que tomou conhecimento apenas graças aos recursos que tem acesso por seu empregador? Seria, assim, alguém que subtrai de seu chefe para proveito próprio? Há que se ter cautela em analisar.

Outras questões envolvem a discussão no sentido de que, para se configurar um jornalismo independente, não basta está no ambiente virtual da blogosfera, ser de baixo custo e ter um alcance consideravelmente importante. Antes de tudo é preciso se pensar nesse tipo de jornalismo como uma produção e distribuição de conteúdo noticioso que oportunize as pessoas sem grandes oportunidades de serem

ouvidas ou oportunize temas sem grandes chances de terem uma visibilidade maior de se constituírem pautas e agendarem o debate público.

Ainda cabe a discussão da subjetividade / objetividade que aparentemente deixaria de existir no blog porque este tem um tom mais de personalidade do jornalista. Quanto a isso, Rodrigues (2006) ajuíza:

A verdade é que o jornalista pode fazer muita coisa no seu *blog* para além de o utilizar como espécie de bloco de apontamentos. Pode mesmo dar a sua opinião sobre os assuntos em que trabalha desde que não coloque em causa esse mesmo trabalho, bem como sua credibilidade e isenção na forma como o abordou. O jornalista tem direito a opinião desde que bem identificada (RODRIGUES, 2006, p. 70).

Essa discussão levantada por Rodrigues (2006) sobre o valor imperativo do jornalista ter direito a opinião desde que bem identificado no texto a separação do que é publicidade, opinião, linha editorial do jornal e texto noticioso, ratifica a necessidade de se distinguir também o processo de legitimação da credibilidade jornalística e sua pretensa objetividade e imparcialidade.

Sem querer idealizar isso, a imparcialidade e objetividade, características levadas tão a sério nos fundamentos do jornalismo, deveriam se constituir como metas, como algo a ser buscado constantemente, mesmo que a realidade ofereça tons mais problemáticos. Vale ressaltar que o profissional jornalista não precisa nem deve ser percebido como um sujeito totalmente livre para construir as notícias, mas também não é apenas um empregado a cumprir ordens. Vale abrir um parêntese também para se ponderar sobre as ameaças da instrumentalização do paralelismo político e econômico à autonomia e liberdade que o jornalista precisa ter para ser fiel aos critérios profissionais de sua atividade, pensadas por Hallin e Mancini (2010). Tentando conciliar os muitos motivos que se relacionam e fazem as notícias serem como são, pode-se refletir que as fronteiras entre a Teoria do Gatekeeper⁴⁶ e a

⁴⁶ Segundo a teoria do Gatekeeper, as notícias são como são porque os jornalistas assim as determinam. Assim, o processo de produção da informação seria um processo de escolhas arbitrárias e subjetivas, no qual o fluxo de notícias tem que passar por diversos "gates" (portões) até a sua publicação. Diante de um grande número de acontecimentos, só virariam notícias aqueles que passassem por uma cancela ou portão e quem decidiria isso seria um selecionador, que é o próprio jornalista. Ele seria o responsável pela progressão da notícia ou por sua morte caso não a deixe ser publicada. Entretanto essa teoria não contempla a

Teoria Organizacional⁴⁷ de Warren Breed precisam se borrarem para que o processo da produção social da notícia seja melhor entendido, de acordo como previu Castro e Rocha (2016). Vale discorrer, no entanto, uma explicação mais detalhada sobre este borramento das fronteiras. A visão que atribui ao jornalista a responsabilidade completa sobre a notícia, como se ele trabalhasse em situação de liberdade absoluta é recolocada por Warren Breed como uma abordagem ideológica liberal que precisa ser repensada a partir do realismo que põe em evidência os fatores que patrões e chefes utilizam para constranger os jornalistas-empregados a se conformarem aos limites da política editorial da organização-empresarial, de um lado; e, por outro lado, os fatores que possibilitam os jornalistas abrirem brechas e ampliarem a política editorial do veículo.

São muitas as nuances a serem consideradas quando se trata de credibilidade jornalística. Questões como plágio e partidarismos políticos (em que o jornalista expressa sua opinião ou faz assessoria de imprensa para determinados políticos ou partidos, mas traveste isto de notícia jornalística em suas páginas pessoais de blogs⁴⁸) representam exemplos de como a linha que divide o interesse próprio do jornalista e o interesse de informar o que é de relevância pública (patrimonialismo no jornalismo) é tênue e, por vezes, problemática.

Essa credibilidade é requerida muitas vezes por blogs políticos através das observações e críticas que os blogueiros / jornalistas fazem em nome de um interesse público, conforme analisa o pesquisador Joaquim Paulo Serra (2015):

Ao emergirem, os blogs, sobretudo os mais centrados na atualidade política, reivindicam essencialmente uma função de intervenção (de observação e de crítica) neste “parlamento midiático”, feita em nome do interesse público, mesmo que seja difícil, senão impossível delimitar tal conceito. É aos blogs que se atribui tal função que se

notícia a partir também dos seus receptores, nem admite que existam normas profissionais, estrutura burocrática e organizacional que interfiram nesse processo (TRAQUINA, 2005; CASTRO & ROCHA, 2016).

⁴⁷ A Teoria Organizacional, lançada por Warren Breed na década de 1950, em vez do poder individual do jornalista, este é sobrepujado pela empresa jornalística. Dessa forma, o jornalismo faria parte de um negócio empresarial e que, portanto, visaria ao lucro. Era, portanto, coagido a seguir uma linha editorial de uma corporação de lógica privada, mas sempre de uma maneira sutil e às vezes não expressas, através de recompensas e punições (CASTRO & ROCHA, 2016).

⁴⁸ Há situações, inclusive, em que há um verdadeiro sequestro da credibilidade jornalística para preservar o patrimonialismo.

costuma chamar de “blogs políticos”. (...) são os blogs dos cidadãos que se pronunciam sobre questões públicas de interesse geral e que, para além disso, “são mantidos por cidadãos comuns ou, pelo menos, por cidadãos que, mesmo sendo eleitos ou no exercício de funções institucionais, não mantêm esse espaço em representação de posições partidárias ou lugares políticos” (SERRA, 2015, p.153).

Serra (2015) chama atenção para o fato de que os blogs não manterem (aparentemente) representação política e partidária em seus espaços pode evidenciar a propriedade da afirmação de que os blogs foram se fazendo, gradualmente, não por uma substituição das mídias noticiosas tradicionais, mas pela sua afirmação como meios tendentes à complementação, aprofundamento e, muitas vezes, retificação da informação dessas mesmas mídias – e, assim, de enriquecimento da informação publicamente disponível. E isso estaria diretamente ligado à ideia de legitimidade arrogada pelos blogueiros.

Já quando se relaciona especificamente os políticos e os jornalistas, Serra observa onde as tensões podem se iniciar:

Se é verdade que a relação entre a política e as mídias existe como problema praticamente desde que elas existem, não é menos verdade que a natureza desse problema tem mudado ao longo dos tempos. Tradicionalmente, os políticos encaram as mídias como meros meios de transmissão das suas mensagens para os cidadãos/eleitores, e os jornalistas como mensageiros dessas mensagens – tornando-se a relação entre ambas as partes problemáticas apenas quando as mensagens não chegam, ou não chegam da forma pretendida aos cidadãos/eleitores (SERRA, 2015, p.152).

No desenrolar dessa relação, o autor português (2015) defende que atualmente as mídias não se reduzem a meros meios nem os jornalistas a mensageiros – uns e outros transformaram-se em agentes políticos de primeiro plano. Não no sentido em que efetuam a defesa de uma ideologia ou de uma corrente política (o que também podem fazer), mas no sentido em que as mídias podem se tornar um verdadeiro parlamento do nosso tempo. Com efeito, é nas mídias, e não já só no Parlamento, que as discussões políticas não só se iniciam, mas também se tornam decisivas – no duplo sentido de ganharem importância e de levarem a uma decisão.

O crivo da credibilidade do emissor pautado pelo leitor é uma das principais características que ajuda a definir o grau de influência da mídia usada, amparada na confiança de que o emissor não está escrevendo movida por interesses escusos. A internalização da informação pelo usuário da internet é diferente quando é obtida por determinado emissor: se o fato foi noticiado em página de jornal conectado à grande mídia – escrita, televisiva ou radiofônica – é quase sempre, de imediato, aceito pelo usuário online; porém, se a notícia foi lida em sitio online de menor influência virtual (poucos visitantes, pouca interação, poucos links e compartilhamentos...), o fato noticiado tende a ser facilmente questionado quanto a sua veracidade e o leitor buscará legitimar o que leu em outras fontes (provavelmente de maior influência e tradição jornalística). É a busca pela informação com mais “credibilidade”. Há também a defesa de que blogs são mais opinativos do que informativos, o que atrapalharia a dimensão de credibilidade do jornalismo na blogosfera. Mas Serra (2015) descreve o quanto isso ainda não é consenso:

(...) É preciso considerar que a afirmação de que, enquanto os jornais revelam os fatos, os blogs propiciam-nos opiniões sobre eles não é totalmente exata – já que, por um lado, há uma parte importante do jornalismo que é opinativo (há mesmo quem defenda que, por mais factual que se pretenda, todo ele o é) e, por outro lado, há blogs que noticiam fatos em primeira mão (SERRA, 2015, p.157).

Essa falta de consenso direciona a debate também para a percepção de boa parte dos receptores sobre determinados assuntos e informações, os quais só poderiam vir a público intermediado por jornalistas profissionais, de tradição e de veículos tradicionais, que remontam a um período de acesso restrito às informações e à dificuldade de qualquer pessoa poder noticiar um assunto em primeira mão, com a credibilidade e / ou o poder de *viralização* dos grandes meios (mesmo que essa possibilidade ainda hoje seja assimétrica); uma vez que ainda é frequente, no espaço online, em diferentes sítios da Internet, a circulação de boatos que levam os leitores a não acreditarem prontamente quando tomam conhecimento de determinados fatos por meios menos expressivos, como um blog local. José Luis León, em “Persuasion de masas”, quando analisado por Rodrigues (2006), aponta essa problemática na Internet onde há especulação em excesso, apresentada como informação; a proliferação de fontes imprecisas ou anônimas; informações não

confirmadas e que são apresentadas como fatos induzem a uma contaminação na web e uma dificuldade maior de se fazer distinção do que é notícia legítima da falsa.

As fontes são, portanto, também condicionantes da credibilidade presente e recorrente do jornalismo ancorado na Internet, que requer não apenas a identificação do autor do blog⁴⁹, por exemplo, mas ainda um cuidado com a qualidade das fontes usadas para corroborar ou endossar determinado conteúdo noticiado. De acordo com Rodrigues (2006), ao jornalista cabe avaliar a confiabilidade das fontes, objetivando sempre a credibilidade da informação fornecida. Essa avaliação estaria pautada nos momentos anteriores, em que elas já teriam fornecido materiais credíveis. Assim, haveria uma probabilidade maior destas fontes continuarem a ser utilizadas, até se transformarem em fontes regulares ou até mesmo essenciais para um determinado meio de comunicação. O jornalista não poderia, contudo, limitar-se a acreditar ou confiar em tudo o que lhe é transmitido, dado à atividade nata de criatividade presente no fazer jornalístico, conforme Catarina Rodrigues (2006) detalha:

Os dados recolhidos terão de ser criticados e, depois, seleccionados, trabalhados e hierarquizados. A confirmação do material recebido é fundamental. Mas o mais importante é reconhecer que as fontes de informação são habitualmente parciais. Existem sempre interesses em divulgar uma determinada informação. (...) um jornalista competente sabe que as fontes são, geralmente, pessoas interessadas. Para avaliar a fiabilidade da informação, os jornalistas utilizam diversos critérios na avaliação das fontes, nomeadamente: 1) a autoridade; 2) a produtividade; 3) a credibilidade” (RODRIGUES, 2006, p. 78).

Evidencia-se, aqui, que a questão da credibilidade da notícia, vai além da confiabilidade das fontes, uma vez que elas podem também serem guiadas por interesses pessoais, mas está relacionada também à reponsabilidade do jornalista em checar as informações colhidas. Desse modo, não pode se eximir de possíveis erros ao noticiar conteúdo com equívocos por uso de fontes falhas, pois é de seu encargo verificar as informações repassadas pela fonte, seja física, pessoal, institucional, não devendo o jornalista simplesmente aceitar como verdadeiro

⁴⁹ Quem escreve na blogosfera e assina com o seu nome assume a verdadeira identidade, produz uma espécie de efeito de transparência, segundo Rodrigues (2006).

qualquer dado fornecido para criação de notícia, mesmo advindo de fontes confiáveis anteriormente utilizadas.

Saber disso e colocar em prática implicam uma das principais diferenças entre jornalistas e a questão de se pretender jornalista, além dos saberes técnicos e éticos envolvidos imprescindivelmente nesta atividade. Alguns profissionais e empresas chegam a por em xeque sua credibilidade em virtude da não apuração responsável dos fatos, do não respeito aos direitos humanos, do não compromisso com a informação de interesse pública, porque são guiados por outros interesses que não os valores-notícias de uma ética jornalística mais universalista. Às vezes, é no afã de noticiarem em primeira mão algo impactante que se cede à tentação de publicar conteúdo sem comprovação e isso pode significar um dano irreparável à reputação e credibilidade não só do jornalista apressado, mas da página da Internet para a qual escreve, do receptor, da fonte e até mesmo pode colocar em xeque o processo jornalístico em si. Isso, quando posto em rede, pode tomar proporções incontroláveis.

4.3 JORNALISMO ONLINE E O DISCURSO POLÍTICO

A credibilidade, o imediatismo, a notícia em tempo real, a interação, o acesso conectado e em profusão são algumas das características presentes no jornalismo online, empregado basicamente em qualquer área temática, tais como entretenimento, casos de polícia, economia etc., não sendo, portanto, diferente com a Política. Para a esta área, foi desenvolvida estratégias de promoção, através de seus estrategistas políticos, conhecidos como *marketeiros*, capazes de tentar alcançar além de um grande público presencialmente e à distância (de forma mais segmentada e simultânea), graças ao poder de alcance e recursos fornecidos pela internet. Conforme Fausto Neto (2004, p. 114), “nos tempos contemporâneos é certo que o discurso político dispõe de várias possibilidades através das quais seus anúncios pode se fazer”.

A Política é como área de organização de poder emanado do povo para condução dos interesses do povo, posta em prática por candidatos / governantes escolhidos democraticamente pela sociedade e pela própria sociedade. Esse poder

político, segundo Patrick Charaudeau (2006), analisando o agir comunicativo e instrumental de Habermas, consiste na junção de dois poderes distintos:

Com efeito, ele propõe distinguir um “poder comunicacional” e um “poder administrativo”. O primeiro existe fora de toda dominação, sendo o povo o seu iniciador – e ao mesmo tempo seu depositário – fazendo-o existir e circular no espaço público. Instaura-se assim um espaço de discussão no qual os cidadãos trocam suas opiniões pela via argumentativa, formando assim a “opinião pública” fora de toda tutela do Estado (...). O poder administrativo implica sempre, por outro lado, relações de dominação. Trata-se de organizar (...) a ação social, de regular por leis, evitar e reprimir (por sanções) tudo o que poderia se opor à vontade de agir (CHARAUDEAU, 2006, p. 256).

Neste trecho, o linguista francês (2006) faz uma leitura particular sobre os poderes condensados dentro do discurso político na medida em que sua construção teórica imprime-se em espaço público, podendo inspirar debate com o público / sociedade e abordando caminhos para a materialização do fazer político – decidir e agir. Charaudeau (2006, p. 257) concebe a linguagem política proveniente de dois eixos de atividades sociais: “a do dizer político, do debate de ideias no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; e a do fazer político, no campo mais estrito do espaço onde se tomam decisões e se realizam atos”.

Sob o ponto de vista jornalístico, a política tornou-se mais que assunto noticiado rapidamente no ambiente online. As ações políticas típicas de campanhas eleitorais antes de serem noticiadas no formato tradicional dos gêneros jornalísticos, aos usuários da internet, são também transmitidas, as modalidades de transmissão Streaming⁵⁰, para quem quiser se dispor a consumir conteúdo, sem restrição de fronteiras geográficas. Agora, o discurso político é desenhado em ações / atividades que se encaixem em várias mídias, de modo a satisfazer cada vez mais diferentes públicos e, ao mesmo tempo, remete à ideia também da necessidade do Estado ser um campo de disputa de poder, onde concessões são feitas aos mais diversos interesses.

⁵⁰ Streaming, em tradução livre do inglês para o português, significa transmissão. Ela pode ser definida em duas modalidades: a transmissão ao vivo, direta, do programa de rádio, TV e ou auto apresentação, diretamente pela Internet a partir do local do evento ou do estúdio (Live Streaming). A outra modalidade diz respeito a uma situação mais segmentada, On Demand Streaming, em que ocorre o armazenamento do conteúdo audiovisual em um determinado servidor, para download posterior do público receptor.

Isso não significa, contudo, que foi modificada a forma de condução da Política de outrora, no tocante às campanhas eleitorais, onde os estrategistas políticos buscavam atingir os eleitores / cidadãos em todas as frentes possíveis, na tentativa de conquistar apoio a seus candidatos / gestores. A premissa de “dourar a pílula para melhor vendê-la” continua presente no discurso político e nos bastidores da atividade Política, como avalia Fausto Neto (2004):

(...) os partidos políticos venderão seus candidatos e programas pelos mesmos métodos que o comércio criou para vender mercadorias. Entre eles se incluem a seleção científica de apelos: repetição planejada (...). Corpos de voluntários tocarão as campainhas das portas e dos telefones. Anúncios pelo rádio repetirão frases com planejada intensidade. Cartazes apresentarão *slogans* de comprovada potência. Os candidatos precisarão, além de ter voz agradável e boa dicção, ser capazes de apresentar aparência sincera diante das câmaras (FAUSTO NETO, 2004, p. 108).

Todo esse preparo ponderado por Fausto Neto (2004) para um período eleitoral antes da Internet também abre espaço para se contar as atitudes que se somam a elas para pensar a linguagem do discurso político digital e em rede. Hoje, esses discursos são também uma espécie de combustível que empurra as pessoas para percorrerem ruas, empunhando bandeiras, cartazes, adesivos de seu candidato escolhido, seguindo atrás dos políticos para ouvir presencialmente suas falas, ao mesmo tempo tomar corpo sob a forma de multidão para, assim, tentar convencer a outra parte de eleitores, expectadores de manifestações, a enxergar o seu candidato como o melhor para legislar sobre ou executar o poder político.

Para o jornalista da plataforma online, é necessário, além da responsabilidade ética, a busca pela criatividade e dinamicidade para conduzir as informações de um tema tão polarizado atualmente no Brasil. Se antes ele possuía tempo para assistir as atividades políticas, como comícios e, ao fim delas, produzir a notícia a ser divulgada horas depois, agora deve construir a mesma notícia enquanto as atividades políticas se desenrolam e são assistidas pelas pessoas no conforto de suas casas, no trânsito, no trabalho e em dispositivos midiáticos em tons de mobilidade cada vez maiores... Com a Internet de baixo custo acoplado a dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets*, dotados de recursos colaborativos da prática jornalística de qualidade, tais quais câmaras filmadoras / fotográficas,

gravadores de áudio e softwares de edição de textos, tornaram-se muito mais abrangentes as formas de produzir e viralizar não só os discursos políticos, mas também os discursos jornalísticos sobre política.

Muitas vezes o jornalismo online é iniciado pelo cidadão comum através do conteúdo gravado por seu *smartphone* particular e exposto na sua página pessoal de redes sociais. Não são raras as vezes que esse material, mesmo considerado amador⁵¹, tem servido como fonte para iniciar ou desenvolver mais informações sobre um determinado fato. Por outro lado, vale a ressalva de que, mesmo diante de conceitos como cultura participativa (JENKINS, 2008), esse poder de penetração, viralização, de fomentar engajamentos e de pautar determinados assuntos ainda acontece de forma assimétrica quando da relação dos grandes meios de comunicação corporativa com o cidadão comum.

Sobre o poder que, embora transformado, ainda resiste em boa parte nas mãos da grande mídia, Fausto Neto (2004) ainda traz alguns apontamentos:

Podemos dizer que num passado recente, e também nos dias atuais, a ordem da midiatização se constitui num “sujeito operador” de estratégias, especialmente sobre momentos de funcionamento da política e das suas possibilidades discursivas. Como se observa em várias ocasiões do processo político brasileiro mais recente, o campo das mídias (...) não se constitui apenas num dispositivo de representação do que se passa na cena política, mas se converte, segundo estratégias discursivas distintas em dispositivos que não só narram, mas agem sobre o espaço político, avocando a si, muitas vezes, a condição de um poder a partir do qual põe em funcionamento estratégias de onde se aponta os caminhos e os destinos da política e de seus atores. Foi assim que os mídias se comportaram visando a saída de cena de Collor (FAUSTO NETO, 2004, p. 120).

Foi nesse sentido levantado pelo prof. Fausto Neto (2004) que os mídias, mais recentemente, comportaram-se de forma semelhante visando a saída de cena da presidenta Dilma (DIJK, 2016). Mas, dessa vez, o papel dos meios digitais e online tiveram um papel contra hegemônico preponderante, embora não tenha sido o suficiente para barrar o impeachment. Conforme van Dijk:

⁵¹ Muitas vezes, em reportagens televisadas, em que as imagens são captadas pelo cidadão comum, o meio as exibe narrando que elas são de cinegrafistas amadores e insere o crédito com semelhante texto.

A mídia brasileira é dominada por poucas (umas quatro ou cinco) famílias ricas e conservadoras cujas empresas detêm o monopólio dos jornais impressos, programas televisivos e outros serviços. Além do jornal O Globo, há a influente Folha de São Paulo, lida principalmente pela elite intelectual e empresarial, e o Estado de São Paulo (chamado de Estadão) que, juntamente com as Organizações Globo, apoiou a ditadura militar em 1964 – contudo, a Globo reconheceu que seu apoio à ditadura foi um “erro” (ver Costa, 2015; Magnolo & Pereira, 2016). Por conta de seu papel no impeachment de Dilma Rousseff, esses jornais foram, de maneira geral, chamados de ‘golpistas’ nos diversos protestos contra o impeachment. A venda desses jornais relativamente é baixa (entre cerca de 160.000, como O Globo, e 350.000 cópias, como a Folha) para um país tão grande com mais de 200 milhões de habitantes. Além desses grandes jornais, existem as revistas semanais, como a Época, das Organizações Globo, a Isto É e, principalmente, a Veja (cuja venda é superior a 1 milhão de cópias) e todas participaram da demonização midiática generalizada de Dilma, Lula e do PT. É impressionante o fato de um país tão vasto como o Brasil, e com uma forte tradição de esquerda, não ter um único jornal progressista, como é o caso da Argentina (Página 12) ou do México (La Jornada), e apenas uma revista semanal progressista, a Carta Capital, lida pela elite de esquerda (mas cujas vendas não ultrapassam cerca de 75.000 cópias). Contudo, muitos brasileiros (principalmente os jovens) têm acesso à internet e leem notícias e opiniões publicadas por veículos alternativos (em 2014, 55% dos brasileiros tinham acesso à internet e 45% usavam as redes sociais) (DIJK, 2016, online).

Aqui van Dijk (2016) introduz o contexto brasileiro para trabalhar a relação das mídias, com o processo político e a teoria da manipulação, em que se distingue a interpessoal (quando indivíduos manipulam uns aos outros) da manipulação social (quando organizações ou instituições poderosas manipulam coletivos de pessoas, como leitores de um jornal, eleitores ou a opinião pública de maneira geral).

O exemplo descrito pelo pesquisador da Universidade Pompeu Fabra, na Espanha (2016), pode ser também observado, de uma maneira mais geral, quando fóruns de discussão na Internet e engajamentos nas redes sociais digitais e online tomam visibilidades ao observarem que os jornalistas de determinados meios noticiam, nos jornais, positivamente e com mais destaque, determinado candidato / gestor político, em detrimento de seus principais adversários, em que o ético seria o tratamento jornalístico dos políticos sem demonstração de preferência por nenhum deles. Há quem já consiga debater ao nível de chamar aquela divulgação de fatos de assessoria de imprensa e não de jornalismo.

Dessa forma, essa “condução” da formação da opinião pública na direção desejada pela grande mídia, de forma implícita e revestida de jornalismo imparcial, tem-se tornado estratégico na apresentação e construção do discurso político cuja comunicação é por vezes racionalizada, materializando as dimensões do agir instrumental (em oposição e complementação do agir comunicativo) de Habermas (1989):

Enquanto que no **agir estratégico** um atua sobre o outro para ensinar a continuação desejada de uma interação, no **agir comunicativo** um é motivado racionalmente pelo outro para uma ação de adesão – e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita (HABERMAS, 1989, P.70).

O que às vezes não transparece para o grande público é que esse tipo de estratégia usada na construção do discurso político (enquanto discurso jornalístico) é elaborada para persuadir o povo a aceitar mais facilmente o candidato / gestor e suas propostas; e, muitas vezes, a essa tática são somadas outras, as quais têm na sua composição de linguagem as três condições pensadas por Charaudeau (2006) simplicidade, de credibilidade e dramaticidade:

Condições de simplicidade, pois dirigir-se às massas é dirigir-se a um conjunto de indivíduos heterogêneos do ponto de vista de seu nível de instrução, de sua possibilidade de se informar, de sua capacidade de raciocínio e de sua experiência de vida coletiva (...). O homem político deve então buscar reconhecer o grande denominador comum das ideias do grupo ao qual ele se dirige (...). As condições de credibilidade levam o sujeito político a construir uma autoimagem de si, um *ethos*, que deve servir de suporte para identificação para o auditório: *ethos de lucidez* “tenho consciência de que...”; *ethos de engajamento* expressando sua vontade de agir (...); *ethos de autoridade* (...), *ethos de virtude*. As condições de dramatização conduzem o sujeito político (...) empregando palavras e argumentos que emocionem: argumentos mais ou menos diretos de ameaça (...); apresentando um *dilema* (...); de desqualificação do adversário. (...) a encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e a ordem da paixão, misturando *logos*, *ethos* e *pathos*, para tentar responder à questão que nós todos devemos nos colocar: o que me faz aderir a tal ou tal valor, tal ou tal ação política “via tal ou tal partido, tal ou tal personagem”? (CHARAUDEAU, 2006, p. 266-268).

Essas três condições abordadas pelo pesquisador francês (2006) explicam a ideia de que a força do discurso político prescinde da capacidade do político em ser um orador capaz de descomplicar sua fala na transmissão de suas ideias, de modo a ser compreendido por qualquer pessoa, presente fisicamente ou virtualmente; de entonar sua fala de forma a empolgar a plateia com seu discurso, preferencialmente, evitando a todo custo ser uma fonte locutora tediosa; e, se puder, desconstruir a imagem e projetos políticos de seu adversário, sem prejudicar sua própria imagem. Isso trará para ele um potencial eletivo muito maior.

O discurso político bem planejado e executado pelo sujeito político pode ser uma das principais formas de conduzir pessoas a dividirem-se entre apoiadores de político A, B, C, D... Porém esse não é o único recurso para conquistar o apoio das pessoas. Estas também fazem escolhas para endossar a candidatura de determinado político seguindo aspirações privativas, patrimonialistas, de cunho individual, de contextos sócio-culturais-educativos.

O jornalismo feito na e para a internet deve estar atento a essas nuances do discurso político, ao mesmo tempo em que deve também estar atento ao impacto que causa na audiência, compreendendo as reações das pessoas no ambiente da internet, captando os pontos que causam discussões, registrando as partes polêmicas, antes que o assunto se fragmente e perca a força de ser retroalimentado até serem esgotadas as possibilidades narrativas. Essa vistoria virtual para produção jornalística não pode, na atualidade, deixar de fora a compreensão de lugar jornalístico que as variadas redes sociais digitais e online como *facebook*, *twitter*, *instagram*, *snapchat* etc. adquiriram, além dos blogs, porque é lá que notícias também estão sendo iniciadas, *viralizadas*, corrigidas e decisões políticas também estão sendo tomadas como plebiscitos virtuais e convocação para manifestações.

Jornalismo online e política são, hoje, indissociáveis. De acordo com Fausto Neto (2004, p. 121), o primeiro, assim praticado, é um desdobramento da política, pois sem ele e suas enunciações seria impossível na sociedade midiaticizada se pensar / agendar outras formas de processos eleitorais. “Em situações de complementaridades ou não, política e mídias se dão as mãos para apontar caminhos que a ‘outra ponta’, os eleitores, devem fazer para tornar a política numa certa realidade, por sinal já definida por aqueles campos”.

É preciso, portanto, que ambos sejam percebidos também para além do viés de manipulação. Eles se entrelaçam num processo necessário enquanto atores ativos da tessitura social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: O DISCURSO JORNALÍSTICO DIGITAL E ONLINE SOBRE POLÍTICA

Proceder a análise crítica do discurso neste trabalho significa conceber o discurso jornalístico sobre política como uma forma de agir, ainda que nas plataformas digitais e online de comunicação, até porque não há mais sentido em fazer a antiga distinção de um mundo “real” e “virtual” (uma vez que ambos coexistem e se retroalimentam o tempo todo); agora vive-se uma “virtualidade real” ao qual se referia Castells (1999), para tratar de nova forma de sociedade, caracterizada por cultura construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado⁵².

Assim o discurso, do particular ao público, é aqui uma prática usada através da linguagem para legitimar posições e ações sociais. Para a análise de discurso de vertente anglo-saxônica, é importante pesquisar por que e como alguns significados se tornam padrões em determinados contextos e por que e como outros significados se tornam marginalizados.

Neste caso, a análise crítica de discurso foi feita levando em consideração estudos de Teun A. van Dijk (2016, 2012, 2010, 1997), Norman Fairclough, (1989) e Rosalind Gill (2002). Para van Dijk (1997, p. 20)⁵³, o discurso político é uma ação política: “esse discurso é visto como uma forma de ação política e como parte do processo político”. Segundo o autor (1997), embora essa forma de agir tenha sido demonstrada na maioria das abordagens sociais do discurso, para a interação ou

⁵² Essa nova forma de sociedade, para além da cultura midiática (virtualidade real), seria caracterizada também pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra; e pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes.

⁵³ Tradução livre da própria autora, a partir do trecho: Alter this initial positioning of discourse in the realm of politics, we may now turn to a closer look at political discourse itself. It has been emphasized that both in politics and in political science, such discourse is primarily seen as a form of political action, and as part of the political process. Such a view is perfectly compatible with the dominant paradigm in most social approaches to discourse, viz., that discourse is a form of social action and interaction (Atkinson & Heritage 1984; Boden & Zimmennan 1991; van Dijk 1985). Although this has especially been shown to hold for spoken interaction or dialogue, it is obvious that also written texts, or rather writing texts, are a form of social and political action. Textual (written, printed, computer) communication may not be face-to-face, but therefore no less a form of action and interaction (DIJK, 1997, p. 20).

diálogo falado, é óbvio que também os textos escritos, ou melhor, escrever textos (lugar de inserção do jornalista), são uma forma de ação social e política. A comunicação textual, portanto, seja ela mediada ou não por computadores, pode não ser face a face, mas também não é uma forma menor ou menos importante de ação e interação.

Já nas palavras de Norman Fairclough, (1989, p. 24 e 25)⁵⁴, a concepção de discurso como ação se relaciona diretamente à ideia de linguagem como forma prática. Dessa forma, para ele (1989), fazer análise de discurso sob uma perspectiva crítica seria, portanto, investigar as incompletudes dos processos de produção e de interpretação de tais discursos, sem ignorar a maneira pela qual eles são determinados socialmente e compreender a linguagem como prática social “que é condicionada por outros, partes da sociedade”. A produção e interpretação de discursos são sociais porque têm origens sociais, no sentido de que eles são forjados socialmente e sua natureza depende das relações sociais e das lutas das quais foram gerados – assim também como foram socialmente transmitidos e, em nossa sociedade, distribuídos de forma desigual. Ao internalizar isso, as pessoas se engajam em suas práticas sociais, incluindo o discurso.

E, conforme Gill (2002, p. 247), para pensar a análise de discurso é necessário que se faça levando em consideração quatro temas principais: “uma preocupação com o discurso em si mesmo; uma visão da linguagem como

⁵⁴ Tradução livre da própria autora, a partir do trecho: However, no account of the processes of production and interpretation can be complete which ignores the way in which they are socially determined, which brings us to the third implication of seeing language as social practice: that it is conditioned by other, non-linguistic, parts of Society. The members resources (MR) which people draw upon to produce and interpret texts are cognitive in the sense that they are in people's heads, but they are social in the sense that they have social origins - they are socially generated, and their nature is dependent on the social relations and struggles out of which they were generated - as well as being socially transmitted and, in our Society, unequally distributed. People internalize what is socially produced and made available to them, and use this internalized MR to engage in their social practice, including discourse. This gives the forces which shape societies a vitally important foothold in the individual psyche, though as we shall see, the of this foothold depends on it being not generally apparent. Moreover, it is not the nature of these resources that is Socially determmed, but also the conditions of their use - for instance, different cognitive strategies are conventionally expected when someone is reading a poem on the one hand, and a magazine advertisement on the other. It is important to take account of such differences when analysing discourse from a critical perspective (FAIRCLOUGH, 1989, p. 24 e 25).

construtiva (criadora) e construída; uma ênfase no discurso como uma forma de ação; e uma convicção na organização retórica do discurso”.

Assim considerado, procedeu-se a coleta de dados a qual foi feita durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2016, vésperas que antecedem às eleições municipais⁵⁵ (para eleger prefeito e vereadores) no Brasil e momento em que o acirramento político mais se faz presente nas localidades regionais interioranas, muito mais do que o período eleitoral para presidente da República, Governadores dos Estados, Deputados e Senadores. Dessa forma, foi feito um monitoramento em forma de *E-clipping*⁵⁶ de todo o conteúdo noticioso sobre política publicado nos blogs específicos de política e mais acessados da cidade de Pau dos Ferros / RN: Blog do Capote (<http://www.blogdocapote.com/>) e Política Pau-ferrense (<http://politicapauferrense.blogspot.com.br/>) com o conteúdo replicado nos Sites de Redes Sociais – SRS, especificamente no Facebook: <https://www.facebook.com/mazinho.capote> e <https://www.facebook.com/clodoeudes.fernandes>, consecutivamente. Paralelamente a este *E-clipping* feito nos blogs do interior do nordeste brasileiro, também foi coletado eletronicamente, no mesmo período, as notícias sobre política publicadas no blog português Carpinteira (<http://carpinteira.blogspot.com.br/>), com a seguinte página correspondente no Facebook: <https://www.facebook.com/Covilha-consciente-169007163111943/?fref=ts>.

Uma vez, iniciado o *E-clipping*, foram coletados neste período o total de 404 notícias, divididas inicialmente seguindo as plataformas digitais e online de publicação: blog e Facebook, de acordo com a Tabela 01, mostrada a seguir:

TABELA 01: Total de notícias coletadas.

	Blog	Facebook	Total	Total Geral
Blog do Capote	77	102	179	404

⁵⁵ As eleições aconteceram no dia 02 de outubro de 2016.

⁵⁶ Abreviação do termo *eletronic clipping*, variação atual do termo clipping que vem da língua inglesa, e define o processo de selecionar notícias e produtos midiáticos em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, para resultar num apanhado de recortes sobre assuntos de total interesse de quem os coleciona. O *E-clipping* diz respeito ao clipping feito eletronicamente.

Política Pau-ferrense	86	104	190	
Carpinteira	27	8	35	

Fonte: Elaborada pela própria autora, 2017.

Deste universo de 404 notícias, mostradas na Tabela 01, coletadas em três meses, foram escolhidos alguns dias para formar uma semana aleatória a fim de se constituir o material amostral por representatividade a ser analisado. Assim, ficou estabelecido que seriam analisadas aleatoriamente as notícias publicadas em três dias da semana do mês de agosto, três dias da semana do mês de setembro e 1 dia da semana do mês de outubro, como mostram as Tabelas 02, 03 e 04:

Tabela 02: Semana aleatória: amostragem por representatividade simples para análise – Blog do Capote.

Blog do Capote	Blog	Facebook	Total	Total Geral
Segunda-feira (01/08/2016)	3	2	5	46
Terça-feira (02/08/2016)	4	4	8	
Quarta-feira (17/08/2016)	3	4	7	
Quinta-feira (15/09/2016)	2	3	5	
Sexta-feira (16/09/2016)	1	1	2	
Sábado (01/10/2016)	1	9	10	
Domingo (11/09/2016)	1	8	9	

Fonte: Elaborada pela própria autora, 2017.

Tabela 03: Semana aleatória: amostragem por representatividade para análise – Política Pau-ferrense.

Política Pau-ferrense	Blog	Facebook	Total	Total Geral
Segunda-feira (01/08/2016)	7	8	15	63
Terça-feira (02/08/2016)	8	9	17	
Quarta-feira (17/08/2016)	4	4	8	
Quinta-feira (15/09/2016)	0	1	1	
Sexta-feira (16/09/2016)	6	6	12	
Sábado (01/10/2016)	3	3	6	
Domingo (11/09/2016)	2	2	4	

Fonte: Elaborada pela própria autora, 2017.

Tabela 04: Semana aleatória: amostragem por representatividade para análise – Carpinteira.

Carpinteira	Blog	Facebook	Total	Total Geral
Segunda-feira (01/08/2016)	1	1	2	13
Terça-feira (16/08/2016)	1	1	2	
Quarta-feira (17/08/2016)	1	1	2	
Quinta-feira (15/09/2016)	2	1	3	

Sexta-feira (16/09/2016)	1	0	1	
Sábado (01/10/2016)	1	0	1	
Domingo (18/09/2016)	1	1	2	

Fonte: Elaborada pela própria autora, 2017.

De acordo com as Tabelas 02, 03 e 04, o total de notícias analisadas equivalem a 122 textos distribuídos nas publicações dos três Blogs e suas respectivas páginas no SRS Facebook. Uma observação importante a ser dada é que, durante a definição, se algum dia da semana não tivesse nenhuma publicação (nem no Blog e / ou Facebook), este dia da semana seria novamente “sorteado” dentro de outro dia do mês. Foi o exemplo do que aconteceu com a “terça-feira (02/08/2016)” e o “Domingo (11/09/2016)” escolhidos e aplicados nos dados coletados do Carpinteira. Como não havia publicação alguma, outros dias dos meses referente a estes dias da semana foram redefinidos aleatoriamente.

Feito isso, seguiu-se a um segundo momento procedimental, o da categorização das notícias, para enfim se realizar a análise crítica de discurso, a qual se fundamentou nas pesquisas propostas por Rosalind Gill (2002) que sugere codificar os textos (no caso desta pesquisa, notícias sobre política em plataformas digitais e online) segundo os objetivos (realçar, ou selecionar, todas as ocasiões em que se evidencia a razão de ser da categoria).

Gill (2002, p. 254) ensina que a categorização (codificação) deve ser feita da maneira mais abrangente possível, de tal modo que todas as instâncias limítrofes possam ser incluídas, em vez de serem deixadas fora. Codificação é uma maneira de organizar as categorias de interesse. Pode-se começar por separar as transcrições em diferentes tipos de explicações. “É importante notar que os indivíduos podem ser levados por diferentes explicações, ou combiná-las, e que o interesse do analista de discurso não é as atitudes individuais, mas a construção cultural”. Assim sendo, o conteúdo foi reorganizado em cinco categorias que emergiram *a posteriori* da coleta, seguindo as temáticas emergentes e que tendiam

a repetição (uma espécie de padrão de dados), levando sempre em consideração os objetivos, a fim de que os dados recombinaos se tornassem melhor apresentáveis para a compreensão e análise.

As cinco categorias de análise foram definidas tentando responder / complementar o pensamento de “todas as ocasiões em que...” (o alinhamento proposto por Gill (2002)): 1 – O discurso evidencia o expurgo do outro; 2 – O discurso evidencia promoção da boa imagem; 3 – O discurso se faz através de conotações; 4 – O discurso de Informações locais exprime um contexto global; e 5 – O discurso não dito.

A classificação das notícias seguiu a seguinte definição das categorias: foram enquadradas, na categoria “1 – Expurgo do outro”, todas as postagens no Blog e no Facebook que noticiavam com a intenção de depreciar alguém, deixando explícitas quem é esse outro, geralmente candidatos políticos a quem a linha editorial das plataformas digitais e online se faz opositora; na categoria “2 – Promoção da boa imagem” estão os *posts* que fazem referência a uma tentativa de construção de boa imagem de candidatos políticos apoiados pela linha editorial; na categoria “3 – Uso de conotações” estão classificadas as notícias que fazem uso mais corrente do sentido figurado para tratar dos temas políticos; já na categoria “4 – O local exprime o global” foram classificados as postagens que mesmo informando sobre temas políticos locais⁵⁷ e /ou regionais⁵⁸ acabam remetendo, linkando, aos assuntos nacionais / globais; e na última categoria “5 – O discurso não dito” foram codificados os textos que de forma mais sutil noticiavam algo, mas deixavam indicações, pistas de que queria dizer outra informação ou, simplesmente, os textos sugeriam fenômenos que deveriam ser contrariados de forma não aparente.

A partir dessa classificação, foi possível a análise de discurso em cada uma das categorias. Na sequência, serão destacados pontos importantes de cada categoria que nos ajudarão nas considerações sobre a interação entre este discurso e o patrimonialismo.

⁵⁷ Do ponto de vista da cidade.

⁵⁸ Circunvizinhanças geográficas.

5.1 ANALISANDO OS DADOS: O DISCURSO JORNALÍSTICO E A RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA REALIDADE PATRIMONIALISTA, DEMOCRÁTICA, DIGITAL E ONLINE.

5.1.1 Expurgo do Outro

Expurgar o outro se constituiu um recurso bastante usado em boa parte do jornalismo feito quando se tratava de política. Para a formação desse discurso, os jornalistas tinham uma preocupação singular: elaborar um alvo para suas críticas, tornar claro porque esse repúdio era necessário, pois seu alvo era precisamente "um tipo de político". Não é, contudo, todos os políticos e formas de se fazer política que o blog / perfil do Facebook condenava, mas um tipo específico de "Gestor de meia tigela e traidor".

Esse texto foi parte do título da matéria, publicada no Blog do Capote, no dia primeiro de agosto de 2016, "São Miguel-RN: Na Convenção, que homologou chapa Zé Gaudêncio/Salismar, deputado Galeno disse que "o município parou porque o gestor é de meia tigela e traidor". A notícia completa, é a que segue:

Com a presença de lideranças da política estadual, como o governador Robinson Faria (PSD), o prefeito de Pau dos Ferros, Fabrício Torquato, de José da Penha, Antônio Dólar, Dagoberto Bessa de Severiano Melo, Klébica Bessa (Tabuleiro Grande), Antônio Dólar (José da Penha), Alberone Néri (Encanto) Carlos Jácome (Dr. Severiano) e Jessé (Riacho de Santana) a convenção partidária do PSD, em São Miguel, deu o pontapé inicial na pré-campanha a prefeito e vice de Zé Gaudêncio (PSD) e Salismar Correia (PHS). Além do PSD e PHS, a Coligação denominada de 'O Trabalho vai Voltar', é formada por mais sete siglas: DEM, PV, PPS, PTN, PHS, PCdoB e PTdoB.

Capitaneada pelo deputado estadual Galeno Torquato (PSD), que já foi prefeito de São Miguel por dois mandatos, a convenção lotou as dependências do ginásio 'Torquatão' se estendendo das 10 horas da manhã até às 15h desse domingo, 31 de julho.

Para o deputado, a pré-candidatura do seu irmão, o arquiteto José Gaudêncio Torquato, representa a retomada do desenvolvimento do município, que é localizado no Alto Oeste potiguar. Milhares de micalenses participaram do evento.

"A administração pública de São Miguel é um marasmo. A saúde está enferma. A educação é um descaso. As ruas estão esburacadas. Estou fazendo o meu papel de deputado, mas os recursos que chegam para o município não estão sendo bem

aplicados", apontou o deputado, acrescentando que "São Miguel parou porque não ficou um administrador; ficou um traidor".

Além de condenar o casamento de cobra d'água com jacaré, referindo-se ao acordão feito pelo grupo governista com adversários de 2012, que fizeram de tudo para barrar a candidatura do atual gestor naquela época, Galeno também disse que "o atual prefeito é de meia tigela, preguiçoso, desleixado e que está acabando com tudo que nós fizemos em São Miguel".

Já o governador Robinson Faria comentou que ficou impressionado com o tamanho da participação popular na convenção, que, segundo disse, foi a maior que ele já presenciou em suas andanças pelo estado neste início de campanha.

Adotando um discurso propositivo, Zé Gaudêncio convocou a militância para ir às ruas e se manter vigilante. Ele anunciou que a partir de agosto visitará cada casa da cidade, mostrando as realizações de sua administração. "Vamos mostrar aos micalenses todos os descasos da atual administração e mostrar que é possível mudar, que é possível colocar São Miguel novamente no rumo certo", pontuou Zé Gaudêncio, destacando que, ao ser abordado por uma senhora numa comunidade rural sobre seu Plano de Governo, respondeu que "meu Plano de Governo é botar pra funcionar tudo o que está parado em São Miguel!" (CAPOTE, 2016, online).

Para além da necessidade de personificar o texto, dando destaque a cada nome de lideranças políticas da região do Alto Oeste Potiguar, mesmo para noticiar o evento de Convenção e registro de candidaturas das pessoas para as eleições que ocorreria em outubro, o jornalista inicia seu discurso depreciando os adversários políticos já no título.

No decorrer do texto, o jornalista dá voz primeiro a um deputado estadual (ao qual ele incumbe o papel de capitanear, de chefia...) e não aos candidatos que deveriam estar pleiteando votos. Nas palavras do deputado, adjetivos para depreciar a gestão atual como marasmo, saúde enferma, educação em descaso e ruas esburacadas são estratégias de expurgação do outro que se somam à ideia da não aplicabilidade bem feita dos recursos financeiros que até então chegaram à prefeitura e de que tudo isso tinha uma única causa: a cidade não teria um administrador (função social idealizada que ele dá à figura do prefeito), mas um traidor, um prefeito que é de meia tigela (expressão repetida no título e no corpo da matéria), preguiçoso, desleixado. Aqui, macula-se não apenas uma gestão, mas a própria pessoa física e particular.

É interessante perceber que, mesmo majoritariamente enquadrada nesta categoria, não significa dizer que outras formas de leituras, como a "Promoção da

boa imagem” (neste caso, autopromoção) ou “O discurso não dito” possam ser pensadas em conjunto, como quando ele dá voz ao deputado que diz “estou fazendo meu papel de deputado”; ou seja, não é todo político que deve ser expurgado, o próprio deputado Galeno Torquato seria uma exceção, seria um bom político. Ou quando ele se refere “à retomada do desenvolvimento do município”, ao fato do atual prefeito “está acabando com tudo que nós fizemos em São Miguel”, ou quando o jornalista dá voz ao governador do Estado do Rio Grande do Norte Robison Faria para relatar o tamanho da participação popular na convenção, que seria “a maior que ele já presenciou”; deixando nas entre linhas que a atual gestão tinha deixado de fazer a cidade crescer, que o próprio deputado e o grupo político dele já fizeram muito pela cidade de São Miguel / RN e que a campanha seria fácil de ganhar, porque o governador conhece o Estado, já devia ter participado de muitos eventos semelhantes e teria, então, autoridade para dizer que o candidato teria muitos votos ao ponto de vencer o pleito.

É interessante perceber que o discurso jornalístico sobre política neste caso não se pauta na divulgação de fatos políticos em si, mas prioritariamente em cima da citação de falas de atores políticos considerados líderes locais e regionais. Não foi noticiado, por exemplo, o ritual da Convenção, explicando que processo político é este e qual a importância dele para o fortalecimento da democracia... A fala do candidato às eleições municipais 2017 foi deixada por último, com menos destaque na desconstrução da oposição. Quem pode falar mal do outro são os apoiadores. O próprio candidato deve fazer “um discurso propositivo”, “convocar a militância”, promover a valorização de cada casa (sentido da família) através de visitas e a possibilidade de “colocar São Miguel novamente no rumo certo” ao elegê-lo.

Há uma apropriação dessas falas por parte do jornalista que mescla com sua própria linha editorial de apoio ou oposição política e constrói o seu próprio discurso de expurgo do outro, através de escolhas de recursos linguísticos de depreciação; por exemplo quando ele se utiliza de palavras como “condenar” e “acórdão” (palavra usualmente colocada em circulação popular para deslegitimar as alianças políticas do adversário, para dizer que tais alianças são, na verdade, negócios financeiros escusos). Assim o patrimonialismo se apresenta aqui como o processo de não separação da pessoa do jornalista e da pessoa do eleitor. Jornalista escritor do blog

e eleitor político se fundem e o discurso personificado deste último influencia diretamente na escrita do discurso do primeiro (e vice-versa), tornando algo que deveria ser suprapartidário visivelmente partidário.

Também é possível perceber resquícios da relação genética entre o patriarcalismo e o patrimonialismo, quando o poder de falar primeiro e com maior importância e destaque é dado pelo jornalista a atores do sexo masculino e considerados líderes, chefes, pais do grupo político, mesmo quando essa “estrutura de dominação patriarcal” se faz descentralizado, como previu Weber (1999), mediante a cessão de espaço de fala para líderes menores, com menos eleitores ou pertencentes a cidades e regiões com menos votos e / ou apoio de outros políticos. Ainda assim a figura do pai poder dispor em primeira instância do discurso ao seu bel prazer, sem limites inclusive para depreciar a figura particular e não pública do outro, demonstra uma atualização do patrimonialismo que é exercido através do discurso jornalístico.

Além disso, é imprescindível observar esse patrimonialismo como um termo essencialmente político, que se utiliza de estratégias para lograr êxito na dominação de forma legítima. Aqui o discurso do jornalista, ao forjar a figura do político, ultrapassa os limites da dominação Legal - burocrática (geralmente presente no poder público estatal das sociedades democráticas), para se legitimar também através da fusão dos processos carismático e tradicional. No expurgo da gestão do opositor, alinha-se e se ratifica o expurgo à pessoa privada do opositor, enquanto se promove a boa imagem de quem o Blog apoia.

Aqui destaca-se os pensamentos de ideologia relacionadas a poder, por van Dijk (2010). Mais especificamente, quando o autor (2010) aborda o conceito de “quadrado ideológico” para demonstrar como as pessoas tendem a enfatizar as coisas boas delas e dar visibilidade as coisas ruins dos “outros”; ao mesmo tempo que tendem a ocultar coisas ruins delas e ocultar as coisas boas dos outros. É uma releitura social do princípio patrimonialista que se baseia no discurso: “aos meus, tudo; aos outros, a lei”.

Ainda seguindo esse contexto, no dia 17 de agosto, também no Blog do Capote foi publicado o seguinte texto, com a chamada “São Francisco do Oeste-RN:

Funcionário do candidato a prefeito, Luzimar Porfírio, declara apoio a Chiquinho Lôbo e diz que está sendo perseguido”:

O funcionário João Paulo da Silva, da empresa POEST – Indústria e Comércio Ltda, com sede em São Francisco do Oeste-RN, usou seu perfil no facebook para denunciar que está sendo perseguido por ‘gerentes’, colegas de trabalho e pelo próprio dono, empresário Luzimar Porfírio (PSD), que é candidato a prefeito naquele município. Segundo ‘Jotapê Silva’, como é mais conhecido, “desde quando resolvi defender o lado da situação atual de nosso município, apoiando os candidatos Chiquinho Lobo e Gessé Freitas, o mundo caiu sobre mim! Estou vivendo dias de horrores partindo de gerentes, funcionários e o próprio dono”, escreveu em tom de desabafo.

JP também declarou na sua postagem “que na própria empresa há, aproximadamente, umas 20 pessoas que não votam” no candidato Luzimar Porfírio, que é o dono.

Ele ainda enumerou diversas situações de assédio moral que está vivendo no seu local de trabalho, inclusive que teve de comparecer ao serviço, mesmo comunicando que estava doente.

Jotapê, que também trabalha com publicidade, ainda disse que o sorriso de Luzimar Porfírio é falso e que ele ainda não desistiu de disputar a eleição deste ano porque “toda hora está sendo pressionado” para continuar.

E concluiu com uma pergunta. “Vejam, meus caros amigos e leitores, se realmente é isso que vocês querem: um homem desse na prefeitura de nosso município?” (CAPOTE, 2016, online)

Nesse texto, além de seguir o parâmetro de expurgar o outro através de citação de terceiros “o sorriso de Luzimar Porfírio é falso”, o Blog do Capote optou por colocar em xeque a credibilidade do candidato que não era alinhado à linha editorial do Blog, dando voz a acusações de supostas ameaças e perseguições aos não eleitores da chapa, a qual contaria com trabalhos escusos (transformando o dia de seus opositores em “dias de horrores”) de gerentes (nome usado entre aspas pelo jornalista) e outros empregados do empresário e candidato a prefeito da cidade de São Francisco do Oeste / RN. Assim, não foi dado à notícia o espaço para as múltiplas vozes envolvidas no fato, tampouco o direito de resposta à inculpação “das diversas situações de assédios morais”. Aqui também é possível perceber a mescla de leituras que poderiam ser feitas através de outras categorias como “O discurso não dito”, ao dar publicidade ao questionamento no fim da matéria, sem dar espaço para o leitor e / ou eleitor refletir sobre outras projeções que não o quão ruim pode ser “um homem desse”, ou seja, um homem capaz de ameaçar seus funcionários,

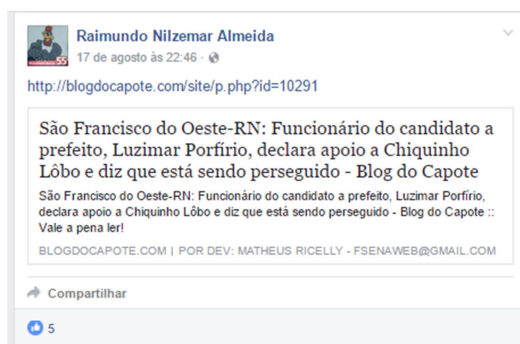
como gestor de uma cidade. Também quando Capote⁵⁹ dá visibilidade ao relato do empregado que teria sofrido assédio moral na empresa em que candidato Luzimar Porfírio é dono, no qual é possível ler as entre linhas que o empresário não ganharia as eleições porque teria poucos votos fiéis a ele, pois nem os funcionários da empresa (como se isso fosse uma obrigação seguindo a lógica do patrimonialismo Legal - Burocrático) votaria nele: “na própria empresa há, aproximadamente, umas 20 pessoas que não votam”.

Vale ressaltar o fato de que toda a fonte que determina a escrita da notícia é uma postagem num perfil pessoal do Facebook. Isso chama atenção para as novas e recorrentes transformações e desafios que o jornalismo vem enfrentando. Quando Mielniczuk (2003) conceitua jornalismo online como a pesquisa realizada em redes, onde as informações circulam em tempo real e cujo objetivo é a apuração jornalística (pesquisa de conteúdos, recolha de informações e contato de fontes), esse mesmo termo vai hora de encontro ao, hora ao encontro do jornalismo feito pelo Blog do Capote. Ao mesmo tempo que ele se serve de informações colhidas na rede, falta a ele a reponsabilidade (ou o querer) de apuração, de checar se esses outros 20 funcionários não votariam no candidato Luzimar Porfírio, se este, seu gerente ou demais funcionários da empresa teriam alguma coisa a dizer sobre as acusações, por exemplo.

Outro fato é que, mesmo o jornalismo online tendo linguagens e formações próprias, distintas de outros meios como a TV, o rádio e o impresso (CANAVILHAS, 2015; SERRA, 2003a; MIELNICZUK, 2003), ainda assim o processo de escrita é dinâmico e depende da plataforma digital e online de publicação e propagação. Assim, o mesmo texto que é produzido para um blog não deveria ter as mesmas dimensões e formas linguísticas do que é produzido para ser publicado em uma página de Facebook. E isso parece ser esquecido ou não ser do conhecimento do blogueiro, uma vez que ele apenas transporta / replica a notícia / link da notícia de um sítio para o outro como pode ser visualizado na Figura 01:

⁵⁹ O autor do Blog assina suas matérias com o nome de Mazinho Capote, como se este fosse, além do nome do blog, o seu sobrenome.

FIGURA 01: Link da notícia no Facebook.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Uma percepção peculiar tida através desta Figura 01 é que, uma vez que o link da matéria seja publicado no Facebook, remetendo ao texto originalmente publicado no blog, mesmo que este não tenha tido nenhuma interatividade no blog, no Facebook ocorrem “likes / curtidas”. Em outras matérias, quando o reduto do assunto envolvia os candidatos a prefeito de Pau dos Ferros / RN, a interatividade se fazia de forma mais intensa, com muitas “curtidas, comentários e compartilhamentos”, opções dadas pelo SRS Facebook.

Isso pode ser observado nas Figuras 02 e 3, quando o Blog do Capote anunciou, primeiro no Blog “Pau dos Ferros – RN: Deputado Getúlio Rêgo ameaçou blogueiro Mazinho Capote de morte” e depois replicou no Facebook. Ao observar que a interatividade tinha mais chances de ocorrer sobre aquele assunto no SRS, dado o número de curtidas, então, o blogueiro “requeitou” o texto, apenas no Facebook, causando muito mais interatividade em torno do assunto, já que o personagem principal da notícia era o então deputado estadual Getúlio Rego, pai do ex-prefeito e atual candidato à prefeitura de Pau dos Ferros Leonardo Rego, a quem o blog explicitamente faz oposição. Expurgar o outro também poderia ser feito expurgando a família e os apoiadores do outro.

FIGURA 02: Matéria publicada com mais chances de interatividade.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

FIGURA 03: Matéria requentada para mais interatividade.

Raimundo Nitzemar Almeida
15 de setembro · 🌐

O deputado estadual HIPÓCRITA, Getúlio Rêgo (DEM), querendo figurar como um bom moço, alardeou aos quatros ventos que pediu SEGURANÇA pra campanha eleitoral de Pau dos Ferros.
"Rapaz, criei vergonha" . . .
Como é que você, falastrão, presta-se a um papel desses se AMEAÇOU MAZINHO CAPOTE DE MORTE?!?
Quem vive ameaçando o povo livre e soberano de Pau dos Ferros de morte é você, que se comporta como BANDIDO ou INTEGRANTE DO SINDICATO DO CRIME!!!
Xô, Satanás!



Compartilhar

👍👎👤 Magna Rejane, Daniel Moura e outras 84 pessoas

18 compartilhamentos 20 comentários

Rodrigues Filho Xôô
👍 2 · 15 de setembro às 19:54

Ivan Souza Mas é bunitooo
👍 3 · 15 de setembro às 20:08

Rodrigues Filho Kkkkkkkkkk parece uma caneca amassada!
👍 3 · 15 de setembro às 20:09 · Editado

Micaelly Queiroz 😂😂😂😂
👍 2 · 15 de setembro às 20:33

Francisco Alves Foda é que o povo elege esse tipo
👍 1 · 15 de setembro às 20:15

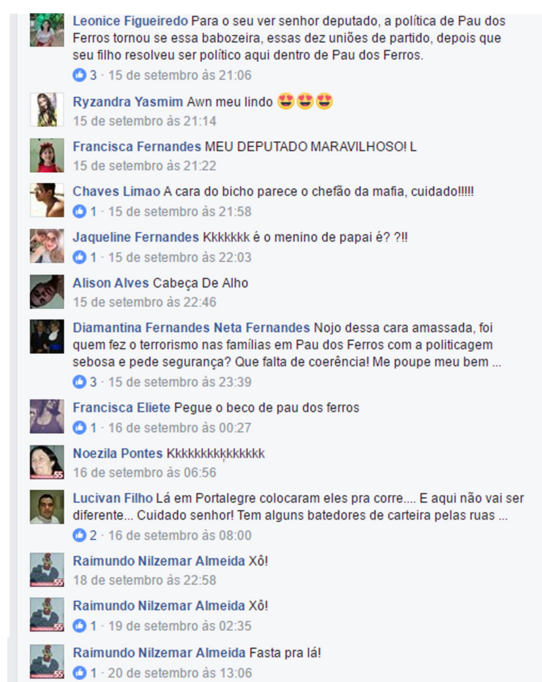
Auxiliadora Fernandes Nojooooo
👍 1 · 15 de setembro às 20:19

Júnior Sá Muita palhaçada
👍 3 · 15 de setembro às 20:28

Nilma Palmeirinha Cabra que tenho raiva
👍 1 · 15 de setembro às 20:33

Paulo Henrique Tá bem perto deles desaparecer de pdf
👍 2 · 15 de setembro às 20:33

Teka Feitoza Afff... kkkkkkk
👍 2 · 15 de setembro às 20:43



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A postagem rendeu mais de 80 curtidas, 18 compartilhamentos e 20 comentários, inclusive com respostas do próprio blogueiro aos comentários do post. Dessa forma, não é difícil perceber que expurgar o outro, em campanha eleitoral nos interiores, parece ser uma necessidade, especialmente nos Sites de Redes Sociais porque o alcance através da interatividade é muito maior que se isso fosse feito apenas no blog, e o acesso aos grandes meios de comunicação de alcance nacional e internacional é mais difícil e oneroso para atingir a um público especificamente local / regional. Mas ainda há a necessidade da postagem no blog, para dar o tom de credibilidade jornalística, adquirida um pouco mais pelos blogs que pelos SRS, visto que os primeiros foram aos poucos se legitimando como fonte alternativa e extra de conteúdo, conforme analisou Paulo Serra (2015), ao tratar da afirmação dos blogs como algo gradual e tendente à complementação, aprofundamento e, muitas vezes, retificação da informação das mídias noticiosas tradicionais – e, assim, de enriquecimento da informação publicamente disponível.

O Expurgo do outro ainda pode ser observado em matérias publicadas em 11 de setembro de 2016 no Facebook do Capote, com títulos como: “Faz 15 anos que Bin Laden mandou derrubar as Torres Gêmeas. Num passado mais recente, o ex-prefeito de Pau dos Ferros, novamente candidato, derrubou o Ginásio de Esportes

Prof. João Faustino”; “O ex-prefeito, novamente candidato, com MEDO DE APOSTAR E PERDER feio, retirou TODO dinheiro que tinha nas poupanças da Caixa Econômica e no Banco do Brasil de Pau dos Ferros”; e “O ex-prefeito, novamente candidato, está numa situação tão complicada que nem apostar pode mais” (matéria requeitada).

Detonar a gestão do ex-prefeito Leonardo Rego e comparar suas ações às de um homem internacionalmente acusado de terrorismo (Bin Laden); além de arrogar a ele as ideias de medo e de perda das eleições, foram estratégias corriqueiramente usadas durante todo o período eleitoral pelo blogueiro Mazinho Capote. O perfil do Face chegou a publicar imagens dos saldos bancários com as mais diversas insinuações sobre a sonegação e valorização de imóveis, como pode ser visto na Figura 04:

FIGURA 04: Publicação de saldos bancários.

Leonardo Régio (2008)
Dados pessoais do candidato
 Nome completo: Leonardo Nunes Régio
 CPF: 025.295.944-10
 Data de nascimento: 06/08/1976
 Idade ao final de 2008: 32
 Município de nascimento: Fortaleza/CE
 Nacionalidade: Brasileira
 Município de residência: Pau dos Ferros/RN
 Sexo: Masculino
 Estado Civil: Casado(a)
 Grau de Instrução: Superior Completo
 Ocupação principal declarada: Administrador
 * Saldo como chefe e CPF dos políticos e sua situação Social

Dados eleitorais do candidato
 Cargo disputado: Prefeito
 Município onde concorre: Pau dos Ferros
 UF onde concorre: RN
 Nome na urna: Leonardo Régio
 Número eleitoral: 25
 Nome do partido: Democratas
 Sigla/ número do partido: DEM/25
 Nome do vice: Fabrício Tomazini
 Coligação: Trabalho e Progresso (DEM / PMDB)
 Situação da candidatura: Defendido

Declaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral

Descrição do bem	Valor do bem
Um Automóvel Marca Toyota Tipo Hilux Modelo 2003	R\$ 65.000,00
01 Terreno Localizado A Rua Projeção Nº 05 - Condomínio Residencial Bosque Das Flores - Fátima/RN	R\$ 147.441,98
Uma Poupança Na Caixa Econômica Federal - Agência 0703-1 - Conta 1086-7 - Pau dos Ferros/RN	R\$ 140.832,55
Uma Poupança No Banco Do Brasil S/A - Agência 11064-1 Conta 271041 - Pau dos Ferros/RN	R\$ 209.793,81
Valor total dos bens declarados:	R\$ 358.068,34

Leonardo Nunes Régio - 25
 LEONARDO NUNES RÉGIO - PREFEITO - DEM / PSDC / PR / PSB / PSDB / PC do B - PAU DOS FERROS - RN
 WhatsApp

LEONARDO NUNES RÉGIO está se candidatando ao cargo de PREFEITO na cidade de PAU DOS FERROS e aparecerá na urna como LEONARDO RÉGIO fazendo uso do número 25.

Sua candidatura é pelo DEM-DEMOCRATAS através da coligação DEM / PSDC / PR / PSB / PSDB / PC do B - POR AMOR A PAU DOS FERROS. Tem como atividade ADMINISTRADOR e nasceu em 06/08/1976.

Seu grau de instrução é SUPERIOR COMPLETO e seu estado civil CASADO(A). Seu requerimento de registro de candidatura se encontra AGUARDANDO JULGAMENTO.

• Veja a lista completa de candidatos em PAU DOS FERROS.

Declaração de Patrimônio do Candidato

IMÓVEL TIPO TERRENO EM CONDOMÍNIO COM CASA RESIDENCIAL EM CONSTRUÇÃO - PARNAMIRIM - RN (Outros bens imóveis)	R\$367.062,03
02 LOTES NO CONDOMÍNIO VILLAGE BOULEVARD - PAU DOS FERROS - RN (Terreno)	R\$50.000,00
BANCO DO BRASIL S/A - CONTA CORRENTE NO PAÍS	R\$79,63
PAU DOS FERROS (Depósito bancário em conta corrente no País)	R\$916,64
BANCO DO BRASIL S/A C/C - 105 BRASIL (Depósito bancário em conta corrente no País)	R\$65.000,00
BARCELPREV 105 BRASIL (Fundo de capitalização)	R\$483.058,30
TOTAL	R\$1.448.138,00

O ex-prefeito, novamente candidato, com MEDO DE APOSTAR E PERDER feio, retirou TODO dinheiro que tinha nas poupanças da Caixa Econômica e no Banco do Brasil de Pau dos Ferros.

A quantia, sem atualizar pela inflação e correção monetária, era superior a R\$ 350 mil.

Ele tinha R\$ 140.832,55 na Caixa (hoje NÃO tem mais nada).

E tinha R\$ 209.793,81 no Banco do Brasil. (cifra que tá quase ZERADA também). Resumiu-se a menos de mil contos.

A diferença é que SUMIU COM A GRANA e aumentou a valorização de um terreno, que não é mais terreno; É UMA CASA e VALE MAIS DE 1 MILHÃO E MEIO e ele diz que só vale R\$ 367 mil.

Cadê o dinheiro, ex-prefeito? Responda, ex-prefeito!!! O povo quer saber!!!

As informações são do TSE.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Vale salientar que, com a proximidade do pleito eleitoral, o blogueiro foi diminuindo paulatinamente as publicações em seu blog para postar as informações diretas e em maior número no Facebook. A estratégia antes utilizada de levar o usuário do SRS para visitar seu blog e assim o constituir como uma das páginas política mais acessadas de Pau dos Ferros/RN e região cedeu espaço a uma prioridade mais urgente: apoiar e colaborar com a campanha política e pretensa

reeleição do atual (à época das postagens) prefeito de Pau dos Ferros Fabrício Torquato.

Era como se a questão da credibilidade no jornalismo preterido no Blog do Capote não tivesse uma relação direta com o nenhum receio de se mostrar contundentemente partidário em seu perfil pessoal do Facebook.

Assim, chamar o outro de mentiroso foi o último apelo de Mazinho Capote: “A turma dos desesperados, depois que perderam em todas as estratégias fajutas para mudar o resultado da eleição, inclusive numa pesquisa mentirosa, agora está apelando pra mais uma falácia: dizer que só pode votar com testemunha”. Esta foi a última forma de expurgar o outro publicada um dia antes da eleição.

Em se tratando do blog Política Pau-ferrense, escrito por Clodoeudes Fernandes, radialista e estudante de Jornalismo na UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, o expurgo do outro foi feito de maneira um pouco mais sutil e em menor número de publicações enquadradas nesta categoria (nove postagens em comparação a 11 publicações no Blog do Capote), embora tenha tido repercussões através da interatividade bem maiores, quando comparadas às postagens feitas por Mazinho Capote.

No dia dois de agosto de 2016, Clodoeudes Fernandes postou em seu blog o título: “Editorial: Convenção que homologou candidatura à reeleição de Fabrício Torquato foi marcada por discursos de baixo nível e ausência de propostas”, seguido do seguinte texto:

Continua repercutindo e muito nas esquinas e calçadas de Pau dos Ferros o baixo nível dos discursos proferidos por alguns oradores que foram escalados para falar durante a convenção do Partido Social Democrático (PSD), realizada no último domingo (31), na Escola Estadual 4 de Setembro, que homologou a candidatura à reeleição do prefeito Fabrício Torquato (PSD).

Demonstrando que não estavam muito preocupados com a apresentação de propostas de trabalho para o desenvolvimento do município, tanto Fabrício Torquato quanto parte de seus apoiadores proferiram discursos de nível rasteiro, repletos de palavreados chulos, inclusive, tratando adversários com expressões que beiram a conotação sexual, apesar da presença de idosos, mulheres e crianças no local.

O festival de esculhambações contrariou bastante a postura que o gestor municipal vinha tentando repassar à população, pois, até pouco tempo, Fabrício adorava posar de “bom moço”, “humilde” e “respeitador”, mas, agora, ante a proximidade do pleito de outubro, o

alcaide resolveu apelar à baixaria verbal ao invés de adotar um comportamento mais propositivo, nem que fosse apenas para manter uma conduta aceitável em cima do palanque.

Ademais, ao permitir abusos verborrágicos com a utilização de jargões pornográficos e insultos desmedidos, Fabrício nivelou a sua pré-campanha por baixo, detalhe: estratégia que sempre demonstrava repudiar antes de se aliar aos seus atuais correligionários, sendo que ele mesmo taxou publicamente um dos tais como "ficha suja por várias frentes".

Mas, tamanho erro grosseiro poderá custar caro para o grupo situacionista, já que as expressões impublicáveis pronunciadas durante a convenção do PSD ainda repercute negativamente nos quatro cantos da cidade, sobretudo pelo repúdio dos cidadãos de bem que reprovam a busca "canibalizada" pelo voto.

O que eu acho mais absurdo é que ainda tem pessoas que defendem esse estilo medieval de fazer política. Na verdade, se alguns eleitores passassem a exigir propostas ao invés de dar trela às acusações e ataques ferozes, essa eleição seria de melhor nível e, conseqüentemente, o debate seria outro.

No fim das contas, a postura dos candidatos passa sempre pelo entendimento dos eleitores. Quem se agrada das baixarias vai continuar a presenciá-las. Já os que desejam mais sensatez e equilíbrio buscarão afastar-se delas.

Assim como cada pessoa só costuma oferecer o que tem, existem aqueles que só recebem o que realmente querem.

Nesta "via de mão dupla", o eleitor é quem decide por onde quer "trafegar" (FERNANDES, 2016, online).

Neste caso, o blogueiro se apropria de um dos gêneros textuais do jornalismo, o editorial, para deixar de forma clara que defende um lado, um partido (apoio ao ex-prefeito Leonardo Rego), embora enxergue no eleitor a importância da decisão final no pleito: "Quem se agrada das baixarias vai continuar a presenciá-las. Já os que desejam mais sensatez e equilíbrio buscarão afastar-se delas. Assim como cada pessoa só costuma oferecer o que tem, existem aqueles que só recebem o que realmente querem. Nesta "via de mão dupla", o eleitor é quem decide por onde quer "trafegar".

Mesmo que falando mais propriamente do jogo democrático, a publicação não deixou de usar expressões para depreciar o opositor: "o baixo nível dos discursos proferidos por alguns oradores", "não estavam muito preocupados com a apresentação de propostas de trabalho", "proferiram discursos de nível rasteiro, repletos de palavreados chulos", "festival de esculhambações", "baixaria verbal", "abusos verborrágicos com a utilização de jargões pornográficos e insultos desmedidos", "expressões impublicáveis" e "estilo medieval de fazer política".

Diferente do Blog do Capote, o Política Pau-ferrense expurga diretamente o outro sem precisar referenciar as falas de terceiros. As palavras são do próprio estudante de jornalismo.

Não é difícil perceber que, assim como a disputa eleitoral dos candidatos a prefeito, a disputa midiática no campo do discurso jornalístico seguiu as ideias de apoio ou não à situação e à oposição; e o Política Pau-ferrense (apoiador nítido do ex-prefeito Leonardo Rego) era o principal rival do Blog do Capote (apoiador explícito do então prefeito Fabrício Torquato). E em um acompanhamento ligeiro das publicações pós-pleito, isso continuou. Os blogs continuam exercendo seus papéis de oposição e / ou apoio a determinados grupos políticos / partido.

Nesta conjuntura, é possível ponderar sobre esse discurso (especialmente no fim dele quando se imputa ao eleitor a responsabilidade de dar poder ou não ao que é considerado digno de expurgo), o conceito de “espírito estatal” proposto por Gramsci (1984), quando este fenômeno é confundido com a ideia de coletividade, uma vez que cada partido (um dos elementos fundamentais para determinação do “espírito estatal”) seria a expressão de um grupo social; comungando assim com as palavras do blogueiro, nas quais o que seria de “baixo nível” só teria votos de pessoas de baixo nível, assim como quem procurasse “sensatez e equilíbrio” buscaria se afastar da “baixaria” e tinha como exigência propostas que elevassem o debate político – o partido e grupo político seria então o resultado da expressão dos seus respectivos eleitores enquanto grupo social.

Semelhantemente ao Blog do Capote, a notícia é replicada no Facebook (perfil pessoal do blogueiro) através de um link que leva o leitor / eleitor para o endereço do Política Pau-ferrense. E é, do mesmo modo, no SRS que a interatividade acontece. Entretanto, é nas publicações deste último que elas ocorrem de maneira substancialmente maior, como pode ser observado na Figura 05:

FIGURA 05: Interatividade no Facebook.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em uma única postagem em seu perfil pessoal do Facebook, Clodoéudes Fernandes atinge o índice de mais de 160 curtidas, 25 compartilhamentos e 57 comentários, mesmo que nenhuma interatividade se efetive no blog.

Noutra postagem, datada de 16 de setembro, o expurgo do outro se faz de forma contundente e se utilizando de estratégias semelhantes: “Repressão: Por buscarem liberdade para exercer cidadania, cargos comissionados começam a ser exonerados da gestão Fabrício Torquato”:

Soa como um tremendo papo furado o chavão criado pelo marketing da campanha do prefeito candidato à reeleição, Fabrício Torquato (PSD), enaltecendo a “força do voto livre” da população, já que, de forma contraditória, nos últimos dias, o Diário Oficial do Município publicou a exoneração de alguns servidores comissionados, curiosamente, após estes manifestarem publicamente o desejo de votar no candidato da oposição, Leonardo Rêgo (DEM).

Detalhe: somente nesta sexta-feira (16) foram três exonerações, todas elas sob suspeitas de mera perseguição.

O mais interessante é que para justificar as demissões, claramente por motivações políticas, é suscitado o direito discricionário do gestor de manter no cargo somente as pessoas de sua mais irrestrita confiança, algo legal do ponto de vista jurídico, mas completamente imoral se levarmos em consideração que tais exonerações não utilizam como parâmetro o aspecto da eficiência técnica do servidor, apenas seu posicionamento político e de caráter pessoal.

Diante de tamanha repressão, é compreensível que alguns continuem a acompanhar o pleito eleitoral de forma discreta, afinal, conseguir emprego está difícil e, notadamente, no âmbito da esfera administrativa municipal, se alguém optar pela Liberdade ficará desempregado, restando a única opção de aguardar pelas bonanças que, possivelmente, virão com as "chuvas de janeiro".

Apesar de tudo, acredita-se que as táticas 'coronelistas' não tem surtido muito efeito, pois, pelo que dizem, nos intramuros do Poder Executivo muitos ainda aguardam caladinhos pelo momento certo para revidar à "mordança institucional", sem temores quanto às desconfianças e ameaças veladas nos corredores da municipalidade. Sem dúvidas, este é o retrato da "velha política" que deseja se instalar, definitivamente, em Pau dos Ferros (FERNANDES, 2016, online).

Atribuindo a Fabrício Torquato termos como “papo furado”, “forma contraditória”, “suspeitas de mera perseguição”, “demissões por motivações políticas”, “imoral”, “repressão”, “táticas coronelistas”, “mordança institucional”, “velha política”, o expurgo do outro é feito levando em consideração questões éticas do papel de um gestor do poder executivo municipal ao empregar ou demitir seus servidores de cargos de confiança, mesmo que o nome da função sugira um tom de pessoalidade e intimidade na relação empregatícia; na visão do autor da notícia, o prefeito deveria zelar pelo “o aspecto da eficiência técnica do servidor” e não apenas o seu posicionamento político e caráter pessoal.

Aqui a dimensão da dominação Legal – Burocrática⁶⁰ é idealizada como algo digno de moralidade (imoral era o que Fabrício Torquato estava fazendo) e não presente nas ações de exoneração dos funcionários, que estariam ajustada às ações de Dominação Tradicional – Patriarcal, enquanto pertencente a “Estrutura estamental”. Assim como explicou Weber (1982), embora os servidores não sejam pessoalmente patrimônio do prefeito, mas pessoas independentes, elas estão investidas em seus cargos por privilégio ou concessão do poder executivo municipal, o qual pode despojá-los ao bel prazer. Assim sendo, as interações seriam reguladas pela tradição, pelo privilégio, pelas relações de fidelidade patrimoniais e pela “boa vontade”. Isso se materializa, na matéria, através de condições linguísticas

⁶⁰ Na qual quem ordena é o superior, cujo direito de mando está legitimado por uma regra, lei, no âmbito de uma competência concreta delimitada e especializada conforme a utilidade e as exigências profissionais (Weber, 1982).

presentes em “posicionamento político” e “caráter pessoal” como fatores determinantes para a demissão dos colaboradores.

Como exemplo de combinação de leitura interpretativa com outra categoria (Uso de Conotações), o trecho “virão com as ‘chuvas de janeiro’” pode implicar a ideia de que Leonardo Rego ganharia as eleições, trazendo “bonança” e total mudança do cenário político, assim como quando chegam as chuvas de janeiro, episódio determinante para ter um bom inverno naquela região sertaneja, fato que igualmente representaria mudança no cenário pau-ferrense.

Outros textos foram postados ainda nesta data, seguindo estratégias semelhantes às adotadas em outros momentos de publicação do blogueiro para expurgar o outro, como o uso do gênero editorial, de expressões linguísticas de depreciação, da preferência pela formação do discurso direto, sem grandes menções às falas de terceiros e de trazer para a cena política um discurso jornalístico, ainda que patrimonial, pautado em questões e expressões das relações éticas e democráticas: “Editorial: Comentários sobre aparência física de candidato a vice-prefeito em São Francisco do Oeste não acrescenta nada ao jogo democrático” e “Pau dos Ferros vivencia campanha atípica com ausência de divulgação de pesquisas eleitorais”. Neste contexto, a adjetivação tem menores ocorrências.

Todas essas notícias divulgadas no dia 16 de setembro foram replicadas no Facebook, com grandes evidências quantitativas de interatividade. Assim, mesmo para levantar o debate sobre democracia, respeito às diferenças e ética, o blogueiro não o consegue (ou este não lhe é conveniente) fazer sem expurgar o outro.

5.1.2 Promoção da boa imagem

Promover a boa imagem dos atores políticos que estão diretamente alinhados às ideias defendidas pelos blogueiros pode muitas vezes se constituir uma fonte de informação importante de forma não-aparente e meio pelo qual há uma aposta por parte dos blogueiros e políticos na possibilidade de fazer as pessoas redesenharem seu papel nas interações eleitorais. Assim a transmissão de confiabilidade ou de

rejeição podem estar associadas diretamente a ideia de credibilidade que o blogueiro possui segundo suas orientações partidárias.

Dessa forma, foi possível fazer, no Blog do Capote, a leitura de notícias que se encaixavam nesta categoria, a partir de *posts* intitulados de: “Pau dos Ferros-RN: Uma multidão, de proporções incalculáveis, participou da Convenção que homologou chapa Fabrício e Lara”; “Pau dos Ferros-RN: Fabrício tem recepção calorosa durante encontro no Frei Damião; hoje é no bairro Chico Cajá”; “Venha-Ver-RN: A maior Convenção da história do município, homologou chapa Cleiton Jácome/Francisco Queiroz”; “José da Penha-RN: Chapa Raimundinho Abílio e Júnior Jácome foi homologada em gigantesca Convenção Partidária”; “Governo do RN discute com Exército e Marinha estratégias de segurança no Estado”; “Está em ais: falta apenas um dia para a GRANDE FESTA da vitória”; “Fabrício e Lara ganham a eleição logo pela manhã. À tarde será só o complemento da maioria superior a 2 mil votos. Como dizia vovó: ‘é só o adjuntório’”; “Juntos, PODEMOS MAIS!”; “Amanhã nós somos Fabrício e Lara. Lara e Fabrício”; “São Miguel-RN: Zé Gaudêncio e Salismar vão abrindo caminho rumo à vitória em 02 de outubro”; “É daqui ‘papouco’! Comício 55”; “Esaú Capote tocando lambada. Fabrício e Lara, 55”.

Logo na primeira notícia, publicada dia primeiro de agosto de 2016, em que o blogueiro Mazinho Capote anuncia a Convenção e homologação da candidatura de Fabrício Torquato e Lara Figueiredo, ele se utiliza de expressões adjetivadas como “o maior evento político da história de Pau dos Ferros” e com “uma multidão de proporções incalculáveis” para fazer o leitor / eleitor crer que a campanha estaria ganha desde o início, tendo em vista a “multidão” que teria participado do evento:

Realizada na Escola Estadual ‘4 de Setembro’, aonde o prefeito Fabrício Torquato estudou por um bom período, a Convenção do PSD homologou seu nome, como candidato à reeleição, e o PMDB aprovou a médica Lara Figueiredo na condição de vice.

O maior evento político da história de Pau dos Ferros para escolha de candidatos, também aprovou 22 nomes que disputarão as 11 vagas na Câmara de Vereadores.

Intitulada de ‘Pau dos Ferros de Todos’, a Coligação é formada por 10 siglas partidárias: PSD, PMDB, PT, PP, PDT, PEN, PRB, PPS, PTN e Solidariedade.

Além dos postulantes a cargo eletivo - e uma multidão de proporções incalculáveis - a ‘Festa da Democracia’ foi prestigiada pelo deputado estadual Galeno Torquato, ex-deputado, Elias Fernandes, ex-prefeito

Nilton Figueiredo, ex-vice-prefeita Maria Rêgo, ex-vereador e presidente da Câmara, Genilson Pinheiro, médico Bráulio Figueiredo e lideranças políticas locais.

No seu discurso, Fabrício Torquato fez um retrospecto das obras e ações administrativas realizadas neste primeiro mandato, inclusive, apesar das quedas constantes nos repasses do FPM, continua pagando os servidores públicos em dia - algo que muitos gestores do País não estão conseguindo honrar.

Fabrício também sentou a pua no ex-gestor, adjetivando-o de “vagabundo e desempregado”, que deixou um rombo de mais R\$ 4 milhões em ‘restos a pagar’, dívidas enormes junto à Justiça do Trabalho, que consomem R\$ 125 mil/mês da Prefeitura e, ainda, mais de R\$ 25 milhões ao INSS, quando deixou de recolher a previdência dos funcionários.

Fabrício disse, ainda, que tem profissão definida, como odontólogo, e que no dia que sair da Prefeitura “daqui a quatro, oito, vinte anos, vou para o meu consultório”, diferentemente de seu opositor que faz da política um meio de vida.

Já a pré-candidata a vice, Lara Figueiredo (PMDB), pontuou que se sente “vocacionada para a política” e que sei ingresso na vida pública “não é um Projeto de Poder”.

Lara, que foi bastante aplaudida, disse que “vamos mostrar a Pau dos Ferros como vale a pena ser honesto, verdadeiro, trabalhar e fazer o bem pensando sempre na coletividade”.

E arrematou: “Na vida, nós temos de fazer algumas escolhas. E eu escolhi você, Fabrício, para ser o meu prefeito”! (CAPOTE, 2016, online).

O discurso inicia querendo fazer do então prefeito e candidato à reeleição Fabrício Torquato uma pessoa que veio do povo, que teve um passado simples, comum a maioria do povo pau-ferrense, ao dizer que a Convenção ocorreu numa escola pública, a Escola Estadual 4 de Setembro, onde o prefeito teria estudado; omitindo, no mínimo, o fato que ele é filho de uma das maiores empresárias do ramo da educação da região, a Sra. Maria Rego, dona da mais antiga e tradicional escola particular de Pau dos Ferros, o Educandário Imaculada Conceição (hoje perdeu espaço para a concorrência, especialmente para o Colégio e Curso Evolução). Além disso, sua candidata à vice-prefeita seria médica formada em uma instituição também particular de ensino e filha do ex-prefeito e também médico Nilton Figueiredo.

Dar a entender que os alunos de escolas públicas, sucateadas e cheias de problemas estruturais, teriam as mesmas oportunidades de, no futuro, estarem na mesma condição que seus líderes políticos, foi a estratégia inicial usada pelo Blog para que o receptor tivesse empatia pela chapa, uma vez que todos tinham um quê

de igualdade naquele momento; comungando com o slogan da campanha e nome da coligação partidária: “Pau dos Ferros de Todos”.

Capote também se utiliza de nomes de lideranças políticas para fortalecer o apoio dado ao então prefeito e dá destaque às ações de pagamento em dia dos funcionários públicos, como se isso fosse algo muito grandioso diante de uma crise financeira e da realidade de outros municípios circunvizinhos que tem históricos débitos nas folhas de pagamentos; além de tentar justificar o fato de que Fabrício Torquato não seria patrimonialista ao misturar a vida privada / profissional dele com a vida pública, uma vez que, ao terminar sua gestão, ele teria uma carreira de odontólogo, diferente do opositor Leonardo Rêgo, que, mesmo formado em administração (mesmo argumento – graduação – para fortalecer a imagem de Fabrício), insiste-se em chamá-lo de desempregado, vagabundo e que teria feito da política um emprego ou meio de ganhar dinheiro na vida.

É válido ressaltar que, quando o blogueiro tem a preocupação de fazer essa distinção patrimonial das personalidades dos candidatos, esquece de avaliar também o quanto pode ser patrimonial as motivações de voto dos eleitores.

Aqui se entende bem os motivos pelos quais Charaudeau (2006) fala da questão da simplicidade (enquanto condição necessária para se dirigir a um conjunto de pessoas heterogêneas do ponto de vista de instrução escolar, de oportunidades de se informarem ou das experiências de vida coletivas) e da credibilidade (enquanto condição que leva o ator político a construir uma imagem de si, a qual deve servir de suporte para a identificação dos interlocutores), como elementos da linguagem constitutivos do discurso. Neste caso, Mazinho Capote tenta construir uma imagem de homem simples e que veio das mesmas condições de vida e dos mesmos lugares do povo; e dá visibilidade ao *ethos* forjado pelo próprio candidato de engajamento (“já fiz e vou fazer mais por Pau dos Ferros”) e de autoridade (eu posso ser um bom gestor da coisa pública porque sou um profissional liberal e não dependo deste dinheiro para fins particulares e o opositor não pode ser porque é desempregado e vagabundo).

Além dessas estratégias, em muitos outros *posts*, o blogueiro usa de seu espaço de visibilidade na rede para divulgar e convocar o povo para os eventos políticos alinhados ao contexto editorial do Blog do Capote, e para certificar o leitor /

eleitor de que seus candidatos situacionistas ganhariam as eleições com uma larga maioria de votos; dramatizando (CHARAUDEAU, 2006) o discurso ao envolver as memórias afetivas da população quando traz os “dizeres” populares de sua avó e / ou coloca seu próprio filho (criança) para tocar violão e cantar a música de campanha de Fabrício Torquato.

Ao ler o blog Política Pau-ferrense, sob a perspectiva de codificar seus textos publicados, na semana aleatória, nesta categoria, encontraram-se textos com determinados títulos e indicações de uma constituição do discurso bem semelhante, especialmente quando se trata de apoiar candidatos de outras cidades que não Pau dos Ferros: “Major Sales: Dedezinho e Dr. Allan tem candidaturas confirmadas durante realização de convenção partidária”; “Convenção do PSD em São Miguel confirmou nome de Zé Gaudêncio para prefeito e Salismar Correia para vice”; “Multidão prestigia oficialização das candidaturas de Leonardo Rêgo e Zélia Leite à prefeitura de Pau dos Ferros”, “José da Penha: Convenção para homologação das candidaturas de Antônio Dólar e Hélio Trajano acontecerá na próxima sexta-feira (05)”, “PMDB de Almino Afonso confirma Waldênio Amorim como candidato a prefeito”, “São Francisco do Oeste: Eleitores acompanham finalização dos trabalhos de organização do comitê oficial da campanha de Lusimar e Alany”, “Milhares de pessoas acompanharam convenção que oficializou candidaturas de Célio Pinicapau e Sandro Cabeção em Venha-Ver”, “Convenção confirmou candidatura de Wilson Filho à prefeitura de Rodolfo Fernandes”, “Leonardo Rêgo promove encontro com militância para pedir engajamento na reta final”; “Doutor Severiano: Favorito para vencer o pleito, Dr. Neri encerrou campanha levando multidão à praça pública”; “Advogado Nelson Maia anuncia apoio a Leonardo Rêgo e Zélia Leite em Pau dos Ferros”.

Houve convenções partidárias em toda a região do Alto Oeste no fim de semana de primeiro de agosto. Mesmo noticiando de forma bem semelhante os eventos de seus candidatos apoiados pelo blog em boa parte das cidades, foi Pau dos Ferros o município a ter destaque e evidência na página. No mesmo dia que noticiou a Convenção da coligação “Por amor a Pau dos Ferros”, o blogueiro só mostrou a convenção de Fabrício Torquato e Lara Figueiredo, que ocorreu na

mesma data, para depreciá-la de forma comparativa com o evento político de Leonardo Rêgo e sua vice Zélia Leite.

Vale ressaltar que um mesmo fato político pode tomar leituras e formas de interpretações diferentes. O que foi motivo de orgulho para Mazinho Capote (Convenção realizada na escola 4 de Setembro, onde Fabrício Torquato teria estudado; para Clodoéudes Fernandes foi motivo de diminuição e expurgo, chegando a chamar a quadra da escola de “acanhada”).

À parte isso, termos como “milhares” e “multidão” endossam a ideia de ter eles (Leonardo Rego e o seu grupo – apoiados pelo blogueiro Clodoéudes Fernandes) a maioria dos votos no dia da eleição. Da mesma forma que o blog é utilizado para convocar os leitores / eleitores para participar dos comícios e outros eventos eleitorais, através da visibilidade dada, por exemplo, ao apelo de Leonardo Rego à militância para maior engajamento nos dias finais antes do pleito; ou usa o nome de lideranças, neste caso, as ligadas ao partido Democratas – DEM.

Nos dois casos, tanto no Blog do Capote quando no blog Política Pauferense, é fácil perceber que a força do discurso jornalístico sobre política também prescinde da capacidade do escritor / jornalista em se forjar um ator capaz de descomplicar seu texto (simplicidade) na transmissão de suas ideias, de modo a ser compreendido por qualquer pessoa, presente fisicamente ou virtualmente; de empolgar (dramaticidade) o leitor com seu discurso, preferencialmente, evitando a todo custo ser uma fonte de informação tediosa; e, se der, desconstruir a imagem e projetos políticos de seu adversário, sem prejudicar sua própria imagem; fazendo disso o “passo a passo” para a construção de um *ethos* vencedor de campanha eleitoral (credibilidade).

5.1.3 Uso de conotações

A linguagem com sentido figurado, de entendimentos dúbios, também se configurou um recurso bastante utilização na construção do discurso jornalístico em rede sobre política.

No Blog do Capote, textos que se iniciavam com este tipo de recurso, passou a dar a encenação que o discurso político às vezes precisa para criar uma

sensibilidade que toca a memória e o contexto íntimo de cada leitor e o faz reinterpretar determinados contextos: “Pau do Ferros-RN: Vereadores denunciam Presidente da Câmara, Gilson Rêgo, por ‘engasga gato’”; “Dó, Ré, Mi, Fabrício, Sol, Lara...”; “Tem uma turma por aí que mente mais que cachorro que ecoa alma”; “Rafael Fernandes-RN: Com o ‘filme queimado’ do pai, Múrcia vê chances de vitória cada vez mais distante”; “O deputado mastigador de cebo”; “Nos boletins de urna amanhã, só vou contar depois de dois mil votos. Basta, é peia e muita!”; “Tá tocando direto, igual a cantiga de grilo”, “Hoje à noite, no bairro Manoel Deodato, o canção vai piar e a cobra vai fumar!”.

Neste caso, atribuem-se sentidos dicotômicos para mexer com o imaginário do leitor / eleitor. “Engasga gato” é o nome denotativo que se dá na região do Alto Oeste Potiguar a uma espécie de trava de borracha / coleira que pode apertar bastante até o limite de arrochar um pescoço de um gato. Na notícia, o blogueiro quis usar o termo para desconstruir o então presidente da Câmara Legislativa (aliado de Leonardo Rêgo) que estava sendo denunciado por ter feito uma pesquisa de intenção de votos de forma ilegal com o dinheiro da Casa Legislativa. Engasga gato tomou o sentido de ilegalidade. E assim como ele usou esse artifício para desconstruir o opositor, ele também o usa para fortalecer a quem ele apoia, demonstrando mais uma vez o quão imbricadas estão essas categorias e que a leitura só pode ser feita de maneira predominante, mas não exclusiva: associa-se as sete notas musicais aos nomes de seus candidatos preteridos.

“Cachorro que ecoa alma”, também faz parte da forma escolhida para sensibilizar as memórias e experiências íntimas geradas a partir do convívio com as gerações anteriores que, através da sabedoria popular, diziam que, quando um cachorro latia muito, era porque ele estava vendo ou invocando espíritos desencarnados. Como isso era história popular, sem cunho científico, boa parte das gerações mais recentes acabam por considerar o fato mentiroso. Neste caso, o escritor quis relatar o fato dos opositores de Fabrício Torquato estarem fazendo muito barulho, muitos comentários, muita movimentação em torno de mentiras sobre o caso de um reservatório d’água instalado numa comunidade rural do município. O que antes o próprio Mazinho Capote se serviu para acusar Leonardo Rêgo e defender Fabrício Torquato (a ideia patrimonialista) diante da gestão dos recursos

financeiros públicos), depois foi usado pelos partidários do candidato do DEM para acusar o então prefeito Fabrício. Quando da história da caixa d'água, o então prefeito teria sido acusado de a instalar em uma calçada de um eleitor, para beneficiar apenas os eleitores dele ante o período de mais de 6 anos de estiagem e seca. O Blog do Capote publicou um vídeo, seguido desse texto, dando voz a um morador da comunidade que explicava o fato como uma medida temporária de precaução tomada pela prefeitura para evitar depredação, mas que o reservatório já estaria em um lugar público e de fácil acessibilidade para a toda a comunidade. É interessante perceber que, ao chamar os opositores de mentirosos, ele publica um vídeo o intitulado de A verdade e arroga para si o status de arauto da informação não distorcida sistematicamente.

De forma um pouco mais sutil e em menor número de veiculações (apenas duas notícias no blog replicadas da mesma forma no Facebook, dentro da semana aleatória), Clodoeudes Fernandes também faz usos de Conotações como mecanismo, inclusive e além de tudo, para reforçar a persuasão de seus discursos: “São Francisco do Oeste: Convenção do PSD oficializou chapa "puro-sangue" com Lusimar Porfírio e Alany Freitas”; “Editorial: Enquanto militância de Fabrício Torquato se apressa em colocar bloco na rua, equipe de Leonardo Rêgo acerta detalhes para realização de primeira grande mobilização”. Mais uma vez, ela se apropria do gênero jornalístico “Editorial” para traduzir sob a pretensão jornalística os seus pensamentos políticos partidários:

Nesta terça-feira (16), em Pau dos Ferros, no primeiro dia de liberação por parte da justiça eleitoral para a realização de propaganda eleitoral tanto nas ruas quanto na internet, visualizamos dois cenários no que se refere à postura estratégica das equipes de campanha dos principais candidatos ao comando Poder Executivo pau-ferrense: um sentimento de pressa por parte dos militantes situacionistas contrastando com a tranquilidade que norteia as ações do grupo oposicionista. Partindo da premissa de "quem é manco parte mais cedo", notadamente, enxergamos uma certa afobação entre os eleitores de Fabrício Torquato que organizaram uma pequena mobilização na Avenida Independência, nas imediações do Banco do Brasil, para adesivar veículos com o material oficial de campanha. Mas, um detalhe chamou a atenção de quem passava pelo local: a participação maciça de servidores comissionados e contratados do município engrossando o coro de continuidade da atual gestão. Já do lado oposicionista o clima é de tranquilidade, reforçado pela perspectiva de favoritismo da candidatura de Leonardo Rêgo que, até

o momento, lidera todas as pesquisas realizadas para consumo interno, algo que virá ao conhecimento da população a partir da divulgação oficial da primeira pesquisa eleitoral.

Além disso, no seio oposicionista existe um senso comum em torno da necessidade de se trabalhar com um planejamento estratégico inteligente e, espertamente, explorando o erro dos adversários de Leonardo que, historicamente, sempre se utilizaram de mecanismos precipitados de atuação e movidos a pirotecnias de marketing, fatores que contribuíram para os constantes fracassos nas urnas ante o líder político do DEM.

Diante dos fatos narrados acima, digo que foi desta forma que teve início a campanha eleitoral na principal cidade do Alto Oeste potiguar.

De um lado os situacionistas tentando correr atrás do prejuízo. Do outro, os oposicionistas esperando o momento certo para liberar o "golpe" final e aniquilador.

A sorte está lançada. Que vença o melhor! (FENANDES, 2016, online)

A utilização de expressões metafóricas como “‘golpe’ final e aniquilador” para representar a vitória de Leonardo Rêgo na disputa pela prefeitura ou “correr atrás do prejuízo” para significar a tentativa de Fabrício Torquato em amenizar as perdas da má gestão e da campanha; assim como “quem é manco parte mais cedo”, para dizer que a equipe da coligação “Pau dos Ferros de todos” tinha começado as manifestações políticas mais cedo que a coligação “Por amor a Pau dos Ferros”, porque a primeira tinha mais defeitos a serem apontados e estariam com o pleito eleitoral perdido, por isso estariam “mancos” e precisariam compensar a passada de quem não seria manco; foi o reforço estilístico da estratégia discursiva para reafirmar, na imagem do então prefeito e candidato à reeleição, o papel de patrimonialista, ao dizer que as ações políticas só tinham adesão de funcionários comissionados e não da população em geral, porque àqueles estariam, antes de tudo, lutando para manter seus empregos, com a possível continuação da gestão, do que pelo bem democrático e coletivo. Tendia-se novamente uma não superação, uma não distinção da relação família X política, particular X pública.

5.1.4 O discurso de Informações locais exprime um contexto global

Escrever notícias de cunho local pautadas ou querendo fazer referência a contextos nacionais, num país que tem dimensões continentais como o Brasil, parece ter sentido também uma forma de tratar essa relação de forma sinonímica

para a relação regional / global, especialmente quando esses discursos estão inseridos no ambiente digital, em rede / conectado e convergente, e as fronteiras não só territoriais (mas também as linhas que delimitam os aspectos da vida pública e privada) se alargam de tal forma que chegam a se borrarem.

Seguindo essa conjuntura, no blog Política Pau-ferrense, o local / regional esteve quase sempre numa relação simbiótica com o nacional / global com o intuito final de fortalecer apoios e oposições políticas em torno dos grupos políticos de Pau dos Ferros, como os exemplos dos trechos “Paraná: Ministério Público Federal firma acordos e Prefeita Oriana Rodrigues terá que reparar danos morais coletivos”; “Deputado Fábio Faria destaca ações do governo no enfrentamento à violência no RN”; “Governador Robinson Faria solicita reforço de 1,2 mil homens da Força Nacional”; “Determinação: Instituições financeiras são obrigadas a abrir contas bancárias para candidatos”; “De volta a Pau dos Ferros, Fátima Bezerra deverá renovar promessas para justificar atuação pífia como Senadora da República”; “Falta 1 dia: Confira as dicas para votar com tranquilidade ou justificar sua ausência”.

Detalhando uma dessas notícias, publicada no dia 16 de setembro de 2016, na sexta-feira da semana aleatória, apreende-se o contexto nacional pelo qual passava o país no momento em que retiravam a Presidenta da República Dilma Rousseff e se radicalizava a polarização dos discursos entre direita e esquerda:

Investida no cargo de Senadora da República há quase dois anos, boa parte deles contando com o apoio do Governo Federal, a petista Fátima Bezerra retornará a Pau dos Ferros neste sábado (17), oportunidade em que participará de um encontro destinado a discussão de assuntos ligados à temática da educação ao lado do prefeito Fabrício Torquato (PSD).

Todavia, na prática, o evento que acontecerá no auditório da FACEP, a partir das 10 horas, servirá para a senadora do PT demonstrar publicamente que apoia a candidatura à reeleição do gestor municipal, algo que não pode ser considerado como totalmente positivo à postulação de Fabrício Torquato, já que a atuação pífia da parlamentar tem repercutido negativamente em todo o estado.

Em se tratando especificamente de Pau dos Ferros, nas eleições de 2014, Fabrício Torquato optou por apostar na candidatura da "testa de ferro" da dupla Lula/Dilma no RN aventurando parcerias futuras para o município.

No entanto, até agora, não se tem notícias de, pelo menos, uma banda de tijolo que tenha chegado em solo pau-ferrense pelas mãos de Fátima Bezerra, e a Escola Municipal Severino Bezerra serve de exemplo para atestar nossa afirmação.

Recentemente, durante uma cerimônia de inauguração da Prefeitura, foi anunciado que a senadora destinaria recursos de uma emenda para as obras de restauração da referida escola.

Todavia, até agora, a unidade de ensino localizada no Bairro São Benedito continua aguardando pelo cumprimento da promessa feita pela petista, que deverá retornar à "terra dos vaqueiros bravios" neste sábado com mais discursos ilusionistas na "mala".

Em tempos de falácias sobre "golpes", questiono: mentir para enganar o eleitor deve receber qual nomenclatura?

Pronto, escrevi. Agora, os petistas fanáticos podem começar com o "mimimi"... (FERNANDES, 2016, online).

Ao relacionar o tempo todo a Senadora Fátima Bezerra ao Partido dos Trabalhadores – PT (“contando com o apoio do Governo Federal”, “a petista Fátima”, “a senadora do PT”, da “‘testa de ferro’ da dupla Lula/Dilma no RN”), fato que ele não fez em outras postagens quando tratou de outras lideranças políticas, e a relacionar a fatos depreciativos como a “atuação pífia da parlamentar” e “discursos ilusionistas na ‘mala’”, o blogueiro acaba fortalecendo o discurso nacionalmente polarizado de guerra entre direita e esquerda, coxinhas e petralhas... especialmente quando ele finaliza o texto dizendo que a retirada da presidenta Dilma não foi um golpe, golpe seria o que o PT e, de uma forma particular, Fátima Bezerra estavam fazendo ao mentir para “enganar o eleitor”. O golpe do qual a esquerda se queixa seria uma “falácia” e “‘mimimi’ dos petistas fanáticos”.

O mais interessante é notar que Clodoaldo Fernandes forja esse discurso de desconstrução de um cenário nacional para atingir a imagem de Fabrício Torquato, em escala local, que receberia o apoio político da Senadora, além de endossar também a uma polarização que já existe nas campanhas eleitorais da região entre “bicudos” (bandeira vermelha) e “bacuraus” (bandeira verde), ainda que essa polarização local independa de coligação partidária (segue-se o líder político).

No Blog do Capote, notícias como “TSE: Prestação de contas de campanha deve ser enviada a cada 72h”; “ALRN: Deputado José Dias diz que o processo eleitoral este ano será atípico”; “Pau dos Ferros-RN: Eleitor não precisa de testemunha pra votar; título e documento com foto já ‘bastam’” e “Apesar da crise econômico-financeira, o pagamento dos servidores públicos de Pau dos Ferros está em dia”, também segue a mesma estratégia discursiva de se apoiar em temas mais globais/nacionais para fazer o eleitor refletir sobre sua condição regional/local e vice-versa.

Esse tipo de relação local / nacional presente no discurso jornalístico quando é transposto para os Sites de Redes Sociais – Facebook e toma as proporções de visibilidade e interatividade bem maiores que nos blogs, pode também tomar as definições de publicidade (associada ao sentido de esfera pública que se opõe ao Estado que queira governar de forma não transparente), responsividade (diálogo entre o Estado e a população) e porosidade (Estado é aberto às opiniões públicas) como características da democracia e são consideradas por Silva (2011) como exigências básicas a estarem presentes nas plataformas digitais do Estado, ainda que os blog e perfis de Facebook ora estudados não sejam plataformas digitais oficiais de governos, eles se constituem em fonte de informação mais rápida, direta e de maior amplitude de circulação usada por políticos da região do Alto Oeste Potiguar, especialmente na cidade de Pau dos Ferros.

Essa foi a única categoria em que as notícias nela enquadradas dizem respeito a algum fato informativo de interesse público maior que a política partidária da campanha. Mesmo que essas informações ainda servissem de escadas para apoiar ou expurgar determinado candidato, predominantemente a leitura que se faz delas é da busca por um jornalismo minimamente mais suscetível às demandas sociais.

5.1.5 O discurso não dito

Tentar ler o que há por trás dos textos, o que foi dito de forma não aparente, mesmo levando em consideração todo o contexto de quem faz essa leitura, o tempo e as determinações sociais em que ocorre a construção dessas notícias, talvez seja a mais desafiadora experiência quando se decide se lançar numa perspectiva de análise crítica do discurso. Ainda assim é justamente para evitar o “vale tudo” e o “relativismo” que todas essas considerações contextuais precisam ser observadas: sob determinadas circunstâncias, um determinado discurso foi produzido, interpretado e posto à validação intersubjetiva, consensual e discursiva.

Assim, dentro desta categoria, foram codificados os textos como “O deputado estadual HIPÓCRITA (DEM), querendo figurar como um bom moço, alardeou aos quatros ventos que pediu SEGURANÇA para a campanha eleitoral de Pau dos

Ferros”; “Pau dos Ferros-RN: Parente do vereador Gugu Bessa ameaçou secretária de Saúde Monalisa Torquato”; “E nas paradas de sucesso... ‘Vá embora e não volte jamais... Quem vive de passado é museu’”; “A conta é fácil, fácil de fazer”, “Fabrício pode até ser ‘gago’, mas NUNCA USOU SUA LÍNGUA pra chamar nenhum filho natural de Pau dos Ferros - ou os que foram adotados pela cidade - de ‘batedores de carteira’, ‘quadrilha’, ‘patota’, ‘Fernandinho Beira-Mar’, ‘frouxo’ e outros adjetivos que macularam a honra do nosso povo” foram publicados deixando lacunas não aparentes para o entendimento interpretativo.

Por exemplo, quando o blogueiro noticia e chama o deputado Getúlio Rego de hipócrita porque este havia pedido reforço para a segurança, mas, às escuras, havia ameaçado de morte o próprio blogueiro, ele omite o clima de tensão sério e polarizado vivido pelos municípios da região no período eleitoral. O que há por trás desse discurso é que não importa a segurança da população, tampouco a educação política para fazer os cidadãos experimentarem o jogo democrático de forma menos violenta, o que importa é fazer os eleitores enxergarem no pai do candidato opositor de Fabrício Torquato (não é qualquer deputado, mas o pai de Leonardo Rego) a imagem e semelhança do que pode ser uma nova gestão do seu filho.

Esse tom de culpabilizar a oposição de ameaças físicas é repetida com a irmã do então prefeito Fabrício Torquato, Monalisa Torquato, enquanto a vítima.

Em outra situação, conforme Figura 06, o blog do Capote postou exclusivamente no Facebook:

Figura 06: O discurso não dito.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Para parecer despretensioso, o blogueiro não faz nenhuma denotação política aparente, mas se utiliza desse trecho de forró para dá indicação de quem deve ir e não voltar para Pau dos Ferros seria Leonardo Rêgo. A cidade não iria querer viver de passado (fenômenos os quais deveriam ser contrariados de forma não aparente), ou seja, não ia querer repetir a gestão em que o opositor de Fabrício teria sido prefeito.

E assim se repete nas postagens posteriores quando ele faz, a exemplo disso, a conta do total de eleitores e projeta uma maioria de 2 mil votos para Fabrício Torquato.

Dessa forma também procedeu o blog Política Pau-ferrense com textos como: “Pau dos Ferros: Democratas encaminha à Justiça Eleitoral ata da convenção que homologou candidaturas de Leonardo Rêgo e Zélia Leite”; “Acanhada quadra de esportes da Escola 4 de Setembro foi palco da convenção que homologou os nomes de Fabrício Torquato e Lara Figueiredo”; “Pau dos Ferros: Democratas encaminha à Justiça Eleitoral ata da convenção que homologou candidaturas de Leonardo Rêgo e Zélia Leite”; “Avisos aos concorrentes: hoje teremos um novo recorde de vistas”; Sem precisar faltar com a verdade ou apelar para qualquer espécie de baixaria apelativa, o Blog Política Pau-ferrense bateu o seu novo recorde de acessos nesta segunda-feira, 1º de agosto”; O Homem é mentiroso e falho. Já Deus nunca falhou e

é Santo. Eis aí a diferença! Bom dia”; “Rosalba Ciarlini lidera disputa eleitoral em Mossoró com 56%, aponta Pesquisa do IPESPE”, “Instituto Agora Sei é o segundo a registrar pesquisa sobre a corrida eleitoral em Pau dos Ferros”.

Ao tratar da homologação de candidatura de Leonardo Rego e Zélia, a importância maior contida nessa publicação era acalmar os boatos de que o primeiro não poderia ser candidato porque respondia a processos eleitorais referentes a sua gestão passada enquanto prefeito de Pau dos Ferros. O discurso serve assim e principalmente para dar dicas do que de fato se desejaria dizer, mas que diante da visibilidade pública não pode ser dito de qualquer jeito e à revelia da validação das pessoas envolvidas, mesmo que não universalizada. O discurso não dito seria então: “calma eleitores bicudos, Leonardo é candidato e conseguiu homologar sua candidatura na justiça (publicação inclusive de documentos para atestar a credibilidade).

Aqui a teoria habermasiana faz todo sentido quando ele trata de que a imposição de certas ideias, se tiver o objetivo de se fazer duradoura, depende também da possibilidade de mobilizar, num dado contexto da tradição, razões que sejam suficientes pelo menos para fazer parecer legítima a pretensão de validez no círculo das pessoas a que se endereça. A visibilidade pública seria parte importante nesse processo de validez e legitimação, sem a qual não haveria lealdade ou entendimento consensual e de consentimento das massas (HABERMAS, 1989; GRAMSCI, 1984). Com isso, o discurso não dito serve muitas vezes para, além de indicar o que pode ser interpretado e/ou pautar o que poderia ser repudiado, formar espirais de silêncios sobre determinados assuntos e, por, fim construir socialmente a realidade.

De forma não aparente ainda, Clodoveu Fernandes noticia que seu blog é o maior e o mais acessado, apesar da concorrência de Mazinho Capote, o qual “faltaria com a verdade ou apelaria para qualquer espécie de baixaria apelativa”. E põe em evidência resquícios patrimonialistas ao colocar significações religiosas no contexto político, que o Brasil seria um Estado laico garantido por lei: “O Homem é mentiroso e falho. Já Deus nunca falhou e é Santo. Eis aí a diferença! Bom dia”.

Essa categoria, assim como as demais, tem a maioria de seus textos codificados sob a perspectiva de se conseguir fazer uma leitura e enxergar nela uma

predominância maior de aspectos não aparentes, diante de um determinado contexto, do que aspectos que se encaixariam nas demais categorias, embora elas não precisem se isentar totalmente nessas classificações que também tem seus limites fluídicos.

5.2 O CONTEXTO PORTUGUÊS: A HERANÇA DE ONTEM E A CREDIBILIDADE DE HOJE

Existe uma crise de credibilidade vivenciada pelo jornalismo (PAIVA, 2015; BARROS; SOUZA, 2015), que põe em xeque e dificuldade até mesmo as delimitações sobre o que é realmente jornalismo, especialmente agora através de novos desafios frente às notícias falsas, publicadas em sites de redes sociais e na internet de forma mais ampla (processo denominado por alguns pesquisadores⁶¹ de “hoaxes”), em um contexto de pós-verdade⁶².

Foram a estes mesmos mecanismos de produção e publicação de histórias noticiosas intencionalmente falsas que podem ter influenciado a vitória de Donald Trump nas últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos. Isso porque, a exemplo do Facebook, os SRS tendem a criar um efeito de “bolha”, ou seja, determinados algoritmos favorecem a interação quase exclusiva com outros

⁶¹ BARROS, SOUZA, 2015; BORINATTI Júnior, PINHEIRO, Paulo, 2014; DAMASCENO, Diana, LIMA, Christopher, 2014; VIANA, 2010.

⁶² A palavra composta pós-verdade exemplifica uma expansão no significado do prefixo post - que se tornou cada vez mais proeminente nos últimos anos. Ao invés de simplesmente referir-se ao tempo após uma situação ou evento específico - como no pós-guerra ou pós-partida - o prefixo em pós-verdade tem um significado mais como “pertencer a um tempo em que o conceito especificado tornou-se sem importância ou irrelevante”. Essa nuance parece ter se originado em meados do século XX, em formações como pós-nacional (1945) e pós-racial (1971). A pós-verdade parece ter sido usada pela primeira vez neste sentido em um ensaio de 1992 do dramaturgo norte-americano Steve Tesich na revista *The Nation*. Refletindo sobre o escândalo Irã-Contra e a Guerra do Golfo Pérsico, Tesich lamentou que “nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em algum mundo pós-verdade”. Há evidências de que a expressão “pós-verdade” está sendo usada antes do artigo de Tesich, mas aparentemente com o significado transparente “depois que a verdade foi conhecida”, e não com a nova implicação de que a própria verdade se tornou irrelevante. Um livro, *The Post-truth Era*, de Ralph Keyes apareceu em 2004 e, em 2005, o comediante americano Stephen Colbert popularizou uma palavra informal relacionada ao mesmo conceito: *truthiness*, definido por Oxford Dictionaries como “a qualidade de parecer ou sentir-se Verdadeiro, mesmo que não necessariamente verdadeiro”. A pós-verdade estende essa noção de uma qualidade isolada de asserções particulares a uma característica geral de nossa era. (OXFORD, 2016, online – Tradução livre).

utilizadores e meios de posições políticas semelhantes. Assim as pessoas tendem a ler, seguir e compartilhar notícias de quem tem os mesmos posicionamentos políticos-ideológicos, movidas às vezes e muito mais por questões afetivas, emocionais do que por uma racionalidade técnica de apuração de fatos. Por exemplo, a morte de Marisa Letícia Lula da Silva, esposa do ex-presidente Lula. Muitas pessoas viram o velório pessoalmente ou midiaticamente; acompanharam pelas mídias, inclusive o sepultamento. Mas em um caso hipotético, notícias de que ela não estaria morta e sim teria fugido para alguma ilha no Pacífico circularam de forma sistemática para criar uma realidade factual sistematicamente distorcida. Para dar mais credibilidade ao que estaria sendo publicado nos SRS, estas *hoaxes* seriam linkadas para blogs e outros sites com aparência real de portal de notícias, para gerar credibilidade às notícias que de lá saíam para as redes sociais digitais. Então, por questões emocionais e políticas, uma certa parcela do público leitor tenderia a acreditar e compartilhar a notícia de que Marisa Letícia não teria falecido e sim fugido, ainda que a esmagadora maioria dos meios de comunicação tivessem narrado todo o processo de velório e falecimento. A confusão semântica / conceitual realizada sistematicamente pelo patrimonialismo característico da construção de sentidos das elites da estrutura de poder (relações privadas manipuladas com apelos de cunho emocional para criar pseudo-consensos capazes de confundi-las com o bem público) estaria não só na produção, mas no consumo e circulação das notícias por parte dos receptores e suas relações com o sistema político.

Além disso, a notícia lida e também construída a partir da recepção hipelinkada do leitor, ou a partir do processo pensado pelo jornalismo de base de dados, por exemplo, se torna cada vez mais uma pauta partidária e não uma pauta da sociedade civil. É exatamente aí que a crise de credibilidade do jornalismo se conecta com uma crise de credibilidade política também, de confiabilidade governamental.

Neste sentido, Habermas (2002) identifica exemplos de comportamentos patrimonialistas da sociedade em sua relação com o Estado ao evidenciar algumas nuances do modelo liberal de democracia, quando os direitos políticos precisam ser validados a partir da congregação de vários interesses privados, os quais exerceriam influência sobre a administração pública.

Casos assim, mesmo que hipotéticos, servem para pensar o quanto a Internet pode gerar visibilidade para uma pluralidade de opiniões como também reforçar ideias que as pessoas já têm através de um enviesamento algoritmo. Tudo isso põem em xeque os desafios de pretensão da credibilidade jornalística, especialmente a preterida por blogueiros, que precisam da visibilidade em alta escala dos Sites de Redes Sociais, mas ao mesmo tempo precisam do blog para de fato se fazerem credíveis e legitimadores de notícias. Neste sentido, eles criam uma espécie de personificação da credibilidade, como uma alternativa de disputá-la com grandes corporações midiáticas.

Esse seria o contexto majoritário da maioria dos blogueiros interioranos brasileiros, os quais teriam herdado em partes a ideia do patrimonialismo de Portugal e o transferido para suas relações de poder, inclusive para a escrita midiática que se pretende jornalística, porque pretende especialmente a credibilidade, certo? Não completamente. O blog Carpinteira parece estar na contramão do muito já tratado aqui.

Ele se diz deliberadamente um blog de esquerda, critica tanto a oposição quanto à Câmara de Covilhã. E, por serem anônimos, eles se tornam inimputáveis, fato que geraria uma crise maior de responsabilidade e, por consequência, de credibilidade. Entretanto, essa não parece ser um “pre-ocupa-ação” por parte dos escritores da Carpinteira.

Quando analisado sob a perspectiva do “expurgo do outro”, o blog parece tratar a informação de maneira tão irônica, que a linguagem verbal beira a erros ortográficos. Notícias como “ZZZZZZZZZZZZZZZZ ! uma feira do emigrante às moscas” ou “Resumo de uma legislatura - em quatro anos a unica coisa que a CeimCeí descobriu foi uma Torá” ao criticarem o poder legislativo da Câmara da Covilhã, deixam claro que não atacam um lado partidário apenas, mas todos os lados que tornam o serviço público lugar de letargia e não-lugar para a população.

Na primeira postagem, ao relatar sobre um evento na cidade, o blog mostra em fotografia de uma feira sem visitantes e assim suscita e abre espaço para os comentários com tons mais ácidos sobre a política local, como pode ser visto nas Figuras 07 e 08:

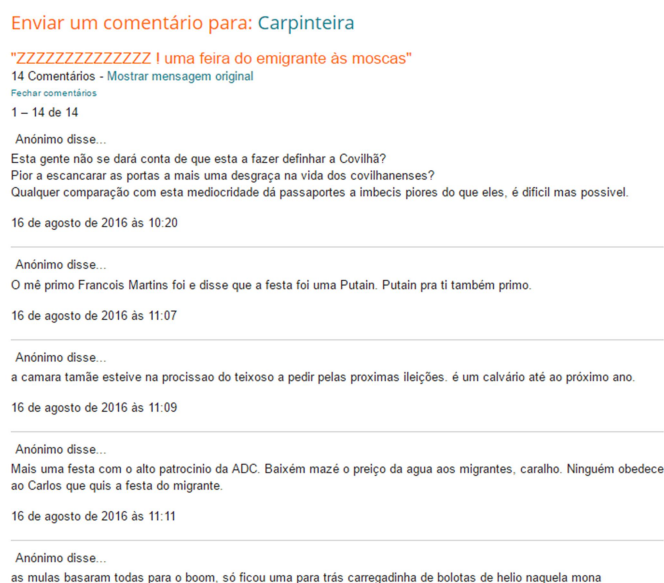
Figura 07: Evento sob a perspectiva Carpinteira.

**ZZZZZZZZZZZZZZZZZZ ! uma feira do emigrante às moscas
aquilo metia dó**



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 08: Comentários sobre a feira.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A intenção parece ser instigar no público muito mais uma leitura crítica sobre a prática política do que apenas expurgar o outro para que os candidatos apoiados pela linda editorial do blog galguem vitórias em pleitos eleitorais.

Ainda quando a questão é “expurgar o outro”, a leitura que se faz de um texto como este “Resumo de uma legislatura - em quatro anos a única coisa que a CeiMCEi descobriu foi uma Torá”, pode dá a entender que, para o blog, não está em cena apenas o apontamento dos possíveis erros de uma gestão, mas a própria noção de participação e ação política ativa por parte destes gestores.

É interessante notar que, ao contrário do que ocorre com os blogs brasileiros, no Carpinteira, a interatividade ocorre muito mais nesta plataforma do que no Facebook. Enquanto que, no “Política Pau-ferrense” e no “Blog do Capote”, os comentários, curtidas e compartilhamentos precisam do Facebook para se efetivarem; no “Carpinteira”, isso ocorre na própria página do blog onde o anonimato tanto dos emissores quanto dos demais usuários é possível. Neste caso, na página do Facebook, a interatividade é quase inexistente.

Em outra situação, o blog chega a fazer várias referências ao CDS⁶³ como partido que sempre apoiou o partido angolano UNITA⁶⁴ um dos principais rivais

⁶³ Centro Democrático Social.

políticos do outro partido angolano MPLA⁶⁵ (o qual seria afiliado internacionalmente à Internacional socialista desde a sua fundação), como o MPLA estaria no governo desde à sua independência, o CDS português sempre condenou o regime angolano. Contudo agora o Centro Democrático Social teria mudado de posição e apoio. E por quê? Por causa de negócios e conveniências econômicas.

Para ironizar esse processo de mudança de apoio e agora em cunho nacional, o blog provoca para que apareça nos comentários a leitura sobre a relação da política que se faz local e nacional, como pode ser visto na Figura 09 e 10:

FIGURA 09: Alternância de apoio na política, mas não no blog.

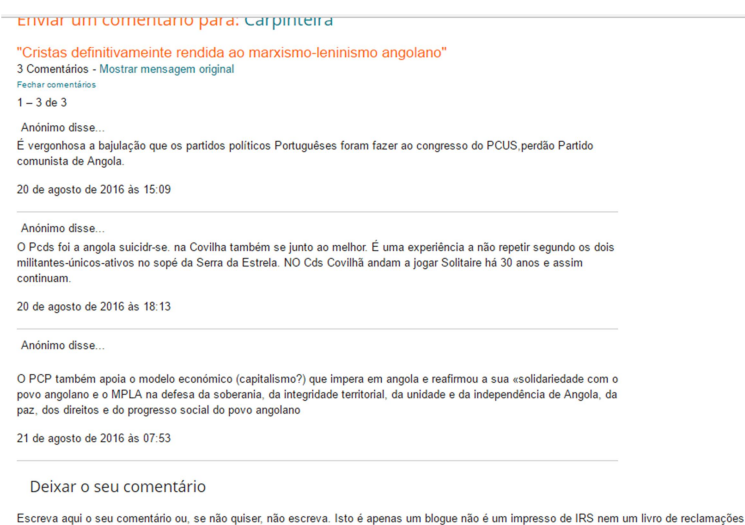


Fonte: dados da pesquisa, 2016.

⁶⁴ União Nacional para a Independência Total de Angola.

⁶⁵ Movimento Popular de Libertação de Angola.

FIGURA 10: Comentários que cruzam o local e o nacional.



Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Vale perceber que, mesmo os partidos mudando seus apoios internacionalmente, à revelia da linha editorial do blog, que aparentemente se mostra de esquerda, os tons de críticas continuam desde que percebidas incoerências entre as alianças políticas feitas, ainda que a aliança seja com um partido de esquerda. Além disso, parte das postagens do blog se fazem antes com linguagens não verbais. Utilizam-se em boa medida as imagens modificadas para dar tom de humor e ironia – os memes da internet – e assim provocar as discussões na própria página do blog.

Já no quesito “Promoção da boa imagem”, o blog tenta promover a imagem de forma positiva da cidade Covilhã e da região, mas não de um candidato ou partido. Ainda assim não perde a oportunidade de criticar a política local em não o fazê-lo, como evidencia a Figura 09:

FIGURA 11: Promoção da boa imagem da Covilhã.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Aqui se opta pelo formato de vídeo, imagem em movimento, para que a postagem traga ao debate na internet da valorização do local que parece esquecido pela Câmara.

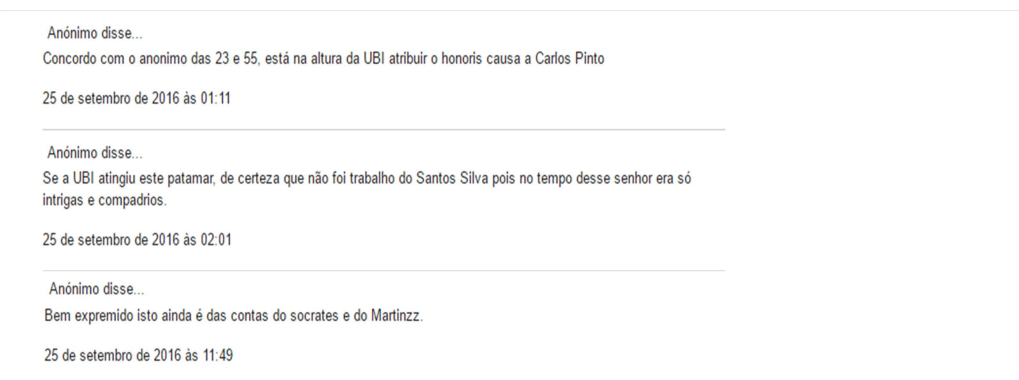
Sempre que o blog dá visibilidade a uma notícia positiva, ele encontra uma forma de incluir algum mecanismo adversativo para lembrar que há uma ausência de Estado ali. Quando como ele noticia que a Universidade da Beira Interior – UBI entrava para o ranking das melhores universidades do mundo; antes mesmo de escrever o título, os escritores escrevem a palavra “Entretanto”, para ressignificar a notícia para o viés político e dar a interpretar que, apesar da gestão política, a universidade cresce. E isso funciona, caso se pense a partir dos comentários que se seguem à postagem, como demonstra as Figuras 12 e 13:

Figura 12: Mecanismos de adversidade na promoção da boa imagem.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 13: Comentários suscitados a partir do “Entretanto”.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Enquanto o blog não faz menção a político algum, os comentários fazem questão de reportar o crescimento da universidade ao descaso ou apoio de determinados personagens políticos da região.

Em relação a categoria “Usos de Conotações”, esta foi a que teve maior inserção de enquadramentos dos textos, ainda que se permita a transversalidade dessas categorias pelos *posts*, visto que é característica comum do blog recorrer a essa figura de linguagem como principal estratégia de comunicação em sua plataforma. Postagens intituladas de “Ora bem!...não há dinheiro...não há palhaços”,

“uma adega que não tem uvas é como um jardim sem flores”, “um teleférico para mim e outro para ti” e “CIM debate mobilidade à Serra da Estrela”, deixam clara a intenção figurativa de associar a gestão política a uma piada de palhaços, de descaracterização de uma cidade com negócios e mercados valorizados (jardim sem flores), de percepção das relações patrimonialistas (para mim e para ti) ...

Aqui a conotação também toma forma de aparente leveza para servir de denúncia mais tarde, dando a significação das palavras uma forma não fixa, nem estática, mas fluídica. Dá, inclusive, ao usuário o poder de ampliar esse entendimento ainda mais, remetendo-o a novos conceitos por meio de associações.

E quando o discurso deixa de ser aparente e passa a ser subjacente ao escrito no texto? No post “um presidente sempre presente”, o Carpinteira anuncia além do expurgo do outro, numa linguagem figurativa (neste caso, de ironia e dualidade), a ideia do não dito, como pode ser visualizado nas Figuras 14 e 15:

Figura 14: O não dito categorizado.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 15: Comentários a partir do que não se diz aparentemente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Neste caso, tanto o texto principal quanto a interatividade que se estabelece a partir dele diz sempre a respeito de esclarecer que o presidente da Câmara não está presente nas principais ações de deliberação política importantes para o desenvolvimento da cidade, mas se faz presente em festividades, cuja visibilidade é ampliada pelo tom de leveza e positividade. Aqui remete-se à ideia da política do pão e circo da era romana, para manter a população em ordem estabelecida e conquistar o apoio dela.

Por fim, em comunhão com essa análise, o Carpinteira assim se denomina em sua página no Facebook, Covilhã Consciente: "O carpinteira poderia chamar-se 'diálogos com a consciência'. É por isso recomendada uma leitura introspectiva. Os textos resultam de olhar crítico dos autores. O sarcasmo e ironia o pretexto para um diálogo consigo próprio de cada leitor". Em outra situação, o blog se descreve: "Quando me vierem buscar a mim, conto que os negros, os miseráveis, desempregados, padres, padeiros e todos os outros...ricos e pobres, se importem comigo, tal como me importei com eles, quando quiseram levá-los. Não quero que se esqueçam de mim!". Em sua auto identificação, os blogueiros deixam de lado os erros ortográficos e as ironias icônicas, mas permanecem em uma certa medida com a linguagem figurativa (literária) e com os discursos não aparentes em forma de

textos verbais. Parece que só quando querem ratificar a sua credibilidade, a partir da descrição e construção de sua própria imagem, é que o discurso se adequa.

O discurso que se pretende jornalístico porque pretende a credibilidade e legitimidade diante do relato dos fatos sobre política, quando se faz nas plataformas digitais e em rede pode ter suas configurações refeitas o tempo todo em virtude mesmo das características destes meios.

A ideia de permanecer com um blog como página oficial, que faz lembrar os portais de notícias tradicionais das grandes corporações midiáticas, como mecanismo de buscar a legitimação dos fatos através da confiabilidade, e, ao mesmo tempo, usar os SRS como amplificadores para a visibilidade pública e como plataforma, no caso brasileiro, de estabelecer diferentes graus de interatividade pode lograr êxito quando se quer expurgar o outro, ou promover uma boa imagem de um determinado ator político ou ainda quando se quer deixar a mensagem nas entrelinhas. Neste ponto, Canavilhas (2015, p. 31) chega a acrescentar que, na era dos Smartphones, as redes sociais digitais se transformaram também em elementos fundamentais dentro do processo de produção jornalística, ao espelharem tendências informativas, “podem ser usadas como fontes, mas também na SEO (Search Engine Optimization) com o objetivo de melhorar o posicionamento do jornal nos rankings dos motores de busca”. As redes sociais funcionariam como canal de propagação, sendo esta gestão pensada para favorecer a estratégia editorial do meio de comunicação.

Mas no caso português, é o próprio blog reduto de interatividade e plataforma que suscita maior visibilidade pública para os temas políticos. Quase não ocorre comentários, curtidas e / ou compartilhamentos quando as matérias são replicadas no Facebook. Então o que pode ter tido um passado em comum que tenha gerado alguma herança, hoje se mostra com outras configurações e estas dependem, não só, mas também, de como o público se apropria de cada plataforma noticiosa.

5.3 O DISCURSO, O PATRIMONIALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Muitos são os discursos jornalísticos produzidos no âmbito da política e em plataformas digitais online. Alguns desconexos, outros sem grandes repercussões, outros ainda com bastante engajamento e interatividade no cerne provocativo de seu próprio texto, verbal ou não. Mas o fato que une todos em um só enquadramento é que: as relações patrimonialistas são transversais e perpassam não só a produção noticiosa, mas a circulação também.

Quando relações de dominação patrimonialistas não se ambicionam nas entrelinhas das escolhas da linguagem, é ela mesma que pauta sobre essa relação enquanto tema (“um teleférico para mim e outro para ti” ou “na própria empresa há, aproximadamente, umas 20 pessoas que não votam”). E é na Filosofia da Linguagem (EAGLETON, 1997, Habermas, 2004, 1997; MARCONDES, 2000, ROCHA, 2008), que se consegue vislumbrar uma perspectiva mais crítica e tematizada, por conseguinte, da ideologia – enquanto caráter social da linguagem.

É assim que a Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, desenvolve esse conceito, interpretando a linguagem como objeto socialmente construído, como prática social concreta que reflete a estrutura da interação social.

Segundo Habermas (2004, p. 107), não à linguagem *per se*, mas à aplicação comunicativa de expressões linguísticas é inerente uma racionalidade de um tipo peculiar, irredutível tanto à racionalidade epistêmica do saber (como pensa a semântica clássica da verdade) como à racionalidade orientada a fins do agir (como supõe a semântica intencionalista). Essa racionalidade comunicativa exprime-se na “força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado” e, ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual, todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo.

Ainda sobre o uso comunicativo da linguagem, o autor alemão (2004) detalha:

O uso comunicativo de expressões linguísticas não serve apenas para exprimir intenções de um falante, mas também para representar estados de coisa (ou supor sua existência) e estabelecer relações interpessoais com uma segunda pessoa. Nisso se espelham os três aspectos do entender-se com alguém a respeito de algo. O que o falante quer dizer com uma expressão vincula-se tanto com o que é literalmente dito quanto com a ação com a qual deve ser visto o dito. Há então uma relação tripartite entre a significação de uma expressão e (a) o que se quer dizer com ela, (b) o que se diz com ela

e (c) a forma de sua aplicação na ação da fala. Com seu ato de fala, o falante procura se entender a respeito de algo com um ouvinte (HABERMAS, 2004, p. 108).

Nestas condições, Habermas abre uma reflexão sobre a linguagem para além da forma gramatical da representação, e estabelece seu uso comunicativo, abrindo uma dimensão mais ampla para se pensar a rede de interações e tradições comuns – o espaço público de um mundo da vida intersubjetivamente partilhado pelos usuários da linguagem.

Marcondes (2000) explica que, para o autor alemão, nosso uso linguístico concreto é caracterizado por distorções nesta situação ideal, originárias da própria estrutura social, havendo desigualdades na distribuição dos papéis linguístico-sociais, nas regras do discurso e em seu controle. Estas distorções geram casos em que a situação ideal é fictícia, embora pareça real, as justificativas são apenas aparentes, os falantes apenas imaginam que controlam as regras. É dessa forma que se caracteriza linguisticamente a “manipulação ideológica”.

Terry Eagleton (1997) evidencia, a partir de uma atualização da Teoria de Habermas, que além da distorção ideológica no âmbito discursivo, há também uma manipulação no espaço externo ao discurso. Rocha (2008) também pondera sobre essas dimensões da ideologia: uma, respaldada no pano de fundo da tradição cultural, em que lacunas, repetições, elisões e equívocos são significantes para compreensão de determinada forma de comunicação sistematicamente distorcida (intradiscursiva); e a outra, caracterizada pela manipulação dos meios de controle sistêmicos dinheiro e poder (extradiscursiva).

Por isso, conforme Habermas (1997), a importância de se formular uma situação ideal de linguagem: para distinguir o falso consenso do verdadeiro; em nome do qual se interpreta o discurso da manipulação ideológica; para fundamentar uma metodologia crítica e não apenas descritiva.

E isso está ligado diretamente ao tipo de plataforma em que a linguagem enquanto comunicação é veiculada, porque nos sites digitais e online (de redes sociais como o Facebook, ou não, como os blogs), a interatividade entre o que é noticiado e o que é recepcionado se mistura numa escala local-global muito maior que nos outros meios; e temas não aparentes para a política podem se tornar motivos de deliberação democrática diante da disputa pelo melhor argumento e, a

partir dos comentários, podem retroalimentar o processo de produção noticioso como também podem gerar espirais de silêncios. As relações de poder, de quem tem mais condições de propagar uma informação ou de quem tem mais possibilidades de alcançar um público maior cotidianamente, ainda são assimétricas quando colocamos em relação o cidadão comum e os grandes meios de comunicação. Mas é nestas plataformas digitais e em rede que encontramos indícios para equilibrar isso em número maior de vezes, pautando, inclusive ações e deliberações para além do online.

É exatamente nesse percurso de possibilidades de equilíbrio e / ou de conseguir lugar de pertença ao sistema que o discurso que se pretende jornalístico pretende também o quesito credibilidade, a fim de que os fatos noticiados tenham não apenas grandes alcances, mesmo que feitos a partir de uma perspectiva regional, mas confiabilidade junto ao público, porque é exatamente essa confiabilidade que não só legitima os fatos, mas pode deliberar novos rumos para o fazer jornalístico e para a cena política.

A partir disso, atualizar a ideia de patrimonialismo para o discurso jornalístico sobre política, uma vez que o termo é também essencialmente político, como forma de organização de poder e de dominação, mas possível de ser reconfigurado, abre espaço para se pensar as complexidades que envolvem o jornalismo que se faz sobre política frente às possibilidades de dominação e emancipação na Internet.

Enquanto alguns blogueiros estão expressamente engajados em apoiar determinados candidatos e expurgar outros políticos, a partir de motivações pessoais (carismáticas, tradicionais e burocráticas) que orientam, inclusive, os seus votos nas campanhas, mesmo travestindo isso de jornalismo imparcial, isento, objetivo, digno de credibilidade porque leva a “verdade” ao público; ou enquanto outros blogs estão determinados a fazer política, criticando-a deliberadamente; o discurso enquanto instância de poder vai se propagando, se retroalimentando e se autoconstruindo incluso e junto à construção social da realidade.

Mesmo com as relações assimétricas de poder de propagação de discursos, basta-se olhar para o exemplo do Google (quem ou o que determina determinados sites aparecerem primeiro que outros na configuração de busca?), ou das bolhas de informação feitas pelos algoritmos do Facebook, é no campo da Internet que as

possibilidades de articulação, engajamento civil, interatividade e deliberação política tem mais chances de alcançarem maiores visibilidades e propagabilidades junto à geração de pessoas que nasceram e se relacionam na era das multitelas, das multiplataformas, da convergência e das conexões.

Dessa forma, é possível observar, no Brasil, um princípio de heranças nas relações patrimonialistas do Estado Português, mas é improvável que essa herança tenha perdurado até os dias atuais, inclusive no tocante ao discurso jornalístico político que se faz na rede. As prioridades e importâncias que se dão no momento da produção e emissão são distintas, assim como a cultura dos usuários no momento de recepção, circulação e interatividade também mudam consideravelmente.

É imprescindível destacar também que Portugal, hoje, vivencia um patrimonialismo muito menos problemático e enraizado do que o brasileiro, agravado por causa dos quase quatro séculos de escravidão generalizada na monocultura. Além disso, esse mesmo patrimonialismo luso está ainda relacionado à organização política descentralizada que caracteriza o sistema de governo parlamentarista, fato que contribui para uma percepção da ação política de forma mais descentralizada e menos afeita ao personalismo.

Assim considerado, é possível se pretender uma concepção dialógica da política, a partir de uma relação mais íntima entre a Pragmática (enquanto corrente da Linguística que pesquisa a linguagem no contexto de seu uso na comunicação) e o Construtivismo (enquanto perspectiva teórica que vê nas realidades sociais o resultado de construções através das interações simbólicas, históricas e cotidianas, individuais e coletivas).

A Pragmática ou Pragmatismo é refletido, segundo Marcondes (2000), como atribuindo importância central à prática, à experiência concreta, aos aspectos aplicados do conhecimento e aos contextos concretos de uso, desde signos específicos e seus usuários até teorias científicas e suas aplicações.

Essa corrente da Linguística está muito mais focada na análise dos significados linguísticos que se deduzem a partir de um contexto extralinguístico: discursivo, situacional, etc. do que no estudo dos significados determinados exclusivamente pela semântica proposicional ou frásica. O uso do termo Pragmática

como ramo da linguística teve início com Charles Morris e Mario Bertolini, em 1938, significando o estudo da linguagem em uso. Rudolf Carnap, que trabalhara com Morris em Chicago, definiu-a como sendo a relação entre a linguagem e seus falantes. A pragmática evoluiu, depois, para uma compreensão mais filosófica, como prática social concreta, que analisa a significação linguística de acordo com a interação existente entre quem fala e quem ouve, do contexto da fala, os elementos sócio culturais em uso e, também, dos objetivos, efeitos e consequências desse uso contínuo (MARCONDES, 2000).

A pragmática critica a importância do conceito de verdade, segundo os moldes positivistas em que a ideia de verdade estaria diretamente relacionada com a ideia representacional e sua correspondência com a realidade, fundamentada numa objetividade mitificada, numa neutralidade axiológica e num cientificismo determinado por resultados, experimentos e testes.

Marcondes (2000) observa que esse ramo da linguística complementa a noção de verdade que considera a linguagem como ação, como produzindo efeitos e consequências em contextos determinados:

Não podemos estabelecer se um conjunto de proposições é verdadeiro ou falso de modo conclusivo por comparação com uma realidade independente dessas proposições, ou da linguagem em que são formuladas, isto é, uma realidade em si mesma, mas sim os resultados e consequências do que essas proposições afirmam sobre a realidade, a saber, suas pretensões a conhecimento (MARCONDES, 2000, p. 41).

Entre outras discussões, com essa crítica à verdade como correspondência, o Pragmatismo acaba se convertendo na própria base do Construtivismo, que pensa uma teoria da verdade mais voltada para a consensualidade, aquele mesmo consenso do dialogismo político explicado por Habermas.

A perspectiva construtivista pretende uma objetividade mais humanizada, que tem um compromisso com a emancipação do sujeito, e o desafio da Ciência em se tornar senso comum, em se tornar acessível a todos.

Aqui há uma mudança do modelo representacional para o modelo concreto das relações intersubjetivas em que a linguagem se materializa. Os significados que existem no mundo têm de ser compartilhados pelas pessoas na esfera pública.

Segundo Corcuff (2001), o Construtivismo, remete às construções sociais, as quais remetem aos produtos elaborados anteriormente, bem como aos processos de reestruturação em curso. Assim a historicidade é um fator primordial para o entendimento dessa teoria, por três principais motivos:

1º) o mundo social constrói-se a partir das pré-construções passadas; o pensamento de Marx (1997) é o referente deste ponto: os homens fazem sua própria história, mas eles não a fazem arbitrariamente, em condições por eles escolhidas, mas em condições diretamente obtidas e herdadas do passado; 2º) as formas sociais passadas são reproduzidas, apropriadas, destituídas e transformadas, enquanto outras são inventadas nas práticas e nas interações (face-a-face, mas também telefônicas, epistolares etc.) da vida cotidiana dos atores; e 3º) esta herança passada e este trabalho cotidiano rasgam-se sobre um campo de possibilidades no futuro (CORCUFF, 2001, p. 22).

Philippe Corcuff quis mostrar que, no processo histórico, as realidades sociais são, ao mesmo tempo, exteriorizadas / objetivadas e interiorizadas.

Se por um lado, essas realidades sociais apontam para universos objetivados (os indivíduos e grupos se utilizam de palavras, objetos, regras, instituições, etc.), herdados de gerações anteriores, transformando-os e criando novos; por outro, elas remetem a universos subjetivos e interiorizados (cheio de sensibilidades, percepções, representações e conhecimento); porque as formas de aprendizagem e de socialização tornam possível a interiorização dos mundos exteriores, e as práticas individuais e coletivas dos atores resultam na objetivação dos mundos interiores (CORCUFF, 2001).

O autor (2001) encerra bem seu pensamento sobre as perspectivas construtivistas supondo também um momento de des-construção, ou seja, de questionamentos sobre o que se apresenta como algo dado, natural e intemporal, o qual exige que exista ainda um momento de investigação sobre os processos de reconstrução, dando lugar a uma diversidade de realidades cujas relações devem ser pensadas.

De forma semelhante, o juízo de que a historicidade é condição *sine qua non*⁶⁶ para se conceber a teoria construtivista é compartilhado por Alfred Schütz (2003), o qual assegura que qualquer interpretação da realidade social, por parte dos indivíduos e dos grupos, baseia-se numa reserva de experiências prévias, sob a forma de conhecimentos disponíveis, os quais funcionam como esquemas de referência. É o que o autor vai chamar de “Situação biográfica”:

Nacer en el mundo significa, ante todo, nacer de progenitores que nos son exclusivos, ser criado por adultos que constituyen los elementos conductores de nuestro fragmento de experiencia. (...) Los seres humanos son concebidos por madres y no elaborados en retortas, el período formativo de cada vida transcurre de una manera única. Cada persona, además, sigue durante toda su vida interpretando lo que encuentra en el mundo según la perspectiva de sus particulares intereses, motivos, deseos, aspiraciones, compromisos religiosos e ideológicos. De tal modo, la realidad del sentido común nos es dada en formas culturales e históricas de validez universal, pero el modo en que estas formas se expresan en una vida individual depende de la totalidad de la experiencia que una persona construye en el curso de su existencia concreta (SCHÜTZ, 2003, p. 17).

Neste sentido, o autor (2003) aborda como cada indivíduo se situa na vida de uma maneira específica, à luz da situação biográfica. Essa experiência prévia, que se traduz sob os conhecimentos que temos à mão, manifesta-se pela sua tipificação (o que seria vivenciado na percepção de um objeto seria transferido para outro objeto similar, percebido somente quanto a seu tipo). Dessa forma, as pessoas tipificam o mundo social, conforme a linguagem herdada por seus antepassados e seguindo negociações durante as relações de interação face-a-face da vida cotidiana.

Então Schütz (2003, p. 19) enfatiza que tais conhecimentos disponíveis são sempre intersubjetivos e culturais, porque eles não pertencem a único indivíduo, mas ao grupo social que esse indivíduo faz parte, inclusive a outros indivíduos que antecederam esse grupo historicamente. “Se presupone la intersubjetividad como una cualidad obvia de nuestro mundo: nuestro mundo es la tipificación subyacente del sentido común”.

⁶⁶ "Sem o qual não pode ser", é uma expressão que vem do latim e a qual se refere a uma ação, condição ou algo indispensável e essencial.

Peter Berger e Thomas Luckmann (2003, p. 71) também vão relacionar essa mesma realidade socialmente construída (na intersubjetividade para Schutz) com os indivíduos e suas interações. Para esses autores, o processo de tornar-se homem efetua-se na relação do ser humano com o ambiente natural ou modificado/construído pelo próprio humano. “Isto é, o ser humano, em seu desenvolvimento, não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo”. Os autores determinam então que o desenvolvimento biológico é também submetido a interferências de certos dispositivos sociais. Assim tanto o organismo humano, quanto o “eu humano”, só podem ser devidamente compreendido dentro do contexto social que foram forjados. Só então é que eles dão um primeiro sinal de como se daria essa objetivação e subjetivação da construção social da realidade:

Por um lado, o homem é um corpo, no mesmo sentido em que isso pode ser dito de qualquer outro organismo animal. Por outro lado, o homem tem um corpo. Isto é, o homem experimenta-se a si próprio como entidade que não é idêntica a seu corpo, mas que, pelo contrário, tem esse corpo a seu dispor. Em outras palavras, a experiência que o homem tem de si mesmo oscila sempre num equilíbrio que tem de ser corrigido de vez em quando. Essa originalidade da experiência que o homem tem de seu próprio corpo leva a certas consequências no que se refere à análise da atividade humana como conduta no ambiente material e como exteriorização de significados subjetivos. A compreensão adequada de qualquer fenômeno humano terá de levar em consideração estes dois aspectos, por motivos fundados em fatos antropológicos essenciais. (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 74).

Vale destacar assim que a construção do homem é sempre um empreendimento social. Daí se conclui que só a partir da interação humana é que os homens, em conjunto, produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas. Conforme os autores (2003), nenhuma dessas formações sócio-culturais ou psicológica podem ser entendidas como um resultado biológico. A constituição biológica só ofereceria limites externos à atividade do homem. Neste caso, nenhum homem se desenvolve enquanto homem sozinho e também não produz ambiente humano algum no isolamento.

Aqui o ser humano só se constitui humano em relação com os outros seres humanos. Para eu existir como homem, preciso da existência do outro. Ou estaria fadado a mera existência animal.

Berger e Luckmann (2003, p. 75) chegam a afirmar que “o *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, o *homo socius*”. Ainda complementando essa ideia, eles vão assegurar que a conduta humana necessita de uma certa estabilidade não dada pelo organismo biológico. Essa estabilidade poderia então ser conseguida através de uma ordem social que precede o desenvolvimento de qualquer indivíduo orgânico e que estaria numa constante abertura e fechamento para o mundo, porque é um progressivo produto humano, no curso da contínua exteriorização do homem.

A ordem social não é dada biologicamente, nem derivada de quaisquer elementos biológicos em suas manifestações empíricas. Não é preciso acrescentar que a ordem social também não é dada no ambiente natural do homem, embora certos aspectos particulares deste ambiente possam ser fatores que determinam aspectos de uma ordem social (por exemplo, sua estrutura econômica ou tecnológica). A ordem social não faz parte da “natureza das coisas” e não pode ser derivada das “leis da natureza”. A ordem social existe unicamente como produto da atividade humana (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 76).

Essa ordem social seria necessária pela inerente instabilidade do organismo humano que obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável para sua conduta. Então o homem teria de estar continuamente se exteriorizando nas suas atividades. Seria uma necessidade antropológica. A existência do ser humano seria na prática impossível (na teoria, seria a existência numa espécie de caos) em uma esfera fechada de interioridade (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Dessa forma, os autores (2003) asseveram que tanto em seu princípio (a ordem social como consequência da ação humana passada) quanto em sua existência (a ordem social só existe enquanto a atividade humana continua produzindo-a), a ordem social é uma construção humana.

Assim a noção de objetividade e subjetividade da realidade socialmente construída inscreve-se bem nos pensamentos de Peter Berger e Thomas Luckmann (2003, p. 173) que descrevem a sociedade como sendo uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva e deve ser entendida como um processo dialético em

curso, composto de três momentos simultâneos – exteriorização, objetivação e interiorização. Um membro individual de uma sociedade, por exemplo, exterioriza seu próprio ser no mundo social ao mesmo tempo que interioriza este mundo como realidade objetiva. “Em outras palavras, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade”.

O ponto inicial desse processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. Isso não quer dizer que compreenda o outro adequadamente. Posso de fato compreendê-lo mal, por exemplo, se está rindo em um acesso de histeria posso entender o riso como significando hilaridade. Mas a subjetividade dele é, entretanto, objetivamente acessível a mim, quer haja ou não congruência entre os processos subjetivos dele e os meus (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 174).

Aqui os discípulos de Schutz (2003, p. 175) esclarecem ainda que no momento da interiorização, compreende-se não somente os processos subjetivos momentâneos do outro, mas todo o seu mundo, o qual se torna também o mundo do eu em interação, em um processo contínuo de reciprocidade. Só então é que o indivíduo se tornaria membro da sociedade. Esse processo, claro, seria realizado através da socialização, definida como “ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela”.

Entretanto, mesmo comungando de pensamentos semelhantes sobre a realidade socialmente construída, tanto Schutz quanto Berger e Luckmann não chegam a discorrer sobre as condições de possibilidade da comunicação, de seus pressupostos e suas implicações como pretendeu Habermas: uma comunicação como resultado inerente das relações intersubjetivas em busca de um entendimento, de um consenso e então consequente (re) construção social da sociedade.

Em relação às análises de Schutz, Habermas (2012) relata que, apesar de Alfred Schütz ter conseguido descrever com propriedade a familiaridade do mundo da vida, não conseguiu reconhecer que este mundo em sua autoevidência opaca, ou subtrai-se ou se abre diante do olhar inquiridor do fenomenólogo, independentemente da escolha do enfoque teórico. Dessa forma, para o alemão (2012, p. 722 e 723), uma teoria que pretende certificar-se das estruturas gerais do

“mundo da vida não pode adotar uma perspectiva transcendental; ela apenas pode estar à altura da razão de ser de seus objetos quando houver uma razão para pensar que o contexto vital objetivo em que o próprio teórico se encontra revela-lhe a razão de conhecer”.

Já em se tratando de Berger e Luckmann, enquanto eles se preocuparam com os “processos de legitimação pelos universos simbólicos” como uma questão de tradição teórica e com as interações face-a-face de um mundo da vida simplificado, Habermas (2012, p. 704) vai afirmar que a legitimação depende de uma validação pública, além da jurisdição de elaborar um mundo da vida que só se reproduz comunicativamente, abordando características importantes da comunicação de massa e não somente a face-a-face. O mundo da vida é concebido pelo autor alemão, como um espaço “em que é possível constatar processos de reificação que constituem fenômenos oriundos de uma integração repressiva provada por uma economia apoiada em oligopólios e por um aparelho estatal autoritário”.

Segundo Habermas (2012), a distinção entre o mundo sistêmico e esse mundo da vida permite a teoria do agir comunicativo abrir o campo de visão para as leis próprias da interação socializadora, e, ao isolar dois tipos opostos de meios de comunicação, ela torna a teoria sensível ao potencial ambivalente da comunicação de massa.

À proporção que canalizam unilateralmente fluxos de comunicação numa rede centralizada, os quais correm do centro para a periferia ou de cima para baixo, os meios de comunicação de massa podem fortalecer consideravelmente a eficácia dos controles sociais. Mesmo assim, a exploração do potencial autoritário é sempre precária, porque nas próprias estruturas da comunicação está inserido o contrapeso de um potencial emancipatório. Os meios de comunicação de massa podem arrebatrar, escalonar e condensar processos de entendimento; porém, não conseguem eximir por completo as interações das eventuais tomadas de posição em termos de “sim/não” perante pretensões de validade criticáveis; pois as comunicações, mesmo quando abstraídas e enfeixadas, não se deixam imunizar completamente contra a possibilidade de uma contestação futura por parte de atores capazes de responder por seus atos (HABERMAS, 2012, p. 702-703).

É interessante discorrer sobre a importância dada pelo filósofo alemão em relação ao potencial ambivalente da comunicação de massa. No instante que ela

pode ser controladora e estereotipada ideologicamente, ela pode também criar espaços públicos com potenciais de protestos emancipatórios, opositoristas ou de fuga. A comunicação teria seu próprio contrapeso.

Jurgen Habermas consegue ir além e conceber uma construção social da realidade através da interação discursiva, do consenso, da busca pelo melhor argumento, da comunicação de massa. A legitimidade de uma atividade humana, em Habermas (2012), depende do consenso, que não pode ser confundido com unanimidade, com agregação de vontades individuais e tampouco com uma opinião pública difusa. O consenso depende diretamente da qualidade da opinião pública. É então que se retoma a discussão feita na primeira parte deste artigo, a qual atribui à esfera pública a responsabilidade de validação consensual dos fatos. Qualquer ação que se pretenda legítima, para além das leis, precisaria também da validação pública.

Então, a partir do pensamento habermasiano do consenso e o relacionando com teorias construtivistas e a democracia deliberativa, tem-se as possibilidades de demonstrar como a realidade é socialmente construída a partir de uma formação da opinião e vontade, as quais não podem se restringir às relações simples da interação face a face.

As relações intersubjetivas, a partir das quais a realidade é socialmente construída, vão além da interação face-a-face, elas ganham aspectos reificados e têm a necessidade de se expressarem dialogicamente em um espaço público de opinião. Neste caso, é a própria esfera pública que funciona como canalizadora das demandas das periferias de estruturas de poder, redirecionando-as para outras esferas da sociedade; inclusive, as esferas da política, dando-lhes visibilidade, tematizando-as, até que, conforme previu Habermas (1997), possam mudar o fluxo da ordem estabelecida.

Neste sentido, a comunicação via Internet forma arenas nas quais podem ocorrer a formação mais ou menos racional da opinião e da vontade a cerca de temas relevantes para o todo social e sobre matérias carentes de regulamentação. A formação de opinião que se dá de maneira informal desemboca em decisões eletivas institucionalizadas e em resoluções legislativas pelas quais o poder criado

por via comunicativa é transformado em administrativamente aplicável (HABERMAS, 2002).

Por fim, é possível analisar que existe uma propriedade intencional da comunicação enquanto discurso jornalístico político na rede, pensado como o caráter opaco, ideológico e que interfere diretamente na construção social da realidade, mas não e somente de forma hegemônica vertical, e sim num processo muitas vezes em que se exige a horizontalidade, especialmente nos momentos de crise, para desenvolvimento da sociedade.

Pensar a construção social da realidade, portanto, nos dias atuais é pensar também que o homem só se constrói homem em relação com o outro. E essa relação se dá de uma forma intersubjetiva e dialógica, na vida cotidiana face-a-face, mas também e, sobretudo, na vida mediatizada, digital e online, mesmo a mídia exercendo um papel dual, ambivalente de controle e libertação, de manipulação e contestação.

Por fim, é preciso que se reflita sobre a ética pós-convencional que Habermas (1989) concebe a partir dos três níveis de desenvolvimento da consciência moral de Kohlberg. No nível pré-convencional, a pessoa só segue a norma social para evitar sofrer a sanção, situação que o liberalismo hobersiano vê a sociedade humana como uma alcateia, ou seja, o lugar onde se verifica uma competição dos lobos. No convencional, a pessoa já se sente cidadão, cuja qualidade de vida depende do que está convencionalizado no contrato social. Contudo, tem uma visão naturalizada e não crítica da realidade social, sentindo-se pouco disposto e responsável pela sua transformação. Então, só no nível pós-convencional, a pessoa tem a consciência ética construtivista de que a realidade social é um produto humano e todos os cidadãos devem se sentir responsáveis pelo constante questionamento de sua constituição quando constatarem a existência de violências simbólicas e mecanismos de dominação que usurpam a soberania dos seres humanos sobre seus destinos e suas próprias vidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expurgar o outro, promover a boa imagem de si, usar de conotações, usar referências locais para imprimir uma ideologia nacional e silenciar e / ou deixar o discurso nas entrelinhas se constituíram mais do que estratégias usadas pelo discurso que se pretendeu jornalístico ao falar sobre política em plataformas digitais e online; configurou-se verdadeiros fenômenos em busca da legitimidade recorrentes no âmbito da comunicação política regionalizada, muito e claramente por parte dos emissores, mas com grandes repercussões na interatividade estabelecida a partir disso com os demais usuários da rede.

Expurgar o outro e promover a boa imagem de si, nas palavras van Dijk (2010) se relacionam intimamente com uma espécie de quadrado ideológico. Embora as estruturas do discurso em si não precisem ser manipuladoras, algumas dessas estruturas podem ser mais eficientes que outras durante o processo de influenciar as mentes dos receptores, de acordo com os próprios interesses dos falantes ou escritores. Por exemplo, as manchetes são tipicamente usadas para expressar tópicos e para indicar a informação mais importante de um texto, e podem, assim, ser usadas para atribuir um peso (extra) a eventos que em si mesmos não seriam tão importantes. E, ao contrário também acontece: discursos sobre eventos ou estados de coisas bastante relevantes para os cidadãos ou clientes podem ser evitados em manchetes que enfatizem características negativas de grupos e instituições dominantes. Neste sentido o autor exemplifica como esse processo ocorre:

A estratégia global de autoapresentação positiva e outraapresentação negativa é bastante típica nesse relato tendencioso dos fatos em favor dos interesses próprios dos falantes e dos escritores, ao mesmo tempo, culpando os oponentes e os Outros (imigrantes, terroristas, jovens etc.) por situações e eventos negativos. Essa estratégia pode ser aplicada nas estruturas de vários níveis do discurso na maneira usual (VAN DIJK, 2010, p. 252).

Neste sentido e dando continuidade ao que ele chama de quadrado ideológico, é em van Dijk (2010) que se respalda essa forma de fazer notícias ligadas às questões locais / Globais, quando dentro das estratégias de discursos

(estratégias de interação gerais de autoapresentação positiva e negativa; macroato de fala indicando Nossos “bons” atos e os “maus” atos dos Outros; macroestruturas semânticas que desenfazizam pontos negativos ou positivos sobre Nós/Eles; e atos de fala locais de discurso estabelecendo e sustentando atos de fala globais...) ele redesenha o jornalismo que se faz localmente, numa tentativa de fortalecer ideias de âmbito nacional.

Esses mecanismos estabelecem uma polarização do discurso entre bem e mal, local e global... que tente a contribuir com o processo de dominação ideológica, de forma abusiva: patrimonialismo através do discurso.

Neste sentido o jornalismo regional, numa tendência de se tornar próximo ao cotidiano local, de personalizar conteúdos para um público de usuários online menor, poderia representar uma brecha de autonomia frente às pautas centradas nos grandes centros urbanos e aos processos de violência simbólica, de heteronomia e minoridade prioritamente presente nos grandes e convencionais meios de comunicação.

Dessa forma, mais do que a conexão escassa com a publicidade, no jornalismo sobre política que se faz regionalmente, há uma conexão forte entre as elites locais, como analisou Correia (1998). Mas no Brasil, mais que em Portugal, essa relação tem tons patrimonialistas muito mais intensas e com graves consequências para o processo democrático.

Outrossim, Jessé de Souza (2016) vem afirmar que os obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, tanto de um Estado menos patrimonialista, quando de um mercado menos patrimonialista no qual se insere as instituições de mídia, não são diretamente decorrentes da herança da cultura tradicional portuguesa, mas, sim, do longo período de escravidão no Brasil, decorrente, inicialmente, da necessidade de mão-de-obra da monocultura açucareira. E isso pode ser observado através da análise crítica dos discursos noticiosos aqui pesquisados no Blog do Capote e no Política Pau-ferrense; inclusive em suas replicações no SRS Facebook; nos quais a formatação dos textos diferem em muitos aspectos do blog regional português Carpinteira.

Como na cultura portuguesa, o processo de escravização nunca se deu por tanto tempo generalizado, gerando um discurso de ódio de classe (tão enraizado no

Brasil, o qual serviu de pano de fundo para o golpe de 2016, de acordo com Souza (2016)); e, conseguiu ao longo de sua formação de nação, um projeto menos centralizador de democracia (exemplificadas bem através das administrações das câmaras municipais, assistidas pelas juntas de freguesias e organismos de gestão dos serviços públicos coletivos e eleitos periodicamente); uma atuação midiática mais crítica e menos refém de interesses patrimonialistas locais com suas anacrônicas características de espetacularização personalística pode ser analisada no blog Capinteira e sua correspondente página no Facebook.

Sendo assim, o Jornalismo brasileiro ou os blogueiros regionais que se pretendem jornalistas, especialmente quando o tema é política, está muito mais controlado por um patrimonialismo dos grupos políticos e econômicos do que o português, devido também à organização política parlamentarista deste segundo país, que implica uma administração pública mais coletiva. Nas terras lusas, até os centros acadêmicos têm que fazer eleições e prestar contas publicamente. Esta estrutura evita a “fulanização” e personalização da política, como acontece deliberadamente no Brasil.

Cabe ressaltar que a espoliação das maiorias / elites existe em todo o mundo, através de versões oficiais que promovem a inversão da realidade para ocultar a responsabilidade da elite do dinheiro. Entretanto, isso se verifica de modo mais acentuado em países de desenvolvimento tardio, como no Brasil, como ponderou Souza (2016), e como foi visto nas análises dos discursos prioritariamente conotativos e com intenções não dita às claras.

Não se pode, assim, deixar de se considerar que tais forças dominantes ainda cooptam facilmente e também o jornalismo, ou o princípio jornalístico, pós-massamidiático. Elas estão presentes, inclusive, nos blogs e SRSs estudados, utilizando-se de dispositivos novos para legitimar um discurso velho. Habermas (1968), contudo, vai dizer que até os instrumentos técnicos (a internet, por exemplo), consequentemente a Ciência, carregam em si ideologias. Jürgen Habermas (1968), esclarece que existe sim uma racionalidade progressiva da sociedade que depende da institucionalização do progresso científico e sobre a qual se implanta uma dominação política oculta, como pensada por Hebert Marcuse. Entretanto, Habermas (1968) vai além e analisa que a ideia de racionalização instrumental só se

refere à correta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas (em situações dadas para fins estabelecidos); e esse mesmo pensamento subtrairia o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais. Essa racionalidade estende-se, além disso, apenas às situações de emprego possível da técnica e exige, por isso, um tipo de ação que implica dominação; quer sobre a natureza ou sobre a sociedade. A ação racional dirigida a fins seria, segundo a sua própria estrutura, exercício de controles. (CASTRO & ROCHA, 2015; HABERMAS, 1968). Não é difícil compreender, portanto, como esse processo de cooptação de dispositivos novos também acontece.

Também é preciso ressaltar que existe uma diferença às vezes abismal, às vezes muito tênue, entre o discurso jornalístico e outros discursos. Em Portugal, a delimitação disso inicia já na lei altamente regulamentada; fato deixado no esquecimento no Brasil desde a queda do Decreto-Lei 972/69 em 2009. Os blogs estudados não são veículos jornalísticos nem de fato, nem de direito, mas se aproximam de uma pretensão de fazer jornalístico, às vezes, cidadão, às vezes marqueteiro eleitoreiro, às vezes patrimonialista... Pode-se pensar que os blogueiros ora estudados, em busca da credibilidade, trabalham com a informação, mas não com a notícia.

Ainda assim, a meta de se pretender um jornalismo cada vez mais comprometido com a ética, com a responsabilidade voltada para um bem de interesse coletivo, através do fortalecimento do processo democrático não pode ser deixado em segundo plano. Deve se constituir a essência mesmo do jornalismo na era das possibilidades pós-massamidiáticas.

Personalizar conteúdos na Internet de cunho jornalísticos não precisa agradar apenas ao mercado publicitário. Isso pode representar um projeto subjacente de incentivo a interatividade e participação política na rede. Mas as amarras patrimonialistas precisam ser estudadas e repensadas pelos jornalistas e instituições de mídia, como requisito importante para a legitimação de sua credibilidade. Não basta se pretender credibilidade para se forjar jornalista. Há que se fazer um jornalismo comprometido com um projeto coletivo de verdade, como previu a

Filosofia Pragmática e a teoria da Construção Social da Realidade, a partir de uma ética pós-convencional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Editorial Presença: Lisboa, 1974.

ALVERGA, Carlos Frederico Rubino Polari de. **Teoria marxista do estado capitalista**: uma comparação entre Gramsci e Poulantzas. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18964/teoria-marxista-do-estado-capitalista-uma-comparacao-entre-gramsci-e-poulantzas/2#ixzz2heJaSw5z>>. Acesso em: 13 out. 2013.

BARBOSA, Livia. **Jeitinho Brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BARBOSA, Suzana. Sistematizando conceitos e características sobre o jornalismo digital em base de dados. *In*: BARBOSA, Suzana (Org). **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, 2007.

BARROS, Pâmela Avelar de; SOUZA, Rogério Martins de. A crise da credibilidade jornalística em meio aos boatos virtuais: o caso do corte de cabelo do ditador. *In*: **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Rio de Janeiro: Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1741-1.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2017.

BATISTA, Wilson (compositor). **Lenço no pescoço**. Intérprete: Sílvia Caldas Navigator: 1933. *In*: Rádio Batuta. Instituto Moreira Salles. Disponível em <<http://www.radiobatuta.com.br/Episodes/view/317>>. Acesso em: 27 de julho de 2016.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Liberalismo e democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Estado, Governo, Sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução: Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

BORINATTI Junior, Luiz Antônio; PINHEIRO, Paulo. Principais Características dos Hoaxes. In: **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** Foz do Iguaçu: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014. Disponível em: <
<http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-2319-1.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 2012.

BRUHNS, Hinnerk. O Conceito de Patrimonialismo e Suas Interpretações Contemporâneas. In: **Revista Estudos Políticos.** N 4, 2012/01.

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo regional: proximidade e distanciamientos. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Ágora Jornalismo de Proximidade:** Limites, Desafios e Oportunidades. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LABCOM, 2012. Disponível em: <
http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CANAVILHAS, João. **Jornalismo e Convergência:** permanente renovação. In: **ERC - Digital Media Portugal.** 2015, p. 27-34.

_____. **Webnotícia: proposta de modelo periodístico para la WWW.** Covilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, Série Estudos em Comunicação, 2007.

_____. Texto inteligente e qualidade (quase) zero. *In*: CORREIA, João Carlos; FIDALGO, António; SERRA, Paulo (Orgs.). **Mundo Online da vida e cidadania**. Covilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, 2003.

CAPOTE, Mazinho. **Blog do Capote**. 2016. Disponível em: <<http://www.blogdocapote.com/>>. Acesso em 02 out. 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Rakel de; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Junho de 2013 no Brasil: O jornalismo e a ideologia. *In*: ROCHA, Heitor; Castro, Rakel de; Vizeu, Alfdredo (Orgs). **Comunicação e Ideologia**. Recife: PROEXT-UFPE & Ed. Universitária da UFPE, 2016.

_____. Comunicação, Ideologia e Ciência: questões epistemológicas e metodológicas. *In*: **Estudos em Comunicação**. nº 21, pág. 93-111. Covilhã / Portugal: LabCom.IFP / UBI, 2015. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/21/>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, ano 2000, p. 530.

CHOMSKY, N., Herman, E. **Manufacturing Consent**. New York: Vintage Books, 1994.

CLUNY, António. A corrupção política vista por jornalistas e políticos. (Prefácio). *In*: CUNHA, Isabel Ferin; SERRANO, Estrela; FIGUEIRA, João. **A corrupção política vista por jornalistas e políticos**. Covilhã: LabCom.IFP, 2015.

CORCUFF, PHILIPPE. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Rio de Mouro: SINTRA, 2001.

CORREIA, João Carlos. **Novos desafios ao espaço público**: subjectividade e "cultura de massa". *In*: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – bocc. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LABCOM, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-desafios-espaco-publico.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. **O admirável Mundo das Notícias**: Teorias e Métodos. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LABCOM, 2011. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. Ideologia, Crítica e Deliberação. *In*: CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; SANTO, Paula do Espírito (Orgs.). **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LABCOM, 2010. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia_conceitos_2010.pdf>. Acesso em: 18 mar 2017.

_____. Novo jornalismo: CMC e esfera pública. *In*: CORREIA, João Carlos; FIDALGO, António; SERRA, Paulo (Orgs.). **Mundo Online da vida e cidadania**. Covilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, 2003.

_____. **Jornalismo regional e cidadania**. *In*: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Universidade da Beira Interior, 1998. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: A dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CUNHA, Isabel Ferin; SERRANO, Estrela; FIGUEIRA, João. **A corrupção política vista por jornalistas e políticos**. Covilhã: LabCom.IFP, 2015.

DAMASCENO, Diana, LIMA, Christopher, 2014. A construção da informação jornalística na pós-modernidade: hoaxes e ruídos da rede. *In*: **Cadernos Zygmunt Bauman**. Vol. 4, num. 8, 2014. São Luís, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/2883>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001

DEWEY, John. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, S. L., 2004.

DIJK, Teun A. van. **Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior, 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

_____. **Discurso e poder**. Tradução: Judith Hoffnagel, Ana R. Vieira, Leonardo Mozdzenski, Benedito Gomes Bezerra, Rodrigo Castro e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. **What is Political Discourse Analysis?** Key-note address Congress Political Linguistics. Antwerp, 7-9 -December 1995. Jan Blommaert & Chris Bulcaen (Eds.), Political linguistics. Págs. 11-52. Amsterdam: Benjamins, 1997. Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/What%20is%20Political%20Discourse%20Analysis.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: USP: Editora Boi tempo, 1997.

ESTEVES, João Pissarra. **Internet e comunicação Política**: um novo desafio à democracia. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-12, julho/dezembro 2007. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/3460/4133>>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **A ética da comunicação e os media modernos**. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres: British Library Cataloguing in Publication Data, 1989.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. Porto Alegre: Globo, 2001.

_____. **A aventura liberal numa ordem patrimonialista**. Revista USP. São Paulo, n. 17, 1993, p. 14-29.

FERNANDES, Clodoaldo. **Blog Política Pau-Ferrense**: a notícia passada a limpo, 2016. Disponível em: <<http://politicapauferrense.blogspot.com.br/>>. Acesso em 02 out. 2016.

FIDALGO, Antonio. A resolução semântica do jornalismo online. *In.*: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Corvilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, 2007.

_____. Metáfora e realidade ou cooperação e concorrência na rede. *In.*: CAMILO, Eduardo (Org). **Internet e comunicação promocional**. Corvilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, vol. II, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1282.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. *In.*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco (Org). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cuardenos de la cárcel**: Tomo 6. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2000.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

_____. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Volume II, 1997.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HABERMAS, Jürgen; GÜNTHER, Klaus; DWORKIN, Ronald. ¿Impera el derecho sobre la política? In: **La Política**: Revista de estudios sobre el estado y la sociedad. ISSN 1136-2251, Nº 4, 1998, págs. 5-22.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Liv Sovik (Org.). Tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger e Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media**: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph. 2008.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru, São Paulo, SP: EDUSC, 2002.

LEITE, Janaina Frechiani Lara. Os presidenciáveis no ringue eletrônico: apontamentos sobre a história dos debates presidenciais televisivos. In: **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Belo Horizonte: Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP10_leite.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MAAR, Wolfgang. Leo. **O que é política**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1. 110p.

MAIA, Rousiley Celi. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco (Org). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Ed. Ridendo Castigat More, 2005. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>. Acesso em: 12 jun. de 2015.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATOS, Cláudia. **Acertei no milhar**: malandragem e samba no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTOSO, José. **Identificação de um País**: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Estampa: Lisboa, 1985.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado precedido do Retrato do colonizador**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MICELI, Paola & GALLEGÓ, Julián (coord.). **Habitar, producir, pensar el espacio rural**: De la Antigüedad al Mundo Moderno. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008, p. 61 – 83.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. *In.*: MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Org). **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador: Edições GJOL, 2003.

NETO, Antônio Fausto. Discurso Político e mídia. *In.*: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA, 2004.

NETO, Ernani Coelho. O contexto empresarial do jornalismo on-line. *In.*: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org). **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador: Edições GJOL, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

OXFORD DICTIONARIES. **Word of the Year 2016 is...**, 2016. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em 22 fev. 2017.

PAIVA, Raquel. Jornalismo hegemônico, crise de credibilidade, histerias da imprensa, jornalismo cidadão e novas práticas jornalísticas. *In.*: **Revista Latino-americana de Jornalismo Âncora**. Ano 2, Vol.2, N.2, Jul./Dez. João Pessoa, 2015,

p. 180 a 190. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/26006/13994>>. Acesso em 12 jan. 2017.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade, e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. *In*: MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Org). **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador: Edições GJOL, 2003.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RECUERO, Raquel. O capital social em rede: como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social. *In*: **Contemporânea | Comunicação e Cultura**. v.10, n.03, set-dez 2012 – p. 597-617 | ISSN: 18099386. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/6295>>. Acesso em: 14 set. 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paull. **Ideologia e Utopia**. Lisboa: Edições 70, 1991.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação. *In*: **Estudos em Comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LABCOM, 2008. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/04/html/04-Heitor_Rocha-Habermas_e_a_Teoria_do_Jornalismo.html>. Acesso em 22 set. 2015.

RODRIGUES, Catarina. **Blogs e a fragmentação do espaço público**. Covilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, Série Estudos em Comunicação, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na Pós-Modernidade**. 7ª Edição. Coleção Bibliotecas das Ciências do Homem / Sociologia, Epistemologia. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SAIDENBERG, Ivan; CANINI, Renato. **Um brasileiro chamado Zé Carioca**. São Paulo: Editora Abril, 2015.

SCHÜTZ, Alfred. **El Problema da realidade social**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SENA, Patrícia Rakel de Castro. **O sertão potiguar comunica: midiatização e práticas sociais**. Ou como a recepção da pauta política se desdobra em práticas sociais em Pau dos Ferros. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação midiática: práticas sociais e produção de sentido) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRA, Paulo. Os blogues como meios de comunicação política. *In: Revista Novos Olhares* - Vol.4 N.1, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/102231/102430>>. Acesso em: 22 set. 2016.

_____. Cataclismos e Catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático. *In: CORREIA, João Carlos (Org.). Comunicação e Política*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005. p. 63-83

_____. **Informação e sentido: o estatuto epistemológico da informação**. Covilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, 2003a.

_____. A internet e o mito da visibilidade universal. *In: CAMILO, Morgado (Org.). Internet e comunicação promocional*. Covilhã/Portugal: Editora da Universidade da Beira Interior, Livros Labcom, 2003b.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. *In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco (Org.). Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVERSTONE; Roger. **Por Que Estudar a Mídia?** São Paulo, Ed. Edições Loyola: 2002.

SOUSA, Luís de. **Clientelism and the Quality(ies) of Democracy**: Public and Policy Aspects. Disc Working Paper Series. Nádor U. 9. Budapest. Ungary, 2008.

_____. **Corrupção e qualidade da democracia**. 2011. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~ppereira/DobrarEsquina/main/Tertulias_de_Inverno_files/Intervencao_Luis_de_Sousa_TIAC.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. **A Modernidade seletiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as Notícias São como São. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRENT, Judith; FRIEDENBERG, Robert. **Political campaign communication**: principles and practices. New York: Praeger Publishers, 1983.

VANDERLEI, Maria Isabel Braga Weber. **Introdução à Ciência Política**: notas de Aula. Brasília: CopyMarket.com, Disciplina Introdução à Ciência Política, Departamento de Ciência Política – UnB. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/80646141/Introducao-a-Ciencia-Politica-Notas-de-Aula>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

VIANA, Lucina. O Hoax e os desafios jornalísticos no trato da informação. *In*: **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Rio de Janeiro: Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1857-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo: Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. Os três tipos puros de dominação. In: COHN, Gabriel (Org. da Coletânea: Grandes Cientistas Sociais). **Max Weber:** sociologia. Tradução Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1982.

WOLTON, Dominique. **E depois da internet?** Para uma teoria crítica dos novos médias. Algés: Difel, 2000.

ANEXOS

CODIFICAÇÃO: CATEGORIAS SEGUNDO OS OBJETIVOS		
	Todas as ocasiões em que... diferentes tipos de explicações com interesse nas at	
Semana aleatória	O discurso evidencia função de expurgar o outro (d	O discurso evidencia ação que promova boa imagem
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
01/08 - segunda	São Miguel-RN: Na Convenção, que homologou cha	Pau dos Ferros-RN: Uma multidão, de proporções in Venha-Ver-RN: A maior Convenção da história do m
No Facebook: https://www.facebook.com/mazinho.capote		
01/08 - segunda		Pau dos Ferros-RN: Uma multidão, de proporções in
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
02/08 - terça-feira		José da Penha-RN: Chapa Raimundinho Abílio e Júnio Governo do RN discute com Exército e Marinha estr
No Facebook: https://www.facebook.com/mazinho.capote?fref=nf		
02/08 - terça-feira	Vereadores denunciam pesquisa ilegal - https://ww REQUENTADA: Vereadores deram entrada na Justiç O deputado estadual Sandoval ou melhor Getúlio R	
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
17/08 - quarta	São Francisco do Oeste-RN: Funcionário do candidat	
No Facebook: https://www.facebook.com/mazinho.capote?fref=nf		
17/08 - quarta	São Francisco do Oeste-RN: Funcionário do candidat	Foto de capa - Fabrício e Lara - https://www.facebo
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
15/09 - quinta		Pau dos Ferros-RN: Fabrício tem recepção calorosa c f
No Facebook: https://www.facebook.com/mazinho.capote?fref=nf		
15/09 - quinta	Deputado Getúlio Rêgo ameaçou blogueiro Mazinho	
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
16/09 - sexta		
No Facebook: https://www.facebook.com/mazinho.capote?fref=nf		
16/09 - sexta		
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
01/10 - sábado		
No Facebook: https://www.facebook.com/mazinho.capote?fref=nf		
01/10 - sábado	A turma dos desesperados, depois que perderam e	Está em ais: falta apenas um dia para a GRANDE FEST Fabrício e Lara ganham a eleição logo pela manhã. Juntos, PODEMOS MAIS! (vídeo) - https://www.face Amanhã nós somos Fabrício e Lara. Lara e Fabrício - I
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
11/09 - Domingo		São Miguel-RN: Zé Gaudêncio e Salismar vão abrind
No Facebook: https://www.facebook.com/mazinho.capote?fref=nf		
11/09 - Domingo	Faz 15 anos que Bin Laden mandou derrubar as O ex-prefeito, novamente candidato, com MEDO DE REQUENTADA: O ex-prefeito, novamente candidato	É daqui 'papouco'! Comício 55 - https://www.facebc Esaú Capote tocando lambada. Fabrício e Lara, 55. - I
No Blog: http://www.blogdocapote.com/site/index.php		
MATÉRIAS ANALISADAS:	11	14
46		
Blog	2	6
Facebook	9	8

SOMA DE MATÉRIAS COLETADAS (ANALISADAS E NÃO ANALISADAS)	
Blog - total na semana 01-07/08:	25
Facebook - total na semana 01-07/08:	19
Blog - total na semana 15-21/08:	29
Facebook - total na semana 15-21/08:	22
Blog - total na semana 11-17/09:	12
Facebook - total na semana 11-17/09:	31
Blog - total na semana 25/09-01/10:	11
Facebook - total na semana 25/09-01/10:	30
Total	179
<u>Total Blog do Capote</u>	77
Total Face	102

SOMA DE MATÉRIAS COLETADAS (ANALISADAS E NÃO ANALISADAS)	
Blog - total na semana 01-07/08:	31
Facebook - total na semana 01-07/08:	33
Blog - total na semana 15-21/08:	20
Facebook - total na semana 15-21/08:	20
Blog - total na semana 11-17/09:	14
Facebook - total na semana 11-17/09:	19
Blog - total na semana 25/09-01/10:	21
Facebook - total na semana 25/09-01/10:	32
Total	190
<u>Total Blog Política Pau-ferrense</u>	86
Total Face	104

SOMA DE MATÉRIAS COLETADAS (ANALISADAS E NÃO ANALISADAS)	
Blog - total na semana 01-07/08:	4
Facebook - total na semana 01-07/08:	2
Blog - total na semana 15-21/08:	9
Facebook - total na semana 15-21/08:	2
Blog - total na semana 11-17/09:	5
Facebook - total na semana 11-17/09:	1
Blog - total na semana 25/09-01/10:	9
Facebook - total na semana 25/09-01/10:	3
Total	35
Total do Blog Carpinteira	27
Total do Face	8